

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

São José dos Campos, abril de 2015

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Relatório Elaborado pela Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação (CPA) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

São José dos Campos, abril de 2015

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	11
1 INTRODUÇÃO	13
2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	20
2.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	20
2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	21
2.3 Organograma Funcional	22
2.4 Macroprocessos Finalísticos	24
3. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	28
3.1 Sistema de Correição	28
3.2 Avaliação do funcionamento dos Controles Internos	28
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	31
4.1 Canais de Acesso ao Cidadão	31
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão	36
4.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	36
4.4 Acesso às informações da Unidade Jurisdicionada	36
4.5 Avaliação do desempenho da Unidade Jurisdicionada	37
4.6 Medidas relativas à acessibilidade	37
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	39
5.1 Planejamento da Unidade Jurisdicionada	39
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	41
5.2.1 Objetivo	41
5.2.2 Análise Situacional	42
5.2.3 - Objetivo	43
5.2.4 - Análise Situacional	43
5.2.5 - Objetivo	44
5.2.6 - Análise situacional	45
5.2.7 - Objetivo	46
5.2.8 - Análise situacional	47
5.2.9 Ações	49
5.2.9.1 Ações – OFSS	49
5.2.9.2 Ações – OFSS	50
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão	51
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	52
5.4.1 Informações Requeridas de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) – (item B65 do Anexo II da DN TCU 134/2-13)	52
Indicadores de Gestão das ICT nos termos do acórdão TCU n.2.267/2005	52
5.4.1.1 Análise Crítica	53
5.4.2 Indicadores de Desempenho Operacional	54
5.5 Informações requeridas das Unidades Jurisdicionadas que Gerenciem Projetos e Programas financiados com Recursos Externos (item B59 do Anexo II da DN TCU 134/2-13)	61
6 GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE	64
7 TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	65

7.1 Programação e Execução das despesas.....	65
7.1.1 Programação das despesas	65
7.1.1.1 Análise Crítica	66
7.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	66
7.1.3 Realização da Despesa	68
7.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	68
7.1.3.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	71
7.1.3.3 Análise Crítica da realização da despesa	77
7.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	77
7.2.1 Análise Crítica	78
7.3 Transferências de Recursos	78
7.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	79
7.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	80
7.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	80
7.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	81
7.3.5 Análise Crítica	82
7.4 Informações Requeridas de Instituições Científicas e Tecnológicas (item B65 do Anexo II da DN TCU 134/2-13)– Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	84
7.5 Alimentação SIASG e SICONV.....	85
7.6 Suprimento de Fundos	86
7.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos.....	86
7.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos	87
7.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	88
7.6.4 Análise Crítica	90
8 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	91
8.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	91
8.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada.....	91
8.1.1.1 Análise Crítica	92
8.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho	92
8.1.3 Custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada	95
8.1.4 Irregularidades na área de pessoal	97
8.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	97
8.1.5 Riscos Identificados na gestão de pessoas	97
8.1.6 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos	97
8.2. Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	101
8.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância	101
8.2.2 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	103
8.2.3 Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.....	105
8.2.4 Contratação de estagiários	105
8.2.5 Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar (item B63 do Anexo II da DN TCU 134/2-13).....	106
9 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	109
9.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	109
9.2 Gestão do patrimônio Imobiliário.....	111
9.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	111
9.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional e Cessão de Espaço Físico em Imóvel Da União	113

9.2.3 Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ	114
9.2.4 Análise Crítica	115
10. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	117
10.1 Gestão da Tecnologia da Informação	117
11. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	123
11.1 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental	123
12. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	124
12.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	124
12.1.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento no final do exercício.....	126
12.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno (OCI)	147
12.2.1 Recomendações do órgão de controle atendidas no exercício	147
12.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei n. 8.730/93	208
12.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	208
12.3.2 Situação do cumprimento das obrigações	208
13 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	209
13.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	209
13.2 Conformidade Contábil	209
13.3 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	209
13.3.1 Declaração plena.....	209
14 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	210
15 CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
ANEXO 1 – ORGANOGRAMA	212
ANEXO 2 - DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI 8.730/93	213
ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASGE SICONV	214
ANEXO 4 – CONFORMIDADE CONTÁBIL	215
ANEXO 5 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	217
ANEXO 6 – UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORES DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA FIPECq	218
ANEXO 7 – UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORES DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE DA FIPECq	
ANEXO 8 – UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORES DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARECER ATUARIAL DA FIPECq	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual	20
Quadro 2- Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	28
Quadro 3 - Objetivo fixado pelo PPA	41
Quadro 4 - Objetivo fixado pelo PPA	43
Quadro 5 - Objetivo fixado pelo PPA	44
Quadro 6 - Objetivo fixado pelo PPA	46
Quadro 7 - Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	49
Quadro 8 - Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	50
Quadro 9 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n. 2.267/2005	52
Quadro 10 - Programação de Despesas	65
Quadro 11 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	66
Quadro 12 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	67
Quadro 13 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – UG 240106	69
Quadro 14 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – UG 240107	69
Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação - UG 240108	70
Quadro 16 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – UG 240106	71
Quadro 17 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – UG 240107	73
Quadro 18 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – UG 240108	75
Quadro 19 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – UG 240106	77
Quadro 20 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – UG 240106	78
Quadro 21 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores UG 240108	78
Quadro 22 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	79
Quadro 23 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	80
Quadro 24 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	80
Quadro 25 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	81
Quadro 26 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	84
Quadro 27 - Concessão de suprimento de fundos – UG 240106	86
Quadro 28 - Concessão de suprimento de fundos – UG 240106	86
Quadro 29 - Concessão de suprimento de fundos – UG 240108	86
Quadro 30 - Utilização de suprimento de fundos –UG 240106	87
Quadro 31 - Utilização de suprimento de fundos – UG 240107	87
Quadro 32 - Utilização de suprimento de fundos – UG 240108	87
Quadro 33 - Utilização de suprimento de fundos – UG 240108	88
Quadro 34 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - UG 240107	89

Quadro 35 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência – UG 240108	89
Quadro 36 - Força de Trabalho da UJ	91
Quadro 37 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	91
Quadro 38 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	92
Quadro 39 - Custos do pessoal	95
Quadro 40 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	101
Quadro 41 - Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	103
Quadro 42 - Composição do Quadro de Estagiários	105
Quadro 43 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ..	111
Quadro 44 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	113
Quadro 45 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	114
Quadro 46 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	121
Quadro 47 - Aspectos da Gestão Ambiental	123
Quadro 48 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	124
Quadro 49 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	125
Quadro 50 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	126
Quadro 51 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	127
Quadro 52 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	128
Quadro 53 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	129
Quadro 54 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	130
Quadro 55 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	131
Quadro 56 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	132
Quadro 57 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	133
Quadro 58 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	134
Quadro 59 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	135
Quadro 60 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	136
Quadro 61 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	137
Quadro 62 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	138
Quadro 63 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	139

Quadro 127 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno.....	203
Quadro 128 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno.....	204
Quadro 129 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno.....	205
Quadro 130 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno.....	206
Quadro 131 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno.....	207
Quadro 132 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno.....	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos Pedidos de acesso à informação.....	32
Tabela 2 - Temas das solicitações (10 mais solicitados).....	32
Tabela 3 - Quantidade de solicitações no Ano de 2014	32
Tabela 4 - Programa de Queimadas do INPE	34
Tabela 5 - Indicadores de desempenho operacional.....	54
Tabela 6 - Descrição das Variáveis da Fórmula de Cálculo dos Indicadores de Desempenho.....	55
Tabela 7 - Capacitação de servidores no ano de 2014	93
Tabela 8 - Ações de aperfeiçoamento em 2014	94
Tabela 9 - Afastamentos.....	98
Tabela 10 - Exames Periódicos de 2013/2014	98
Tabela 11 - Rotatividade (turnover) – Ano 2014	99
Tabela 12 - Servidores de Carreira egressos em 2014	99
Tabela 13 - Número de servidores capacitados em 2014.....	100
Tabela 14 - Número de ações de aperfeiçoamento em 2014.....	100
Tabela 15 - Valor da folha de pagamento dos empregados participantes.....	106
Tabela 16 - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal.....	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AGU – Advocacia-Geral da União

AMAZALERT – Research Project on Impacts of Climate Change and Land-Use Change in Amazonia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAST – China Academy of Space Technology

CBERS – Satélite Sino Brasileiro

CDT – Contratados por tempo determinado

CCST – Centro de Ciência do Sistema Terrestre

CEA - Ciências Espaciais e Atmosféricas

CEMADEN - Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CONAE - Comissão Nacional de Atividades Espaciais da Argentina

CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal

CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

CRA - Centro Regional da Amazônia

CRN – Centro Regional Nordeste

CRS – Centro Regional Sul

DN – Decisão Normativa

DEGRAD – Projeto de Mapeamento de degradação da Floresta na Amazônia Brasileira

DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

EMBRACE - Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETE - Coordenação de Engenharia e Tecnologia Espacial

ESA – Agência Espacial Europeia

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais

FTP – File Transfer Protocol

GPS – Global Positioning System

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

JAXA – Japan Aerospace Exploration Agency

LANDSAT-8 - Earth-observing satellite missions

LIT – Laboratório de Integração e Testes

LOA – Lei Orçamentária Anual

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NOAA - National Oceanographic and Atmospheric Administration

OBDH - On Board Data Handling

OBT – Coordenação de Observação da Terra

1 INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão respeita as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e da Decisão Normativa TCU nº 143/2015 .

O Relatório é composto por 16 Seções e oito Anexos. A sequência das seções observa a estrutura definida pelo Sistema de Prestação de Contas (e-contas), de acordo com a Decisão Normativa – TCU nº143, de 18 de março de 2015, e, subsidiariamente, os requisitos definidos nas partes A e B do Anexo II da Decisão Normativa-TCU nº 134/2013.

Capítulos não aplicáveis ou sem ocorrência

O Capítulo 6 - “Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade” não se aplica ao INPE; não há informações a serem declaradas no Capítulo 14 – “Outras Informações sobre a Gestão”.

Itens não aplicáveis ou sem ocorrência

O item 2.1 não se aplica, pois o INPE não conta com estrutura formal de controle interno. Os subitens 5.2.1, 5.2.1.1, 5.2.3.2, 5.2.3.3, 5.2.3.4, 5.2.3.5 não se aplicam ao INPE, uma vez que: quanto aos subitens 5.2.1 e 5.2.1.1, as informações sobre os programas temáticos do PPA 2012-2015 não se aplicam ao INPE porque o Instituto não representa secretaria executiva ou secretaria geral e, portanto, não precisa elaborar o quadro ou análise situacional referente a programa temático; com relação ao subitem 5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS, como o INPE tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados às ações sob sua responsabilidade, ambas com o subtítulo 0001 – Abrangência Nacional, o quadro mencionado não se aplica ao Instituto; o subitem 5.2.3.3 - Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS não se aplica ao INPE porque as ações sob responsabilidade do INPE, a saber, a 20UI e a 20V9, estavam presentes na LOA 2013 e 2014. Em outras palavras, o Instituto não teve ações não mais previstas na LOA 2014, com ou sem restos a pagar não processados e executados em 2014. Portanto, esse quadro não se aplica ao Instituto; os subitens 5.2.3.4 e 5.2.3.5– Ações – Orçamento de Investimento - OI não se aplicam ao INPE porque o Instituto é responsável apenas por ações da esfera do Orçamento Fiscal. O item 6.2 não se aplica ao INPE, uma vez que não houve gastos com publicidade e propaganda, e, como as atividades do Instituto têm tiragem inferior a 150.000 unidades, não se enquadram no PAC – Plano Anual de Comunicação (Ofício-Circular n. 50/2014/Secom-PR). O item 12.4.2 não se aplica, pois o INPE está encaminhando declaração da contadora afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis.

Não há conteúdo a ser declarado no exercício em referência para os itens 5.5 e 12.2, posto que no que se refere ao estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração de custos, o acesso ao Sistema de Custos do Governo Federal permanece em nível de órgão superior, considerando as limitações do sistema quanto ao quantitativo de acesso até 2014, sendo de apenas 300 usuários cadastrados, o que não ocorrerá a partir de 2015, pois os dados dos sistemas estruturantes serão migrados para nova plataforma que suportará até 60.000 usuários cadastrados, portanto, este item será apresentado apenas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva deste Ministério.

Não houve ocorrência para os itens 6.1.3.1, 6.1.3.2, 6.1.3.3, 6.1.3.4, 6.3 e 6.3.1. Não houve ocorrência para o item 6.7 da parte A da DN 134/2013, correspondente aos quadros A.6.7.1.1 a A.6.7.2.10: no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, as renúncias fiscais concedidas às pessoas jurídicas que se enquadram nas leis 11.196/05 (Lei do Bem), 8.248/91, 10.176/01 e 11.077/04 (Lei da Informática), 8.010/90 (Lei da Importação), são de competência da

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Setec, Secretaria de Política de Informática – Sepin e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, respectivamente. Também não houve ocorrência para os itens os itens 7.1.4.2, 7.3, 8.3 e 11.4.

Principais resultados obtidos no ano de 2014

O INPE, órgão integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com sede em São José dos Campos (SP), tem como missão produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

Há mais de 50 anos trabalhando com pesquisa, desenvolvimento e aplicação na área espacial, o INPE tem executado atividades que vão desde o monitoramento anual do desmatamento e da dinâmica da cobertura da terra na Amazônia ao desenvolvimento de pesquisa e instrumentação para as ciências espaciais. Ademais, tem sido referência nacional em sensoriamento remoto, ciências espaciais, ciências atmosféricas e do sistema terrestre, engenharia e tecnologia espaciais.

Como um dos executores do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), o INPE vem se alinhando à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015), que reflete as principais necessidades do País em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para seu desenvolvimento efetivo e sustentável. Em sua área de atuação, o INPE tem sido também um importante vetor de modernização da indústria aeroespacial nacional e da realização de parcerias internacionais de grande importância para o Brasil.

A seguir são descritas as principais realizações do INPE no ano de 2014. Todos estes resultados estão associados a Ações e Planos Orçamentários específicos em vigor no exercício de 2014.

Os principais destaques do INPE no ano de 2014 foram:

- Foi lançado com sucesso o satélite CBERS-4, após a perda do satélite CBERS-3, lançado no início de dezembro de 2013, devido a uma falha no terceiro estágio do foguete chinês Longa-Marcha 4B, que impediu a colocação do satélite em sua órbita correta, Brasil e China acordaram que o desenvolvimento do CBERS-4 deveria ser acelerado. Com um cronograma extremamente desafiador, todos os esforços foram envidados para lançar o CBERS-4, ainda em 2014. Assim, o satélite CBERS-4 foi montado, integrado e testado durante o ano de 2014 e conforme programado, lançado a partir da base de lançamento de Taiyuan, na China, no dia 7 de dezembro de 2014. Todos os subsistemas do satélite operam conforme o esperado. Embora as quatro câmeras imageadoras ainda estejam em fase de testes, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil aprimorar suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações. É possível afirmar que os projetos de satélites da família CBERS foram de fundamental importância tanto para o estabelecimento quanto para a capacitação do setor industrial espacial brasileiro. Estes projetos capacitaram a indústria nacional para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites. A capacitação industrial necessária para projetar e fabricar os subsistemas e equipamentos relacionados não se reduz às competências tecnológicas, mas incluem infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais extremamente valiosas e aplicáveis a outras atividades de outros setores em que estas empresas também atuam.
- Com relação ao satélite Amazônia-1, foram disponibilizados: o modelo de qualificação do Gravador de Dados, o modelo de qualificação das Antenas do transmissor

banda X, o modelo de vôo das antenas banda X, e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados (AWDT). Foram também concluídos: a fabricação e testes do subsistema de Controle de Atitude e Órbita e tratamento de dados (ACDH), o projeto da cablagem do módulo de serviço, a contratação dos componentes para a fabricação da cablagem, e o projeto de controle térmico do satélite Amazônia-1.

- Foi disponibilizado o subsistema de propulsão do satélite Lattes.
- O setor de recepção, processamento, armazenamento e distribuição de dados de satélites concentrou seus esforços, em 2014, na recepção dos dados dos satélites LANDSAT-8, RESOURCESAT-2, Feng Yun 3A, Feng Yun 3B, Feng Yun 3C e CBERS-4.
- No Centro de Rastreamento e Controle (CRC) destacaram-se: (1) O sucesso obtido nas operações de controle do Satélite CBERS-4, a partir da sua inserção em órbita em 7 de dezembro de 2014. As operações foram realizadas no prazo previsto dando indicação de bom desempenho para o resto da missão., (2) O desenvolvimento de uma Estação Terrena de Baixo Custo, realizado no INPE pela primeira vez. A avaliação preliminar do desempenho da antena indica um desempenho muito bom, compatível com as antenas de diâmetro maior.
- O Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE finalizou os testes ambientais dos subsistemas do satélite CBERS-4 (*China-Brazil Earth-Resources Satellite-4*) com a montagem do satélite e testes funcionais para o lançamento, o que incluiu os ensaios ambientais de subsistemas, a campanha de montagem, integração e testes (AIT) e a campanha de lançamento na China, entre janeiro e dezembro de 2014. Além das atividades do Programa CBERS, destacaram-se as seguintes realizações: (1) projeto da obra civil da expansão do LIT; (2) especificação e aquisição dos componentes da cablagem do satélite Amazônia 1; (3) ensaios ambientais de equipamentos de sistemas aeroespaciais como os do Amazônia 1 e do VSISNAV (protótipo do VLS-1 – Veículo Lançador de Satélites-1); (4) apoio ao desenvolvimento do programa PESE (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais) do Ministério da Defesa; (5) participação no programa de absorção tecnológica do desenvolvimento do satélite SGDC (Satélite Geoestacionário para Defesa e Comunicação) com o treinamento de 5 profissionais na *Thales Alenia Space*, na França; (6) manutenção e ampliação da acreditação INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) com a solicitação, junto ao INMETRO, de acreditação para a área de ensaios de placas de circuito impresso nuas; (7) projetos de apoio a pesquisa, desenvolvimento e inovação na indústria; (8) pesquisa e desenvolvimento de AIT Virtual, de desenvolvimento do OCOE (*Overall CheckOut Equipment*) para o satélite Amazônia-1, do sistema de supervisão da Câmara Termovácuo (CVT) e do Laboratório de Engenharia de Sistemas; (9) desenvolvimento do nano satélite AESP14, da parceria INPE-ITA, e montagem, integração e testes dos nano satélites SERPENS, Ubatubasat, NanosatCBR-1 e 2, sendo que os nano satélites AESP14 e NanosatCBR-1 foram lançados com sucesso.
- Dentre os processos e técnicas desenvolvidas pela Coordenação de Laboratórios Associados (CTE) no ano de 2014, destacaram-se: (1) O estabelecimento de um primeiro protocolo de química analítica e eletroquímica para a degradação de pesticidas e herbicidas diluídos em água, utilizando eletrodos de diamante dopado com boro. Esta tecnologia foi realizada pelo Laboratório de Materiais e Sensores em conjunto com o CCST e apresenta potencial aplicação para o tratamento de águas poluídas; (2) O domínio da fabricação de catodos ocos para propulsores iônicos de controle de altitude de satélites, que foram caracterizados em 2014 pelo Laboratório Associado de Plasma, utilizando-se pela primeira vez o gás xenônio, que é o gás empregado em missões reais desses tipos de propulsores; (3) A determinação, através de ensaios, da melhor geometria de eletrodos e a consequente distribuição de energia dos dois primeiros protótipos de propulsores elétricos a plasma

pulsado de duplo estágio também para controle de atitude de satélites, resultado do doutoramento de um servidor da CTE.

- Após uma década de desenvolvimento, entrou em operação o *Brazilian Decimetric Array* (BDA), atualmente equipado com 26 antenas de 4m de diâmetro, que é o primeiro radio interferômetro em ondas decimétricas desenvolvido e construído no Brasil, com mais de 50% de tecnologia nacional, empregando modernas técnicas de interferometria para operar com altas resoluções espacial e temporal. No final de 2014, o BDA concluiu a primeira rodada, e com sucesso, de observações do Sol. É um instrumento único do ponto de vista científico e de desenvolvimento tecnológico. Embora desenhado para estudo do Sol, permitindo a elaboração de mapas bidimensionais desse astro, o BDA poderá estudar um grande número de fontes galácticas e extragalácticas emissoras em rádio. É um instrumento desenvolvido pela Coordenação Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas (CEA) do INPE.

- O Programa de Clima Espacial (Embrace) do INPE (1) realizou a *Inauguration Ceremony of Brazil-China Joint Laboratory for Space Weather*; (2) hospedou a Reunião das Instituições Partícipes da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC); (3) iniciou os trabalhos relacionados com uma área de criação de produtos computacionais destinados às aplicações de clima espacial (*Embrace SandBox*) e uma área associada à veiculação e exposição de resultados de aplicações experimentais em clima espacial em fase de prototipagem, ambas de interesse do Programa e alinhadas com a missão institucional; (4) atualizou e modernizou instalações de monitoramento de clima espacial em solo, solar, atmosféricas e magnéticas; e (5) atualizou e modernizou a página eletrônica para atender ao dispositivo que o está acessando (*tablets*, celulares ou quaisquer dispositivos móveis sem perder informação) e, principalmente, para atender às principais necessidades dos usuários, para disponibilizar as informações com ilustrações de alta resolução e maior riqueza de detalhes e, também para permitir classificar as informações de acordo com o público: cientistas, educadores e mídia.

- A área de Observação da Terra (OBT) contribuiu para o lançamento do CBERS-4, atuando na fase de comissionamento do satélite e na recepção e distribuição das imagens obtidas pelo satélite. Na área do monitoramento ambiental, a OBT iniciou o mapeamento do uso e cobertura da terra nas áreas já desmatadas no Bioma Cerrado para o ano de 2013, no projeto TerraClass Cerrado em colaboração o IBAMA Centro de Sensoriamento Remoto, Embrapa Informática Agropecuária, Embrapa Monitoramento por Satélite, Embrapa Amazônia Oriental e Universidade Federal de Goiás. Na área de desenvolvimento de geotecnologias, o projeto TerraMA2 foi contemplado com o primeiro lugar na terceira edição do Prêmio GeoSUR 2014. Esse prêmio é outorgado pelo CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e pelo IPGH - Instituto Pan-americano de Geografia e História, em reconhecimento a projetos de aplicação de dados espaciais ou o desenvolvimento de serviços de informação geoespacial, oferecidos na região da América Latina e Caribe e que possuam características de inovação e relevância. Na pesquisa em disseminação do conhecimento, a OBT teve 255 produções intelectuais, e teve uma patente depositada derivada de tese de doutorado de servidor da OBT na UNICAMP (Universidade de Campinas). A Coordenação participou como principal organizadora dos 15º Simpósio Brasileiro de Geotecnologias e do 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal.

- A equipe de monitoramento dos biomas brasileiros realizou levantamentos diários de novos desmatamentos e eventos de degradação florestal nas florestas da Amazônia Legal pelo sistema DETER (Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real), sempre entregues imediatamente ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Estes levantamentos foram integrados para cada mês, assim

como o mapa de área com cobertura de nuvens, e postos para acesso público na página eletrônica do DETER. Foi feita a divulgação da consolidação do PRODES-2013 (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) e, realizada e divulgada a estimativa do desmatamento do PRODES-2014.

- Foi efetuado o monitoramento de focos de queima de vegetação por meio de nove satélites meteorológicos e ambientais, e também as estimativas e previsões de risco de fogo de queima da vegetação, ambos operacionais, atendendo dezenas de instituições nacionais e estaduais, além de milhares de outros usuários cadastrados. Foi estruturada nova página de apoio ao CIMAN – Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (<http://sirc.dgi.inpe.br/ciman/>).

- Já no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC pode-se mencionar como realizações importantes: (1) o serviço e a página com previsões de tempo para a Copa do Mundo; (2) a implantação do *Super Model Ensemble* (SMEC) que combina os diversos modelos de previsão através da ponderação pela habilidade individual de cada modelo do conjunto; (3) conclusão do desenvolvimento da versão do novo Modelo de Circulação Global Atmosférica (MCGA – v.4), que foi validado para 45 e 20 km de resolução horizontal, com resultados satisfatórios e comparáveis ao do modelo norte americano *Global Forecast System (GFS)* do *National Centers for Environmental Prediction (NCEP)*; (4) desenvolvimento do novo modelo acoplado (versão 4.4) usando o novo modelo atmosférico descrito no item anterior e o modelo oceânico MOM4p1, que é atualmente a base do novo modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM); (5) o INPE se tornou parceiro integral da *National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)* no gerenciamento administrativo e técnico do sistema GEONETCast-Americas (componente ocidental da rede global de sistemas de divulgação de dados baseados em satélite em tempo quase real) na América do Sul; (6) realização de pesquisas e desenvolvimento com radares de dupla polarização (radares da nova rede de radares do Brasil), com descargas elétrica (novo instrumento que irá operar em satélites geoestacionários), com GPS (para obter o conteúdo integrado de vapor d'água da atmosfera) e com multicanais de satélites (nova geração de satélites geoestacionários).

- No Centro de Ciências do Sistema Terrestre (CCST) houve as seguintes realizações: (1) expansão da rede observacional, com aumento no número de sítios de observação de descargas elétricas e de deposição de poluentes atmosféricos (especificamente nitrogênio); (2) manutenção dos sítios de coleta da Rede SONDA (Sistema de Organização Nacional de Dados Ambientais) e no sítio mais antigo de observação de ozônio troposférico do Hemisfério Sul, localizado em Natal; e (3) produção de uma base de dados de artigos publicados na mídia em geral sobre mudanças ambientais e climáticas. Ressaltam-se também os avanços nas plataformas de gestão de dados (Terra-ME); na modelagem dos efeitos das mudanças no uso e cobertura do solo para as emissões de gases do efeito estufa (INPE-EM); na modelagem climática, com novas versões do BESM e de sua componente terrestre (INLAND); e na modelagem hidrológica. Ademais, avançou-se na produção de cenários climáticos futuros, em colaboração com o CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos), assim como cenários de mudanças na cobertura do solo, incluindo a componente social. O CCST trabalhou fortemente na produção do SAP (Sistema de Alerta Precoce a Seca e Desertificação), sendo que o projeto recebeu um prêmio do programa *Dryland Champions* da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação. Este projeto conta com a parceria do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) e do MMA (Ministério do Meio Ambiente). Também como destaque pode-se citar o apoio a programas nacionais e internacionais de ciência ligados às questões ambientais contemporâneas como a REDE CLIMA, o Programa FAPESP de

Pesquisas em Mudanças Climáticas, o *International Geosphere-Biosphere Programme* (IGBP) e o *Global Land Project* (GLP).

- No âmbito dos Centros Regionais do INPE destacam-se em 2014:

No CRS (Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais): o funcionamento em órbita do Nanosat-Br1, primeiro satélite brasileiro com plataforma *cubesat*, lançado em 19 de junho (<http://www.inpe.br/crs/nanosat/NanoSatCBR1.php>). O Nanosat-Br1 foi desenvolvido pelo CRS em parceria com a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) com apoio financeiro da AEB (Agência Espacial Brasileira). O Nanosat-Br1 leva a bordo instrumentos para o estudo de distúrbios na magnetosfera, principalmente na região da Anomalia Magnética do Atlântico Sul, e do setor brasileiro do Eletrojato Equatorial Ionosférico. Além de testar circuitos resistentes à radiação produzidos no País, o projeto capacita recursos humanos para área;

No CRN (Centro Regional do Nordeste): a entrega do *Transponder DCS* para integração no nano satélite ITASAT como carga útil de coleta de dados ambientais. O *Transponder DCS* tem a função de retransmitir informações de centenas de plataformas de coletas de dados instaladas por todo o País para o Sistema Integrado de Dados Ambientais (SINDA), cujos dados são usados por instituições governamentais e do setor privado para fins de previsão meteorológica e climática, estudo da química da atmosfera, monitoramento da poluição e avaliação do potencial de energias renováveis;

No CRA (Centro Regional da Amazônia): os projetos de parceria com a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) e a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), cujo foco é o monitoramento de florestas tropicais.

- A Assessoria Internacional do INPE estabeleceu dois programas de cooperação: (1) com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) para a recepção direta e distribuição de dados dos satélites de sensoriamento remoto LANDSAT 8; (2) com a Organização Indiana de Pesquisas Espaciais – ISRO para a recepção direta e distribuição de dados dos satélites de sensoriamento remoto Resourcesat-2. Ambos para as aplicações espaciais desenvolvidas pelo Instituto e pela comunidade brasileira de sensoriamento remoto, além das aplicações utilizadas amplamente por diversos segmentos da sociedade brasileira.

Também foram firmados um acordo de cooperação com a EUMETSAT para acesso aos serviços de dados e produtos meteorológicos da EUMETCAST-Americas e um programa de cooperação com a FAO Brasil para capacitação em monitoramento florestal de países em desenvolvimento.

- O Núcleo de Inovação Tecnológica do INPE (NIT/INPE) realizou dois depósitos de pedido de registro de programa de computador no INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, sob nºs. BR512014001258-1 e BR512014001516-5. Neste mesmo ano, foram concedidos três registros de programa de computador, sendo que dois deles (09611-4 e 10343-1) foram depositados em 2009 e um em 2013 (BR12013000354-7). Ainda como resultado, um novo pedido de patente foi depositado pela Unicamp (BR102014024586-3) em que o INPE e a Bradar têm direito a titularidade. Além destes processos, o NIT Mantiqueira, através do Escritório de Patentes, analisou oito pedidos de patente do INPE dos treze apresentados para busca de anterioridade.

- Na área de recursos humanos tomaram posse e entraram em exercício 18 novos servidores (7 Pesquisadores e 11 Tecnologistas), vagas estas do concurso de 2012. Houve também a prorrogação de 41 Contratos Temporários até 31/12/2014. Foi assinado o Acordo de Cooperação para implantação do SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor para os órgãos federais do Vale do Paraíba, com sede no INPE. O setor de capacitação do Instituto viabilizou a realização de 24 mil horas de treinamento, com 1.718 participações em ações de capacitação em 302 cursos (89 eventos internos e 213 externos). Foi realizado concurso para preenchimento de 14 vagas de pesquisador e 54 vagas de

tecnologista. Este concurso atende ao Termo de Ajuste de Conduta que determinou que o INPE substituísse os 70 funcionários temporários no CPTEC.

Principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos no exercício de referência

O ano de 2014 foi um ano marcado por árduas decisões da gestão por conta do contexto político e econômico do País. Esse cenário desencadeou e/ou agravou limitações internas do INPE, desde problemas de instalações a restrições nos recursos financeiros. Problemas de instalações, que necessitavam de obras e reformas que não conseguiram ser realizadas, comprometeram o andamento dos projetos e o adequado uso dos equipamentos. Deficiência e/ou reposição de pessoal é um problema crônico que, em 2014, foi agravado pelo número significativo de aposentadorias, num total de 62 servidores, sendo 37 na área de gestão e 25 na área finalística. As medidas adotadas em atendimento à Justiça, relativas à contratação de servidores temporários, tiveram continuidade com a realização de processo seletivo. O ingresso de 16 novos servidores remanescentes do concurso de 2013 no INPE não solucionou o problema. Há a expectativa de que esta situação problemática deverá ser minimizada pelo novo concurso público a ser realizado pelo MCTI nos próximos anos. As restrições orçamentárias e financeiras, resultado do contexto político e econômico nacional, comprometeram seriamente muitas das entregas de compromissos do INPE, especialmente do PPA vigente, exigindo a movimentação para uma revisão das metas pactuadas no Plano. Contudo, nenhuma proposta de revisão de meta em 2014 foi aprovada pelo MPOG, mesmo diante da exposição de que muitas delas não teriam mais tempo hábil para serem cumpridas. Além disso, a priorização dos investimentos foi uma constante, seja por restrições orçamentárias e financeiras, seja por restrições de recursos humanos.

2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

2.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais		
Denominação abreviada: INPE		
Código SIORG: 000010	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 240.106
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão público		
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia		Código CNAE: Não disponível
Telefones/Fax de contato:	Tel. (12) 3208-6035	Fax (12) 3208-6455
Endereço eletrônico: diretor@dir.inpe.br		
Página da Internet: www.inpe.br		
Endereço Postal: Av. dos Astronautas, 1758 Jardim da Granja – S .J. Campos/SP – CEP: 12227-010		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 51.133, de 3 de agosto de 1961. Cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais.		
Portaria/MCTI nº 897, de 3 de dezembro de 2008. Aprova Regimento Interno do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UJ		
TQ-042. Responsáveis pelas ações do PPA		
TQ-001 . Estrutura Organizacional		
RE/DIR-487. Aplicação de recursos orçamentários.		
Plano Diretor 2011-2015		
Manuais e Publicações relacionados às atividades da UJ		
Plano Diretor 2011-2015		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
240.106	INPE – S.J.CAMPOS (Sede)	
240.107	Centro Regional do Nordeste	

2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE é uma unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, na forma do disposto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.631, de 04 de novembro de 2008. O INPE é também uma Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

De acordo com seu Regimento Interno (Portaria MCTI nº 897/2008), “o INPE tem como finalidade realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, da Engenharia e Tecnologia Espacial e áreas do conhecimento correlatas, consoante à política definida pelo Ministério”.

O Plano Diretor 2011-15 define a missão, visão, valores e os objetivos estratégicos do Instituto:

Missão

Produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

Visão

Ser referência nacional e internacional nas áreas espacial e do ambiente terrestre pela geração de conhecimento e pelo atendimento e antecipação das demandas de desenvolvimento e de qualidade de vida da sociedade brasileira.

Valores

Com base em princípios de ética, transparência e integridade, o INPE defende, preserva e promove um conjunto de valores que orientam continuamente suas estratégias e ações:

- Excelência: eficácia, eficiência, efetividade, qualidade e pioneirismo na execução de suas atividades.
- Pluralidade: respeito à diversidade de ideias e opiniões e estímulo à criatividade em harmonia com a missão institucional.
- Cooperação: valorização das alianças institucionais para compartilhar competências, definir e atingir objetivos comuns.
- Valorização das pessoas: reconhecimento de que o desempenho do Instituto depende do desenvolvimento, da valorização, do bem-estar e da realização profissional do seu capital humano.
- Comprometimento: compromisso dos profissionais com o atendimento dos objetivos institucionais e com a realização de propósitos comuns e duradouros.
- Comunicação: interação permanente com a sociedade para atendimento de suas necessidades e divulgação dos resultados do Instituto, facilitando o acesso à informação, produtos e serviços gerados.

- Responsabilidade sócio-ambiental: atuação balizada pela ética, pela transparência e pelo respeito à sociedade, ao ambiente, à diversidade e ao desenvolvimento sustentável.

Objetivos Estratégicos

1. Estabelecer um programa de satélites de observação da Terra para atender a demandas brasileiras e internacionais de monitoramento territorial e oceânico, previsão de tempo e clima, e estudos sobre mudanças globais.
2. Organizar um programa de satélites científicos que produza dados inéditos com tecnologia inovadora para pesquisa em Clima Espacial e Astrofísica.
3. Desenvolver, junto com a indústria nacional, as tecnologias necessárias para as missões do programa espacial brasileiro, enfatizando produtos e processos inovadores.
4. Capacitar o Laboratório de Integração e Testes para atender às atividades de montagem, integração, testes e qualificação requeridas pelos satélites brasileiros.
5. Manter a infraestrutura de controle de satélites, recepção e disseminação de dados espaciais com tecnologia atualizada e padrões internacionais de disponibilidade e qualidade.
6. Ser referência internacional nas atividades de pesquisa e de operações em sensoriamento remoto continental e oceânico, previsão do tempo e do clima sazonal e mudanças climáticas, na região tropical.
7. Liderar as atividades em Geofísica Espacial, Aeronomia e Astrofísica Instrumental no Brasil, por meio de pesquisas de vanguarda e do desenvolvimento de instrumentação científica inovadora.
8. Criar centros operacionais de monitoramento e modelagem de Clima Espacial, Desastres Naturais e Mudanças do Uso da Terra no Brasil.
9. Liderar a pesquisa brasileira e os estudos de impactos e vulnerabilidade às Mudanças Ambientais Globais, com suporte de modelos avançados do sistema terrestre e de infraestrutura de coleta de dados ambientais.
10. Ampliar a presença nacional do INPE a partir das ações de P&D nos centros regionais na Amazônia, Nordeste e Sul, enfatizando as especificidades e desafios de cada região.
11. Produzir dados, software e metodologias para fortalecer a atuação do INPE nas áreas de aplicações espaciais, da saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento urbano.
12. Prover a infraestrutura, a gestão de competências e de pessoas, e os serviços administrativos de forma a garantir a plena execução das atividades do INPE.

2.3 Organograma Funcional

Ver Anexo 1.

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação

ETE	Desenvolvimento e difusão de tecnologias de sistemas espaciais para suportar programas das áreas científicas e de aplicações.	Amauri Silva Montes	Coordenador-Geral	Port/MCTI 795 – DOU 15/08/2013
LIT	Desenvolvimento, difusão e prestação de serviços de integração e testes de materiais, componentes, equipamentos e sistemas espaciais.	Geilson Loureiro	Chefe de Laboratório	Port/MCTI 121 – DOU 01/02/2013
CPTEC	P&D em ciências atmosféricas, oceano, processos da superfície terrestre e correlatos; Aprimoramento de modelos de previsão numérica para prover ao País o estado da arte das previsões de tempo, clima sazonal e qualidade do ar; Apoio ao monitoramento meteorológico e a elaboração de produtos e serviços de satélites ambientais.	José Antonio Aravéquia	Coordenador Geral	Port/MCTI 271, 21/03/2014 – DOU 25/03/2014
CCST	Desenvolvimento de modelos do Sistema Terrestre e cenários futuros de mudanças ambientais globais para implementação nos sistemas de supercomputação do INPE. Coordenação, realização e acompanhamento de pesquisas de excelência em mudanças ambientais globais e regionais, com ênfase em temas de Modelagem, Observações e Cenários de ambientes físicos, biológicos e socioambientais do Sistema Terrestre.	José Antonio Marengo Orsini Jean Pierre Henry Balbaud Ometto	Chefe de Centro	Port/MCTI 256 – DOU 03/05/2011 a 09/06/2014 Port/MCTI 592 - DOU 09/06/2014
OBT	Pesquisa e Desenvolvimento em recepção, tratamento, armazenagem e distribuição de dados de satélites.	Leila Maria Garcia Fonseca	Coordenador-Geral	Port/MCTI 134 – DOU 30/01/2014

	<p>Pesquisa e Desenvolvimento em Geoinformática.</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento em Sensoriamento Remoto óptico e de microondas.</p>			
CTE	<p>Pesquisa, desenvolvimento e domínio de processos e produtos relacionados às tecnologias críticas de interesse estratégico às atividades espaciais e ambientais.</p>	<p>Marcos Dias da Silva</p> <p>Edson Del Bosco</p>	<p>Coordenador</p>	<p>Port/MCTI 772 – DOU 30/10/2012</p> <p>Port/MCTI 1033 – 26/09/2014</p> <p>Port/MCTI 1034 – DOU 30/09/2014</p>
CEA	<p>Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica Instrumental</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento em Geofísica Espacial e Interações Sol-Terra</p>	<p>Oswaldo Duarte Miranda</p>	<p>Coordenador-Geral</p>	<p>Port/MCTI 195 – DOU 08/04/2011</p>
CRC	Rastrear e controlar os satélites do INPE e manter o segmento solo tecnologicamente atualizado e em estado operacional	<p>Pawel Rozenfeld</p>	<p>Chefe de Centro</p>	<p>Port/SCT 225 – DOU 12/11/1990</p>

2.4 Macroprocessos Finalísticos

O desenvolvimento de satélites, a disponibilização de dados de satélites, o monitoramento de biomas e queimadas, a previsão de tempo e clima, a modelagem do sistema terrestre e o monitoramento do clima espacial são os principais macroprocessos finalísticos do INPE. Embora até o momento o Instituto não tenha realizado um mapeamento global e sistêmico de todos os seus processos, são descritos a seguir cada um desses macroprocessos e como eles foram conduzidos pela Unidade no ano de 2014.

a) Desenvolvimento de satélites

O INPE é um dos executores do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE sendo responsável pelo desenvolvimento de satélites de observação da Terra óticos e por radar, além de satélites científicos e meteorológicos. As missões desses satélites estão previstas no PNAE e respondem às necessidades governamentais para a implementação de políticas públicas e a solução de problemas nacionais. Entre as principais missões podem-se destacar atualmente o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS- 4), o Satélite de Observação da Terra da série Amazônia (Amazônia-1) e o Satélite Científico Lattes. A concepção e autoridade dos projetos das missões são de responsabilidade do INPE, enquanto que os equipamentos e subsistemas dos satélites são contratados e fabricados na indústria brasileira da área espacial. A integração e testes dos satélites são realizados pelo INPE.

No exercício de 2014, o satélite CBERS-4 foi lançado com sucesso. Após a perda do satélite CBERS-3 devido a uma falha no terceiro estágio do foguete chinês Longa-Marcha 4B, que impediu a colocação do satélite em sua órbita correta, Brasil e China acordaram em dezembro de 2013 que o desenvolvimento do CBERS-4 deveria ser acelerado. Com um cronograma extremamente desafiador, todos os esforços foram envidados para lançar o CBERS-4, ainda em 2014. Assim, o satélite CBERS-4 foi montado, integrado e testado durante o ano de 2014 e conforme programado, lançado a partir da base de lançamento de Taiyuan, na China, no dia 7 de dezembro de 2014. Todos os subsistemas do satélite operam conforme o esperado. Embora as quatro câmeras imageadoras ainda estejam em fase de comissionamento, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil aprimorar suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações.

Em 2014, foram disponibilizados para o Satélite Amazônia-1 o modelo de qualificação do gravador de dados, o modelo de qualificação das antenas do transmissor banda X, o modelo de vôo das antenas banda X e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados. Também foram concluídos, para o Amazônia-1, a fabricação e testes do subsistema de controle de altitude e órbita e tratamento de dados, o projeto da cablagem do módulo de serviço, a contratação dos componentes para a fabricação da cablagem, e o projeto de controle térmico. Para o satélite Lattes, em 2014, foi disponibilizado o subsistema de propulsão.

b) Disponibilização de dados de satélites

As atividades do PNAE incluem também a viabilização de meios de acesso e serviços, de qualidade compatível com os padrões internacionais, necessários à plena utilização de informações, imagens e dados espaciais pela sociedade. Essas atividades são realizadas pelo Centro de Dados do INPE, onde os dados recebidos das estações de recepção são armazenados e processados em vários níveis de correção radiométrica e geométrica, submetidos ao controle de qualidade, e distribuídos aos usuários finais.

O Centro de Dados do INPE concentrou seus esforços, em 2014, na recepção dos dados dos satélites LANDSAT-8, RESOURCESAT-2, FengYun 3A, FengYun 3B, FengYun 3C e CBERS-4.

c) Monitoramento de biomas e queimadas

Outro macroprocesso finalístico de responsabilidade do INPE é o monitoramento da cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais. Desde 1988, o INPE vem produzindo as taxas anuais do desflorestamento da Amazônia Legal. A partir do ano de 2002, estas estimativas são produzidas por classificação digital de imagens seguindo a Metodologia PRODES

(Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite). O INPE possui também o DETER (Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real) que é um levantamento rápido feito mensalmente pelo INPE desde maio de 2004, com dados de satélites de resolução espacial de 250 m. O DETER foi desenvolvido como um sistema de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. Por esta razão o DETER mapeia tanto áreas de corte raso quanto áreas em processo de desmatamento por degradação florestal. Em relação a queimadas, o INPE realiza o monitoramento operacional de focos de queimadas e de incêndios florestais detectados por satélites, e o cálculo e previsão do risco de fogo da vegetação.

Foram feitos em 2014 levantamentos diários de novos desmatamentos e eventos de degradação florestal nas florestas da Amazônia Legal pelo sistema DETER, sempre entregues imediatamente ao IBAMA. Estes levantamentos foram integrados para cada mês, assim como o mapa de área com cobertura de nuvens, e postos para acesso público na página eletrônica do DETER. Foi feita a divulgação da consolidação do PRODES-2013 e a estimativa do desmatamento do PRODES-2014 foi realizada e divulgada. Iniciou-se, em 2014, o mapeamento do uso e cobertura da terra nas áreas já desmatadas no Bioma Cerrado para o ano de 2013 em colaboração com o IBAMA, a Embrapa e a Universidade Federal de Goiás. Em 2014 também foi efetuado o monitoramento de focos de queima de vegetação por meio de nove satélites meteorológicos e ambientais, e também as estimativas e previsões de risco de fogo de queima da vegetação, atendendo a dezenas de instituições nacionais e estaduais, além de milhares de outros usuários cadastrados.

d) Previsão de tempo e clima

O INPE tem também como atividade finalística a disponibilização para a sociedade de previsões do tempo e clima, bem como previsões ambientais correlatas como hidrologia e qualidade do ar. Essas atividades são realizadas desde o início de 1995 no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do INPE, que é um centro avançado de previsão numérica de tempo e clima, fornecendo previsões de tempo de curto e médio prazos e climáticas de alta precisão, além de dominar técnicas de modelagem numérica altamente complexa, da atmosfera e dos oceanos, para prever condições futuras.

No exercício de 2014, o CPTEC implantou o serviço e a página na internet com previsões de tempo para a Copa do Mundo e concluiu o desenvolvimento da versão do novo Modelo de Circulação Global Atmosférica, que foi validado para 45 e 20 km de resolução horizontal, com resultados satisfatórios e comparáveis aos do modelo norte americano.

e) Modelagem do sistema terrestre

O Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) foi criado no INPE em 2008. Esse centro investiga as mudanças ambientais globais, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o processo, identificar os impactos sobre o país e subsidiar políticas públicas de enfrentamento do problema nos planos nacional e internacional. Portanto, a modelagem do Sistema Terrestre constitui-se atualmente em um macroprocesso finalístico do INPE. Neste contexto, o CCST tem como objetivo a formulação de cenários para um desenvolvimento nacional sustentável, fortemente embasados em redes de monitoramento de dados ambientais e modelagem do Sistema Terrestre.

Em 2014, o CCST expandiu a rede observacional, com aumento no número de sítios de observação de descargas elétricas e de deposição de poluentes atmosféricos (especificamente nitrogênio); manteve os sítios de coleta da Rede SONDA (Sistema de Organização Nacional de Dados Ambientais) e o sítio mais antigo de observação de ozônio troposférico do Hemisfério Sul, localizado em Natal; realizou a modelagem dos efeitos das mudanças no uso e cobertura do solo para as emissões de gases do efeito estufa; e avançou na produção de cenários climáticos futuros,

em colaboração com o CPTEC, assim como cenários de mudanças na cobertura do solo, incluindo a componente social.

e) Monitoramento do clima espacial

Em 2008, o INPE implantou o serviço de previsão do Clima Espacial e inaugurou em 2011 o Centro de Informação e Previsão do Clima Espacial, onde se desenvolve o programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial (EMBRACE). Devido à maturidade adquirida, o monitoramento do Clima Espacial pode ser considerado como um macroprocesso finalístico da Instituição.

Desde a sua origem, o INPE realiza pesquisas relacionadas aos fenômenos espaciais, desde o Sol, espaço interplanetário, magnetosfera, até a ionosfera, a alta e média atmosfera, e geomagnetismo. Além da constante e imprescindível atividade de investigação científica dos fenômenos geoespaciais, a necessidade de informação sobre o Clima Espacial por parte das comunidades tecnológicas e sócio-econômicas vem crescendo. O Clima Espacial diz respeito à área do conhecimento dos fenômenos solares e ocorrências físicas no ambiente espacial, que se manifestam de forma recorrente e afetam os astros e artefatos no espaço. Como aspecto de especial interesse, há as influências naturais sobre o planeta Terra. O conhecimento e a previsão de diferentes fenômenos que diretamente afetam as atividades humanas, tais como atividades solares, tempestades magnéticas e tempestades ionosféricas, constituem-se nas atividades do programa de Clima Espacial.

No exercício de 2014, o programa EMBRACE inaugurou o Laboratório Conjunto Brasil-China para Clima Espacial, hospedou a Reunião das Instituições Partícipes da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas de Navegação Global por Satélites, e iniciou os trabalhos relacionados com uma área de criação de produtos computacionais destinados às aplicações de clima espacial.

Considerando os macroprocessos finalísticos definidos acima, os principais parceiros que contribuem para a consecução dos objetivos do INPE são o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), a indústria nacional na área espacial, as Agências Espaciais de outros países (NASA, CAST, JAXA, ESA, ISRO, CONAE, entre outros). Para a disponibilização de dados de satélites, o monitoramento de biomas e queimadas e a previsão de tempo e clima, o INPE utiliza as imagens dos satélites das séries LANDSAT, AQUA, TERRA, RESOURCESAT, FengYun, entre outros. As empresas de geoinformática, o IBAMA e a Embrapa constituem-se em parceiros para o monitoramento de biomas e queimadas. Para realizar as atividades de previsão de tempo e clima e modelagem do sistema terrestre, o CPTEC e o CCST contam com a parceria com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), os Centros Estaduais de Meteorologia, os comandos da Aeronáutica e da Marinha. Parceiros internacionais também são importantes para a área de meteorologia e mudanças climáticas como a NOAA (*National Oceanic and Atmospheric Administration*), WMO (*World Meteorological Organization*), ECMWF (*European Centre for Medium-Range Weather Forecasts*) e IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*). Os principais parceiros do programa de Clima Espacial são a NOAA através dos dados da constelação de satélites Cosmic-II e o NSSC (*National Space Science Center*) da China.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

O item 2.1 não se aplica, pois o INPE não conta com estrutura formal de controle interno.

3.1 Sistema de Correição

Os procedimentos instaurados e concluídos no exercício de 2014, encaminhados a esta Coordenação de Recursos Humanos – CRH, foram devidamente registrados no Sistema CGU-PAD.

A implantação em fevereiro de 2015 do Módulo do CGU-PAD de Processos a Instaurar, permitirá a gestão de apurações disciplinares que estejam em juízo de admissibilidade, investigação preliminar ou aguardando a instauração de procedimento disciplinar.

3.2 Avaliação do funcionamento dos Controles Internos

Quadro 3- Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					1 2 3 4 5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					1 2 3 4 5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento					1 2 3 4 5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Visando a obtenção de subsídios para melhor análise sobre a necessidade/conveniência de institucionalização de um controle interno, o Diretor do INPE designou, através da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, uma Comissão de servidores para elaborar uma proposta, a ser entregue no prazo de 90 dias, contendo as seguintes atribuições:					
I) Elaborar proposta para estabelecimento de uma estrutura de controle interno para o INPE, com as seguintes funções:					
a. Executar, ao longo do ano, auditorias internas abrangendo, por amostragem, todos os atos administrativos no âmbito da gestão do Instituto;					
b. Atualização e instituição de normatização.					
II) Identificar instâncias organizacionais do Instituto que já exerçam função de controle interno.					
Atendendo à solicitação da Comissão, foi concedido, através da Portaria PORT-2631, um prazo adicional de 60 dias para a entrega dos trabalhos.					
Concluídos os trabalhos, a Comissão entregou o Relatório Final na Direção, na data de 27 de fevereiro de 2015, até o momento não analisado pelo Diretor.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					

- (3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de Acesso ao Cidadão

Para que se cumpra o novo preceito instituído pela Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação (LAI)), de que a publicidade é a regra e o sigilo a exceção, o INPE, no *Site* institucional (www.inpe.br), divulga proativamente as informações de interesse geral, como *links* de acesso para suas áreas de atividade fim, anúncios de oportunidades, bem como, para os produtos e serviços que disponibiliza para a sociedade, além de endereços físicos e eletrônicos, telefones.

Também, o cidadão pode acessar por meio do Portal de Acesso à Informação do Cidadão do INPE (SIC/INPE) (<http://www.inpe.br/acessoainformacao/>), o **Rol Mínimo** de informações definidas pela LAI, que deverão estar disponíveis a todos, como, estrutura organizacional, programas, projetos, ações, repasses ou transferências de recursos, procedimentos licitatórios; remuneração recebida por servidores, contatos com autoridades e como acessar o sistema eletrônico de informação ao cidadão (**eSIC**), entre outros. Este endereço é de fácil visualização na página principal do Instituto.

No caso de informações que não estão disponíveis na internet, mas dizem respeito ao acesso a documentos públicos e a informações públicas contidas nesses documentos, entendendo-se documento como unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, garantido pela LAI, o Inpe designou um Responsável (Nelia Ferreira Leite, SIAPE 664194) pelo cumprimento das normas da referida Lei no âmbito do INPE (autoridade prevista no artigo 40º da Lei). A estatística de atendimento pelo INPE no sistema **eSIC**, realizada pela Controladoria Geral da União, CGU, pode ser acessada através do *banner* “Relatório Estatístico”, do Portal SIC/INPE. Nas Tabelas abaixo estão algumas destas estatísticas disponíveis ao cidadão.

Quadro 4- Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação ao INPE no sistema ESIC

Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
jan/14	10	-
fev/14	11	9.09%
mar/14	4	-63.64%
abr/14	13	69.23%
mai/14	4	-69.23%
jun/14	8	50%
jul/14	3	-62.5%
ago/14	4	25%
set/14	7	42.86%
out/14	2	-71.43%
nov/14	4	50%
TOTAL:	70	
MÉDIA:	5,83	

Tabela 1 - Características dos Pedidos de acesso à informação

Total de perguntas:	106	Total de solicitantes:	62
Perguntas por pedido:	1,51	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	3
		Solicitantes com um único pedido:	55
Situação dos pedidos:	100% Respondidos		

Tabela 2 - Temas das solicitações (10 mais solicitados)

Categoria e assunto	Quantida de	% de Pedidos
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	33	47,14%
Meio ambiente - Gestão de meio ambiente	10	14,29%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	9	12,86%
Governo e Política - Administração pública	8	11,43%
Meio ambiente - Áreas protegidas	2	2,86%
Meio ambiente - Qualidade ambiental	1	1,43%
Meio ambiente - Economia e meio ambiente	1	1,43%
Meio ambiente - Ambientes ocupados pelo homem	1	1,43%
Educação - Gestão escolar	1	1,43%
Ciência, Informação e Comunicação - Comunicação	1	1,43%

Para submissão de perguntas, dúvidas ou orientação sobre as atividades fins do INPE, o canal é o webmaster (webmaster@inpe.br), entretanto, o Instituto possui canais específicos para dúvidas e fornecimento de informações técnicas para algumas de suas áreas de competência. Exemplos destes canais são: Processamento de imagens de satélites (atus@dgi.inpe.br); Previsão de Tempo e Clima (atende@cptec.inpe.br); Raios (elat@inpe.br); Queimadas (queimadas@inpe.br); Dados de desmatamento a Amazônia (prodes@dpi.inpe.br); Programa CBERS (cbers@inpe.br); assuntos gerais (webmaster@inpe.br). A Coordenação de Tecnologia da Informação do INPE gerencia o canal de acesso do cidadão webmaster@inpe.br. De acordo com as estatísticas coletadas pela equipe técnica que administra o serviço webmaster@inpe.br no ano de 2014 houve a seguinte estatística com referência ao atendimento:

Tabela 3 - Quantidade de solicitações no Ano de 2014**2014 - Estatística sobre canal de acesso webmaster@inpe.br**

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Solicitações	89	101	90	79	93	63	76	77	102	86	68	41
Reclamações	3	3	4	3	3	6	5	4	2	1	0	0
Denúncias	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0

Sugestões recebidas	0	4	4	2	0	4	0	3	2	1	0	0
Total Mensal	92	109	98	84	96	74	81	84	106	88	68	41
Total Ano de 2014	1021											

Há na *webpage* do Instituto, *links* de acesso direto às áreas. Através desses *links*, o cidadão tem disponível, no caso do Embrace/INPE, formulário eletrônico que é encaminhado diretamente aos responsáveis pelas atividades realizadas no Programa Embrace, permitindo inclusive solicitar informações, fazer reclamações, denúncias, sugestões e correlatos. O Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial (Embrace) oferece dois canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada. O primeiro canal é a informação do endereço físico, bem como telefone de acesso ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pelo Programa Embrace. Esta informação é oferecida em atenção ao Inciso II do Art. 2º do Decreto Nº 7.962, de 15 de março de 2013, que regulamenta a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, mesmo que os produtos e serviços gerados no âmbito do Programa Embrace/INPE sejam oferecidos gratuitamente aos cidadãos. O segundo canal de comunicação é um formulário de contato do cidadão diretamente com os responsáveis pelas atividades realizadas no Programa Embrace, permitindo inclusive solicitar informações, fazer reclamações, denúncias, sugestões e correlatos. Uma vez preenchido o formulário com informações mínimas do cidadão para que o Programa Embrace/INPE possa lhe oferecer uma resposta (nome, endereço eletrônico e/ou telefone e tipo de solicitação), o sistema envia um e-mail diretamente ao responsável pela atividade, baseado no tipo de solicitação. Não há, contudo, nenhuma estatística de acesso ou resposta, pois o Programa Embrace/INPE conta com um número reduzido de pessoas que facilmente dialogam e discutem as poucas correspondências que tem recebido. Deste modo, até o presente parece não justificar-se o investimento financeiro que seria necessário para aprimorar o sistema até este nível de refinamento. Adicionalmente, o programa opera deste modo desde sua fundação em 2008 e não houve alterações no sistema.

O Programa de Monitoramento da Amazônia do INPE (PAMZ) conta com quatro sistemas operacionais: PRODES, DETER, DEGRAD/DETEX e TERRACLASS. Estes sistemas são complementares e foram concebidos para atender a diferentes objetivos.

As atividades operacionais do PAMZ estão divididas nos seguintes projetos, onde os três primeiros são operados a partir do campus do INPE em São José dos Campos/SP e o ultimo a partir do Centro Regional da Amazônia que o INPE mantém em Belém/PA:

- PRODES – Inventário anual do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal (www.obt.inpe.br/prodes)
- DETER – Alertas de desmatamento em tempo quase real na Amazônia Legal (www.obt.inpe.br/deter)
- DEGRAD/DETEX – Mapeamento de áreas florestais degradadas na Amazônia Legal e Monitoramento da exploração seletiva de madeira em florestas públicas. (www.obt.inpe.br/degrad)
- TERRACLASS – Mapeamento do uso e cobertura da terra das áreas desmatadas na Amazônia Legal (<http://www.inpe.br/cra>)

Todos os sistemas acima disponibilizam seus dados pública e gratuitamente para sociedade e contam com canais próprios para fazer esta distribuição. A forma encontrada para disponibilizar

esses dados é através de sítios específicos na Internet (endereços acima) onde é possível consultar e obter um conjunto de mapas em formato vettorial, imagens de satélite, tabelas e estatísticas.

O acesso aos dados dos sistemas PRODES e DETER é feito a partir de um cadastramento prévio do usuário interessado. O cadastro de usuários do PRODES conta com 16.367 inscritos e o do DETER com 11.086.

O suporte aos produtos e as comunicações com a sociedade para esclarecimento de dúvidas, sugestões e reclamações são feitas através de e-mails (não há controle estatístico sobre estas consultas) ou via o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) mantido pelo INPE.

O Programa Queimadas do INPE permite acesso aos dados diretamente na internet às dezenas de produtos e páginas operacionais de dados disponíveis sem custo no portal do Programa Queimadas (<http://www.inpe.br/queimadas>). Relatórios e alertas configurados individualmente pelos próprios usuários conforme suas necessidades são enviados rotineiramente mediante cadastro gratuito em (<http://sigma.cptec.inpe.br/queimada/admin.login.logic>). Usuários diferenciados, como PrevFogo/IBAMA/ ICMBio, ONS, etc. têm acesso direto por meio de FTP a bases de dados configuradas para seu uso específico. Para outros usuários, como por exemplo, o CIMAN – Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal, Queimadas oferece aplicativos desenvolvidos especialmente (<http://sirc.dgi.inpe.br/ciman/>). A comunicação dos usuários e interessados nos produtos e dados do Programa Queimadas do INPE é feita por meio de: ofícios de instituições federais, estaduais e municipais, assim como de ONGs, empresas e indivíduos encaminhados à Direção do Instituto; mensagens eletrônicas enviadas aos endereços do Programa (queimadas@inpe.br), dos atendimentos a usuários da Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais-CPTEC e do INPE, e diretamente aos integrantes da equipe Queimadas; telefonemas diretamente aos integrantes da equipe Queimadas e contato com a assessoria de imprensa do Instituto. Neste Programa são mantidos registros dos atendimentos apenas em alguns casos, em decorrência da falta de pessoal para controlar todos os atendimentos. Por exemplo, para efeito de amostra, em 2014 e 2013 atendeu-se cerca de uma solicitação por dia considerando-se os dias úteis do ano, conforme a tabela a seguir.

Tabela 4 - Programa de Queimadas do INPE

Programa Queimadas do INPE - Atendimentos a usuários apenas por E-mail
(Listagem incompleta, considerando apenas os principais casos)

Mês / Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total Mês
jan		5		9	10	21	45
fev		7	2	17	28	6	60
mar		6	7	27	39		79
abr		2		14	24		40
mai		7	1	12	35		55
jun		3		18	37		58
jul			1	14	43		58
ago		8	10	47	62		127
set			16	44	53		113
out			24	42	8		74
nov	7		6	38	8		59
dez	4		14	16	4		38
Total Ano	11	38	81	298	351	27	806

Mais detalhes dos usuários envolvidos nos atendimentos do Programa Queimadas podem ser encontrados em http://queimadas.cptec.inpe.br/~rqueimadas/documentos/20150219_Tabela_Atendimentos_EMail.htm. Quanto ao apoio dado diretamente para meios de comunicação, o número de matérias divulgadas na mídia com apoio do Programa Queimadas varia

conforme o ano, em função da intensidade da estiagem e do uso do fogo na vegetação. Por exemplo, considerando-se apenas as divulgações principais, sem as dezenas de repercussões de cada matéria, 2014 e 2012, anos secos, tiveram 480 e 528 matérias, respectivamente, enquanto que 2013 e 2011, anos mais úmidos, tiveram 337 e 256 matérias. Estas matérias podem ser acessadas em <http://www.inpe.br/queimadas/midia.php>. O Programa também apoia a produção e divulgação de trabalhos técnicos e científicos dos usuários. Exemplos de algumas centenas deste tipo de aplicação e usuários estão disponíveis em http://queimadas.cptec.inpe.br/~rqueimadas/documentos/pub_queimadas.pdf. O atendimento com dados e produtos do Programa Queimadas também é feito por meio do portal internet, que tem apresentado várias centenas de acessos diariamente. Um dos produtos, com contador exclusivo (<http://www.dpi.inpe.br/proarco>), já passa de meio milhão de acessos. Cerca de 3.000 é a quantidade de usuários cadastrados que recebe diariamente relatórios e alertas individualmente configurados, e cujo registro é feito em <http://sigma.cptec.inpe.br/queimada/admin.login.logic>. Congressos encontros técnicos e científicos, nacionais e internacionais também são utilizados para difundir os resultados do trabalho, assim como interagir com grande número de usuários de forma a responder suas dúvidas e coletar sugestões de alterações e melhorias nos produtos e trabalhos realizados. Estes eventos estão relacionados nos itens 5, 6, 8 e 10 da página http://queimadas.cptec.inpe.br/~rqueimadas/documentos/pub_queimadas.pdf.

O Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia (LABREN), vinculado ao CCST/INPE (Centro de Ciências do Sistema Terrestre/INPE, mantém o *website* do sistema SONDA (<http://sonda.ccst.inpe.br>), onde estão disponíveis os dados qualificados coletados pelas estações da rede. Através do *e-mail* disponibilizado no *website*, os usuários podem entrar em contato com a equipe responsável pelos dados e pela rede. As respostas às solicitações, reclamações ou sugestões são enviadas dentro de 24 horas.

O projeto SONDA - Sistema de Organização Nacional de Dados Ambientais foi instalado e é mantido pelo LABREN (Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia), vinculado ao CCST/INPE (Centro de Ciências do Sistema Terrestre / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). A rede SONDA de dados nasceu de um projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para implementação de infraestrutura física e de recursos humanos destinada a levantar e melhorar a base de dados dos recursos de energia solar e eólica no Brasil, para uso apropriado do setor de energia.

O LABREN mantém o *website* do sistema SONDA (<http://sonda.ccst.inpe.br>) onde estão disponíveis os dados qualificados coletados pelas estações da rede. O acesso é público e gratuito. Através do *e-mail* disponibilizado no *website*, os usuários podem entrar em contato com a equipe responsável pelos dados e pela rede. As respostas às solicitações, reclamações ou sugestões são enviadas dentro de 24 horas.

O Grupo de Eletricidade Atmosférica/INPE (ELAT) disponibiliza no site (www.inpe.br/elat) informações úteis e de direto acesso através de mapas, textos, fotos e ilustrações para todos os cidadãos em geral.

Os produtos e serviços do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE) são disponibilizados para a sociedade através da webpage institucional (www.cptec.inpe.br). Existe um setor de atendimento ao usuário no CPTEC/INPE, que recebe as solicitações dos diversos usuários por telefone e *e-mail* (atende@cptec.inpe.br). Os registros de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas são feitos por cada uma das áreas. No

CPTEC, as informações de contato estão disponíveis na *webpage* do Centro. As solicitações são registradas pelo CPTEC e o resumo estatístico sobre a quantidade de solicitações ou reclamações é feito manualmente baseado nesse registro.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O DECRETO Nº 6.932, de 11 de Agosto de 2009 institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” e dá outras providências, e a Portaria DE/DIR-2695 atribui competência para implementação, monitoração e cumprimento das normas relativas à Lei da Informação (Lei Nº 12.527 de 18/11/11, Decreto Nº 7.724 de 16/05/12) no âmbito do INPE. Nesse sentido, havendo o entendimento de que o INPE não presta serviços diretamente ao cidadão, apesar de gerar produtos e serviços que podem ser de interesse do cidadão, não existe uma “Carta de Serviços ao Cidadão” editada pelo INPE.

Devido ao tipo de serviços prestados pelo INPE, que atendem diretamente à União e empresas públicas e privadas, os relacionamentos têm sido, ou caso a caso, ou através de um portal de serviços na área que os presta. Como exemplos têm-se os serviços prestados pelos programas Amazônia (<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>), Clima Espacial (<http://www2.inpe.br/climaespacial>), Eletricidade (<http://www.inpe.br/webelat/homepage>), Sistema de Organização Nacional de Dados Ambientais (<http://sonda.ccst.inpe.br>), o serviço de previsão do tempo do CPTEC (<http://www.cptec.inpe.br>) e o Serviço de Monitoramento de Queimadas (<http://www.inpe.br/queimadas>).

4.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

O INPE não possui mecanismo próprio para medir a satisfação dos produtos e serviços ofertados. No Caso do Programa Embrace/INPE, ainda que não haja mecanismos diretos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários de produtos e/ou serviços oferecidos, o Programa realiza workshops com os cidadãos-usuários de produtos de clima espacial. Em sua primeira versão, o workshop realizou uma pesquisa de satisfação contida no Relatório do Workshop do Clima Espacial com Usuários (<http://www.inpe.br/climaespacial/workshop2011usuarios/documentos.php>).

4.4 Acesso às informações da Unidade Jurisdicionada

O canal de acesso à informação está disponível no *link* “Acesso à Informação” no menu à esquerda do site institucional do INPE (url: <http://www.inpe.br/acessoainformacao/>). Está disponível no sitio institucional do INPE, na barra de Identidade do Governo Federal para Internet, o *link* para o Portal de Acesso à Informação do Portal Brasil, conforme Instrução Normativa nº 8, de 19 de dezembro de 2014 da SECOM (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência da República. O *webmaster*, canal de comunicação (webmaster@inpe.br), está disponível em todas as páginas do sitio institucional do INPE localizado na parte inferior do menu esquerdo e também o item “Fale Conosco”, endereçado ao webmaster@inpe.br, localizado na barra superior do site. Para o Relatório de Gestão, o acesso ao repositório dos relatórios de gestão, relatórios de auditória de gestão e acórdãos do TCU concernentes estão disponíveis no menu esquerdo no item Relatório de Gestão da página principal do sitio institucional do INPE (url: http://www.inpe.br/gestao/relatorio_gestao.php).

O programa Embrace/INPE disponibiliza informações através do menu esquerdo na página principal do INPE (<http://www.inpe.br/>) ou do endereço do Portal Embrace (<http://www.inpe.br/climaespacial/>) em qualquer navegador web.

No Programa Queimadas, todos os dados referentes ao monitoramento de queimadas estão disponíveis no site <http://www.inpe.br/queimadas>.

O Programa Amazônia disponibiliza informações através dos seguintes sites:

- INPE – www.inpe.br
- PRODES – www.obt.inpe.br/prodes
- DETER - www.obt.inpe.br/deter
- DEGRAD/DETEX – www.obt.inpe.br/degrad
- TERRACLASS – <http://www.inpe.br/cra>

O Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia (LABREN), vinculado ao CCST/INPE (Centro de Ciências do Sistema Terrestre/INPE, mantém o *website* do sistema SONDA (<http://sonda.ccst.inpe.br>).

O Grupo de Eletricidade Atmosférica/INPE (ELAT) disponibiliza suas informações no site (www.inpe.br/elat).

4.5 Avaliação do desempenho da Unidade Jurisdicionada

Conforme disposto no item 3.2, o INPE não conta com uma “Carta de Serviços ao Cidadão”, uma vez que não presta serviços diretamente aos cidadãos; dessa forma, não é necessário que conduza avaliações de desempenho de seu relacionamento com a sociedade.

Não obstante estar desobrigado de conduzir tais avaliações, alguns programas do INPE têm a preocupação de realizar pesquisas de satisfação como forma de mensurar seu desempenho para que possam aperfeiçoá-lo. No caso do Programa Queimadas, as pesquisas de satisfação têm sido feitas nos cursos de treinamento, com resultado médio de nove em uma escala de zero a dez. O CPTEC está estudando a implementação de um sistema na sua *webpage* que permita a inserção e coleta dessas informações de satisfação, mas para isto aguarda-se a nomeação dos novos servidores do concurso e finalização da reorganização necessária para dar prosseguimento a esta meta.

4.6 Medidas relativas à acessibilidade

A Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e o Decreto 5.296/2004 estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Assim sendo, não se aplica ao eSIC/INPE.

Com relação à acessibilidade física, o Instituto vem se reestruturando nos últimos dez anos para atender a lei 10098 de 19/12/2000 que “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a

promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.”

Os prédios novos como o CCST, CTE2, CEA2, LABGEL, LAMBDA e BETA já foram projetados para atender a lei de acessibilidade. Todos possuem vagas reservadas e claramente sinalizadas destinadas ao estacionamento de veículos de pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida. Os demais prédios necessitam de um estudo para implantação da acessibilidade. Em área externa do INPE todas as calçadas foram reestruturadas para cumprindo a lei .

Adicionalmente, todos os passeios públicos do Instituto possuem altura máxima aproximada de 10 centímetros com relação à via de trânsito interna e rampas de acesso.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Os subitens 5.2.1, 5.2.1.1, 5.2.3.2, 5.2.3.3, 5.2.3.4, 5.2.3.5 não se aplicam ao INPE. Não há conteúdo a ser declarado no exercício em referência para o item 5.5, posto que no que se refere ao estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração de custos, o acesso ao Sistema de Custos do Governo Federal permanece em nível de órgão superior, considerando as limitações do sistema quanto ao quantitativo de acesso até 2014, sendo de apenas 300 usuários cadastrados, o que não ocorrerá a partir de 2015, pois os dados dos sistemas estruturantes serão migrados para nova plataforma que suportará até 60.000 usuários cadastrados, portanto, este item será apresentado apenas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Quanto aos subitens 5.2.1 e 5.2.1.1, as informações sobre os programas temáticos do PPA 2012-2015 não se aplicam ao INPE porque o Instituto não representa secretaria executiva ou secretaria geral e, portanto, não precisa elaborar o quadro ou análise situacional referente a programa temático. Com relação ao subitem 5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS, como o INPE tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados às ações sob sua responsabilidade, ambas com o subtítulo 0001 – Abrangência Nacional, o quadro mencionado não se aplica ao Instituto. O subitem 5.2.3.3 - Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS não se aplica ao INPE porque as ações sob responsabilidade do Instituto, a saber, a 20UI e a 20V9, estavam presentes na LOA 2013 e 2014. Em outras palavras, o Instituto não teve ações que deixaram de ser previstas na LOA 2014, com ou sem restos a pagar não processados e executados em 2014. Portanto, esse quadro não se aplica ao Instituto. Os subitens 5.2.3.4 e 5.2.3.5 – Ações – Orçamento de Investimento – OI, também não se aplicam ao INPE porque o Instituto é responsável apenas por ações da esfera do Orçamento Fiscal.

5.1 Planejamento da Unidade Jurisdicionada

O INPE, como parte integrante do MCTI, está inserido no contexto do plano estratégico do Ministério. Este, por sua vez, consolidou suas diretrizes no documento conhecido como Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015 (ENCTI 2012-2015). Na ENCTI, o INPE participa das áreas de pesquisa e desenvolvimento, dos desafios (mais precisamente no setor aeroespacial) e no Programa Nacional de Atividades Espaciais 2012-2020 (PNAE 2012-2020). Deste conjunto destaca-se:

- Participação no Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, juntamente com outras instituições federais, abrigando em suas instalações de Cachoeira Paulista (SP) um módulo temporário com uma Sala de Situação do Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).
- Participação na execução da primeira fase (de consolidação) do PNAE 2012-2020 com o desenvolvimento ou contribuição em projetos mobilizadores, a saber, do Satélite Geoestacionário de Comunicações; do lançamento do satélite Amazonia-1, com a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM); do lançamento dos satélites CBERS 3 e 4; do estabelecimento de um programa de satélites científicos e tecnológicos; e do estabelecimento de um programa de domínio de tecnologias críticas.

Do ponto de vista tático, o planejamento que permite ao INPE desdobrar os objetivos estratégicos acima em objetivos de ordem inferior, que devem ser alcançados em médio prazo, está em seu

Plano Diretor 2011-2015. Este documento traz a proposta de 12 objetivos específicos com ênfase no programa de satélites, dos quais se destacam:

- Realizar, em conformidade com o PNAE um programa de satélites de telecomunicação e observação da Terra para atender a demandas brasileiras e internacionais de comunicação, monitoramento territorial e oceânico, previsão de tempo e clima, e estudos sobre mudanças globais.
- Organizar, em conformidade com o PNAE, um programa de satélites científicos que produza dados inéditos com tecnologia inovadora para pesquisa em Clima Espacial e Astrofísica.
- Desenvolver, junto com a indústria nacional, as tecnologias necessárias para as missões do programa espacial brasileiro, enfatizando produtos e processos inovadores.
- Ser referência internacional nas atividades de pesquisa e de operações em sensoriamento remoto continental e oceânico, previsão do tempo e do clima sazonal e mudanças climáticas, na região tropical.
- Criar centros operacionais de monitoramento e modelagem de Clima Espacial, Desastres Naturais e Mudanças do Uso da Terra no Brasil.
- Prover a infraestrutura, a gestão de competências e de pessoas, e os serviços administrativos de forma a garantir a plena execução das atividades do INPE.

O Plano Diretor vigente está, desde o segundo semestre de 2014, sob revisão para elaboração do novo Plano Diretor 2016-2019.

Quanto ao planejamento operacional, que desdobra o planejamento tático acima em ações de execução, é mais dinâmico e passa por ajustes frequentes. Em 2014, novas adaptações introduzidas no modelo de gestão do INPE foram consolidadas de maneira a garantir o ajuste detalhado nas diretrizes do planejamento do Instituto dadas pela Direção e à estrutura da LOA 2014. Reforçando que, a mudança principal, realizada em 2013 com a posse da nova Direção, consistiu em ancorar o planejamento e acompanhamento nas Ações/Planos Orçamentários, em substituição ao modelo baseado nos Planos Internos de Gestão das Unidades e Programas do INPE.

O ano de 2014 foi um ano marcado por árduas decisões da gestão por conta do contexto político e econômico do País. Este cenário desencadeou e/ou agravou limitações internas do INPE, desde problemas de instalações a restrições nos recursos financeiros. Problemas de instalações, que necessitavam de obras e reformas que não conseguiram ser realizadas, comprometeram o andamento dos projetos e o adequado uso dos equipamentos. Deficiência e/ou reposição de pessoal é um problema crônico que, em 2014, foi agravado pelo número significativo de aposentadorias, num total de 62 servidores, sendo 37 na área de gestão e 25 na área finalística. As medidas adotadas em atendimento à Justiça, associadas à contratação de servidores temporários, tiveram continuidade com a realização de processo seletivo. O ingresso de 16 novos servidores remanescentes do concurso de 2013 no INPE não solucionou o problema. Há a expectativa de que esta situação problemática deverá ser minimizada pelo novo concurso público a ser realizado pelo MCTI nos próximos anos. As restrições orçamentárias e financeiras, resultado do contexto político e econômico nacional, comprometeram seriamente muitas das entregas de compromissos do INPE, especialmente do PPA vigente, exigindo a movimentação para uma revisão das metas pactuadas no Plano. Contudo, nenhuma proposta de revisão de meta em 2014 foi aprovada pelo MPOG, mesmo diante da exposição de que muitas delas não têm mais tempo hábil para serem cumpridas. Além disso, a priorização dos investimentos foi uma constante, seja por restrições orçamentárias e financeiras, seja por restrições de recursos humanos. A preferência foi dada às atividades relacionadas à conclusão e lançamento do satélite CBERS-4 e à continuação das atividades operacionais e de pesquisa do CPTEC.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Objetivo

Quadro 5 - Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.					
Código	0476	Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios				Código	2036
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
01	Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional	km ² (quilômetro quadrado)	8.514.887	4.196.943	4.196.943	0,49
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
01	Bioma Amazônia	km ² (quilômetro quadrado)	4.196.943	4.196.943	4.196.943	1
02	Bioma Caatinga	km ² (quilômetro quadrado)	844.453	0	0	0
03	Bioma Cerrado	km ² (quilômetro quadrado)	2.036.448	0	0	0
04	Bioma Mata Atlântica	km ² (quilômetro quadrado)	1.110.192	0	0	0
05	Bioma Pantanal	km ² (quilômetro quadrado)	150.355	0	0	0

06	Bioma Pampa	km ² (quilômetr o quadrado)	176.496	0	0	0
METAS QUALITATIVAS						
Seqüencial	Descrição da Meta					

Fonte: SIOP

5.2.2 Análise Situacional

A abrangência das informações sobre o Objetivo 0476 do Programa 2036 do PPA 2012-2015 que estão sendo disponibilizadas é parcial porque o INPE tem gestão de forma direta apenas sobre uma das quatro metas deste Objetivo.

A ampliação da área de monitoramento de desmatamento da Amazônia para os demais biomas brasileiros ainda não foi executada por não ter havido aporte de recursos orçamentários adicionais. Há uma iniciativa coordenada pelo MCTI para ampliar o monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado com recursos do Programa de Investimento Florestal do Fundo para o Clima do Banco Mundial que está em fase de submissão de proposta ao Banco Mundial, previsto, caso aprovado, a ser iniciado em meados de 2015. Há também uma iniciativa de captação de recursos junto ao governo alemão para desenvolver bases científicas para o monitoramento do Cerrado, de iniciativa do MMA em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Esta iniciativa ainda não foi iniciada por aguardo da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre INPE, MMA e Caixa Econômica. As metas relativas ao bioma Amazônia foram cumpridas conforme planejado, no entanto, a meta de ampliar a abrangência de monitoramento para a escala nacional para atender às necessidades da implementação dos mecanismos de REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação florestal + conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas, aumento dos estoques de carbono florestal) foram prejudicadas pela falta de aporte orçamentário para este fim. Continua o desafio de ampliar o escopo geográfico do monitoramento de desmatamento e do estado da cobertura florestal para a escala nacional para fins de subsidiar a implementação dos mecanismos de REDD+.

Quanto ao tema do fogo na vegetação, os objetivos estão sendo cumpridos conforme previsto, ou seja, o monitoramento dos focos de queima da vegetação cobre todos os biomas. Foram gerados todos os produtos operacionais previstos para monitoramento do fogo e risco de incêndios, os quais são apresentados e distribuídos em <http://www.inpe.br/queimadas>. Contatos mais estreitos com o PrevFogo/IBAMA (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), tiveram impacto positivo no uso efetivo dos dados e no sistema CIMAN gerados pelo INPE. A análise do impacto do fogo teve início por meio de estudos e pesquisas e esta, prevista para ser desenvolvida operacionalmente em 2015, caso os recursos adicionais do PPA, solicitados ao MCTI para esta finalidade, sejam recebidos.

5.2.3 - Objetivo

Quadro 6 - Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.					
Código	0990	Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Programa	Mudanças Climáticas			Código	2050	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencia I	Descrição da Meta	Unidad e medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
01	Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões	unidade	10	10	10	1
02	Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação	%	20	20,4	20	1
03	Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias	%	75	83	83	1,11
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencia I	Descrição da Meta	Unidad e medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
	Regionalização da Meta	Unidad e medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
METAS QUALITATIVAS						
Sequencia I	Descrição da Meta					

Fonte: SIOP

5.2.4 - Análise Situacional

A abrangência das informações sobre o Objetivo 0990 do Programa 2050 do PPA 2012-2015 que estão sendo disponibilizadas é integral porque o INPE tem gestão de forma direta sobre todas as três metas deste Objetivo.

Com o objetivo de expandir a previsão do tempo, da qualidade do ar e do clima, de 2012 a 2014, continuaram os desenvolvimentos e refinamentos no sistema de assimilação de dados em escala global. O sistema se encontra em avaliação de desempenho. A assimilação de dados visa obter o cenário atual (análise) mais realista possível, permitindo assim que o modelo atmosférico realize a previsão do cenário futuro (previsão) com o menor erro. Permanece o aprimoramento dos sistemas de monitoramento da recepção e armazenamento de dados meteorológicos, com a elaboração periódica de boletins de acompanhamento e a utilização do sistema MARS (*Meteorological Archival and Retrieval System*) do ECMWF (*European Centre for Medium-Range Weather Forecasts*).

As metas associadas ao Objetivo 0990 foram cumpridas: (1) A previsão pode ser feita para 10 ou mais regiões. (2) Atingimento de índice superior a 20% do ETS (*Equitable Threat Score* - índice de avaliação de precipitação) para os modelos regionais. Esse resultado significa uma melhoria de 50% no índice da previsão de precipitação em relação ao que se obtinha em 2011. O índice escolhido, ETS, é dependente das escalas temporal e espacial dos fenômenos atmosféricos causadores da precipitação, de tal forma que pode haver oscilações para mais ou para menos na medição deste índice que independem do esforço de pesquisa e inovação dedicados à melhoria dos modelos atmosféricos. (3) O índice de acerto passou de 66% em 2012 para 83% em 2013. A acurácia das previsões se manteve, mas obteve-se ganho na resolução espacial de 20 para 5 Km, o que é por si só um valor agregado importante. Em 2014 estas acuráncias se mantiveram. A implementação somente foi possível com a disponibilidade do supercomputador, capaz de gerar as previsões com melhores resoluções (detalhamentos) dos modelos, o que permite simular eventos mais fielmente.

5.2.5 - Objetivo

Quadro 7 - Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.					
Código	0555	Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Programa	Política Espacial			Código	2056	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Catalisador de hidrazina qualificado para voo
02	Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria
03	Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado
04	Motor iônico qualificado

Fonte: SIOP

5.2.6 – Análise situacional

A abrangência das informações sobre o Objetivo 0555 do Programa 2056 do PPA 2012-2015 que estão sendo disponibilizadas é parcial porque o INPE tem gestão de forma direta apenas sobre quatro das onze metas deste Objetivo.

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa espacial. No âmbito das metas deste objetivo, relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de produtos/sistemas para aplicação espacial, voltadas para satélites, cargas úteis e sistemas de solo, vêm tendo desenvolvimento em ritmo lento e gradual, cabendo apenas destacar que a meta relativa ao desenvolvimento de lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no satélite Amazônia-1 já foi atingida. No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de pico satélites, cabe ser destacado também o lançamento com sucesso, em 2014, do nano satélite NANOSATC-BR1, desenvolvido pelo Centro Regional Sul de Pesquisa (INPE-CRS) e que já se encontra operacional. Destaca-se também o satélite universitário AESP-14, padrão 1U, desenvolvido pelos estudantes de graduação e pós-graduação do ITA, finalizado e testado no Laboratório de Integração e Testes do INPE. Foi entregue para lançamento à empresa japonesa JAMMS, responsável pelo lançamento do satélite a partir da Estação Espacial Internacional em fevereiro de 2015.

Além da meta (2) já cumprida, cabe destacar: (1) Apesar do catalisador, a ser empregado nos propulsores da PMM (Plataforma Multi Missão), já ter sido aprovado em testes de qualificação, em 2012, testes com o novo lote de catalisadores preparados para o modelo de voo apresentaram desempenho inferior ao esperado. A análise dos resultados destes testes não foi conclusiva. Diante destes fatos, foram iniciadas em 2013 as atividades de revisão da metodologia de síntese do composto precursor da alumina empregada como suporte do catalisador dos propulsores da PMM, visando a sua utilização em missões futuras. A metodologia de síntese do composto precursor da alumina foi revisada e otimizada em 2014. (3) A fabricação do microgiroscópio de silício, como todo equipamento de tecnologia mais refinada, possui algumas condições básicas e essenciais para serem realizadas. No caso do microgiroscópio é necessário que o Reator de Corrosão a Plasma – DRIE esteja operacional e que os demais componentes da infraestrutura de microfabricação estejam adequados para atender aos requisitos técnicos. O Reator foi adquirido em 2012, mas ainda não está operacional porque a infraestrutura laboratorial necessária não está completa. O principal motivo tem sido o tempo consumido na instalação e manutenção da infraestrutura e em processos de compras, tudo isto agravado pela carência de recursos humanos. No primeiro semestre de 2014, toda a equipe ficou focada nas atividades relacionadas à instalação, manutenção e recuperação da infraestrutura e dos equipamentos. No segundo semestre de 2014, esperava-se realizar a fabricação da primeira versão da estrutura mecânica de giroscópio, entretanto, ainda não foi possível concluir-

la, pois o projeto ainda está no estágio de implantação de meios. (4) O projeto do motor iônico vem sendo desenvolvido ao longo de todo o período do PPA atual. O principal componente do motor iônico, o catodo oco, tem sido o foco de maior esforço. Parte dos desafios enfrentados para a execução do projeto gira em torno das sérias dificuldades na importação de insumos e componentes sensíveis para tecnologia espacial. A falta de recursos humanos também é um sério problema, que chega a paralisar oficinas, e tem um impacto significativo no cronograma do projeto, que está atrasado.

5.2.7 – Objetivo

Quadro 8 - Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.					
Código	0702	Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Programa	Política Espacial			Código	2056	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
01	Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional	unidade	1	0	0	0
02	Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013	%	100	90	90	0,9
03	Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários	%	50	1	1	0,02
04	Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos	satélite lançado	2	1	2	1
05	Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1	%	100	16	62	0,62
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)

METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SIOP

5.2.8 – Análise situacional

A abrangência das informações sobre o Objetivo 0702 do Programa 2056 do PPA 2012-2015 que estão sendo disponibilizadas é parcial porque o INPE tem gestão de forma direta sobre cinco das seis metas deste Objetivo.

Buscando consolidar a importante autonomia no monitoramento do imenso território brasileiro, cabem ser destacados os importantes esforços desenvolvidos em cooperação com a China no âmbito do Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*). Com a perda do satélite CBERS-3, lançado no início de dezembro de 2013, devido a uma falha no terceiro estágio do foguete chinês Longa-Marcha 4B, que impediu a colocação do satélite em sua órbita correta, Brasil e China acordaram em acelerar o desenvolvimento do CBERS-4 e antecipar o seu lançamento para fins de 2014. Com um cronograma extremamente desafiador, todos os esforços foram envidados para superar etapas críticas de montagem, integração e testes, o que possibilitou o seu lançamento no dia 7 de dezembro de 2014, a partir da Base de lançamento de Taiyuan/China, com todos os subsistemas do satélite operando conforme o esperado. Embora as quatro câmeras imageadoras estejam ainda em fase de testes, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil o aprimoramento das suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações. É possível também afirmar que os projetos de satélites da família CBERS foram de fundamental importância tanto para o estabelecimento quanto para a capacitação do setor industrial espacial brasileiro. Estes projetos capacitaram a indústria nacional para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites. A capacitação industrial necessária para projetar e fabricar os subsistemas e equipamentos relacionados não se reduz às competências tecnológicas, mas incluem infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais extremamente valiosas e aplicáveis a outras atividades de outros setores em que estas empresas também atuam. No âmbito da cooperação estratégica com a China, cabem ser destacadas também as discussões preliminares iniciadas sobre o Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação no Setor Espacial para o período de 2013 a 2022, firmado na 3^a Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), ocorrida em 06/11/2013 em Cantão-China, o qual ampliará e diversificará ainda mais as oportunidades de cooperação com aquele país na área espacial.

Quanto ao desenvolvimento do satélite Amazônia-1, que visa ampliar a capacidade nacional em observação da Terra, permanece ainda os desafios para a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM), bem como a sua integração à carga útil. Restrições decorrentes da inadequação da legislação para projetos de desenvolvimento tecnológico e da falta de pessoal vêm acarretando atrasos no desenvolvimento do projeto. Dado esse cenário, foi necessário em 2014 reprogramar o cronograma de execução do projeto, bem como readequar as metas físicas a serem cumpridas. Com relação à plataforma do satélite, foram disponibilizados os equipamentos de testes relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle), a estrutura do módulo de carga útil do modelo de voo, o

modelo de qualificação do subsistema OBDH, o modelo de qualificação do Gravador de Dados, o modelo de qualificação das antenas do transmissor Banda X, o modelo de voo das antenas Banda X e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados (AWDT). Foi também concluída a fabricação e os testes dos equipamentos de voo do subsistema de Controle de Atitude e Órbita e tratamento de dados (ACDH). Este subsistema está em processo de transporte para o Brasil. Relativo às macro atividades de sistema, foram realizadas: campanha de teste integrado do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE, projeto da cablagem do módulo de serviço e conclusão do projeto de controle térmico do satélite Amazônia-1.

Na consecução dos resultados buscados no presente Objetivo, deve ser mencionado ainda que o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE concluiu os estudos para implantar as capacidades necessárias para realizar as atividades de montagem, integração e testes (AIT) de satélites geoestacionários de grande porte para telecomunicações e meteorologia, bem como satélites de órbita baixa para observação da Terra, científicos e os demais previstos no PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais, no PESE – Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e para as próximas etapas do programa do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Este estudo concluiu pela necessidade de ampliação das instalações atuais do LIT em cerca de 12.000 m² de área construída e a implantação de novos meios de testes. Estimado em R\$ 185 milhões, o projeto contará, para sua primeira fase, com um apoio da FINEP no montante de R\$ 45 milhões. Em fins de 2014, houve a conclusão parcial do projeto básico das obras civis, estando previstas para 2015 a conclusão do projeto executivo, o início do processo licitatório de parte da obra civil, bem como a contratação de construtora responsável pelas obras.

Por fim, merece ser destacado ainda o sistema de monitoramento do clima espacial, cuja infraestrutura está praticamente concluída, encontrando-se já em fase inicial de operação com um ambiente robusto e que permite desenvolvimento sustentado na pesquisa espacial e em sinergia com esta, o que a potencializa para atingir a novos patamares internacionais. O sistema já está organizado em forma de programa e já tem capacidade de emitir alertas imediatos via página oficial no ambiente do INPE e em redes sociais quando a radiação ou partículas solares atingem o ambiente terrestre, além dos relevantes boletins diários com a previsão de ocorrência de tempestades de radiação solar, geomagnéticas, bolhas de plasma e perturbações na ionosfera, que podem afetar desde o funcionamento de satélites em órbita da Terra, até o uso de receptores GPS na superfície. Cabe mencionar ainda que o sistema desenvolvido no Brasil tem obtido projeção internacional e despertado o interesse de vários países em desenvolver cooperações internacionais nesta área. Recentemente, o gerente geral do programa brasileiro foi eleito como vice-diretor do organismo internacional que representa este setor técnico-econômico.

Há de se colocar que o estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional está com andamento suspenso em função da limitação de recursos orçamentários e de pessoal no INPE. Apesar dessas restrições, foi possível preparar em 2013 um ambiente de gestão informatizada de documentos para uso no projeto, necessário ao desenvolvimento da fase inicial do projeto.

As principais restrições encontradas no conjunto acima das metas do Objetivo 0702 residem na inadequação da legislação para contratação de projetos de desenvolvimento tecnológico, bem como na falta de pessoal tanto na AEB quanto no INPE, e na insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, que, além de retardar o desenvolvimento dos projetos, vêm levando à necessidade de adiamento do início de outros importantes projetos estratégicos de interesse nacional, tais como os estudos necessários para o início do desenvolvimento dos satélites radar e de meteorologia, com maior participação da indústria nacional, como estabelecidos no PNAE.

5.2.9 Ações

5.2.9.1 Ações – OFSS

Quadro 9 - Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação											
Código	20UI	Tipo: Atividade									
Título	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE										
Iniciativa	0182 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI										
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso. Código: 0403										
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021	Tipo: Temático							
Unidade Orçamentária	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação										
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Outras		Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()								
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados					
6.012.550	6.012.550	5.825.983	5.825.983	4.690.573	-	1.182.457,61					
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
				Previsto	Reprogramado	Realizado					
Artigo publicado			unidade	10	10	15					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada					
-	-	-	-		-	-					

Fonte: SIOP e SIAFI

Os resultados obtidos na Ação 20UI em 2014 excederam sua meta física. A produção científica e tecnológica dos Centros Regionais do INPE têm sido crescente. Em particular, no referido exercício foi alcançado o índice de 10 artigos publicados em periódicos indexados. O destaque tecnológico foi a entrega do *Transponder DCS* desenvolvido no Centro Regional do INPE/Nordeste para integração no nanosatélite ITASAT com a carga útil de coleta de dados ambientais.

É importante relembrar que, na definição da meta, entende-se por artigo publicado “publicações técnico-científicas resultantes de cooperação estabelecida para atividades de CT&I espacial, sendo que as cooperações intra-institucionais são formalizadas por meio de projetos conjuntos entre os

Centros Regionais e a unidade central do INPE em São José dos Campos; e as cooperações interinstitucionais são formalizadas através de memorandos de entendimento, cartas de intenção e/ou outros instrumentos legais". Assim, somam-se aos artigos científicos os acordos internacionais estabelecidos que, excepcionalmente, foram 5. Nesta vertente, os destaques foram as assinaturas do (1) programa de cooperação para a recepção direta e distribuição de dados do satélite de sensoriamento remoto LANDSAT-8 firmados com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) e (2) do programa de cooperação para a recepção direta e distribuição de dados do satélite de sensoriamento remoto Resourcesat-2 com a Organização Indiana de Pesquisas Espaciais – ISRO.

Com o crescimento das atividades de P&DI nos Centros Regionais do INPE e aumento dos custos dos serviços, os recursos da Ação foram absorvidos quase que integralmente na manutenção e funcionamento dos Centros. A perspectiva para 2015 é que não haverá recursos na Ação para investimentos em infraestrutura laboratorial. Nos últimos quatro anos, grande parte dos projetos realizados nos Centros contaram com competências técnicas contratadas na forma de bolsas de pesquisa e capacitação tecnológica. Faz-se necessária a contratação de servidores para compor o quadro dos Centros Regionais.

5.2.9.2 Ações – OFSS

Quadro 10 - Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação												
Código	20V9 Tipo: Atividade											
Título	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)											
Iniciativa	01KU – monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite											
Objetivo	Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais. Código:0476											
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático											
Unidade Orçamentária	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013								
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
6.389.700	6.389.700	6.156.958	6.156.958	4.225.530	5.636,39	1.675.005,16						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante							
					Previsto	Reprogramado						
Mapa divulgado			unidade		365	365						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

Os resultados obtidos na Ação 20V9 excederam sua meta física em 2014. Foram divulgados com atraso em agosto os resultados da consolidação do PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) 2013 e foi divulgada no prazo previsto em novembro a estimativa do PRODES-2014. O DETER (Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real) operou normalmente com entregas diárias para o IBAMA de mapas de alertas de desmatamento e degradação florestal. A divulgação pública do DETER teve seu cronograma normal modificado a pedido do IBAMA, que alegou que estas divulgações mensais prejudicavam suas operações de fiscalização. Assim, os dados referentes aos meses de maio a julho foram divulgados em agosto e os de agosto a outubro foram divulgados em novembro. Foi firmado um acordo de cooperação técnica entre INPE e IBAMA definindo um cronograma trimestral de divulgação pública que passou a ser adotado em novembro de 2014.

O Sistema Queimadas/Incêndios Florestais do INPE tem abrangência nacional e possui quatro linhas de ação: (1) monitoramento de focos com imagens de satélites, (2) estimativa e previsão de Risco de Fogo da vegetação, (3) atendimento a necessidades específicas de órgãos oficiais e, (4) mapeamento da superfície queimada. Os produtos e dados gerados em tempo quase real encontram-se em <http://www.inpe.br/queimadas>. Os produtos das três primeiras linhas veem sendo gerados e aprimorados conforme seus cronogramas, destacando-se o apoio ao Centro Integrado Multiagências de Cooperação Operacional (CIMAN-2014), ativado em junho de 2014 para coordenar as atividades nacionais de combate e gestão dos incêndios e queimadas – ver protótipo do INPE em <http://sirc.dgi.inpe.br/ciman>. Destaca-se também a ampliação da cobertura geográfica do Risco de Fogo e seus novos produtos de análise de acertos, conforme <http://www.inpe.br/queimadas/abasFogo.php>.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Os resultados e/ou estágios de implementação do ano de 2014 dos objetivos específicos pactuados, em andamento e alinhados ao Plano Diretor do INPE 2011-2015 são apresentados abaixo:

- Implantar até 2014 o Centro de Ciências do Sistema Terrestre – No primeiro semestre de 2013, foi finalizada a obra civil da infraestrutura predial, restando implantar a parte de tecnologia da informação (TI), a qual foi estudada, planejada e se tornou objeto de um projeto CT-INFRA. Este projeto foi aprovado e executado em 2014, ocorrendo alguns atrasos relativos à adequação de áreas de pesquisa e laboratórios. Assim, com a finalização da estrutura de TI e mais alguns ajustes laboratoriais, será possível atender às demandas de uma infraestrutura adequada para a implantação do Centro de Ciências do Sistema Terrestre. Desta maneira, se garantirá a contribuição mais efetiva do INPE à formulação das políticas públicas de mitigação, adaptação e de redução de vulnerabilidades às mudanças climáticas globais.
- Melhorar a qualidade da previsão de tempo, aumentando a confiabilidade dos dados e aprimorando a resolução espacial – Os modelos regionais ETA e *Brazilian Development on*

the Regional Atmospheric Modelling System - BRAMS atingiram o índice de 20,4% para a previsão de precipitação para a América do Sul com 36h de antecedência. Isto é válido para os limiares de chuva mais frequentes (2.54, 6.53 e 12.8mm), superando, assim, a meta de 20%. Ademais, a atividade de destaque em 2014 do CPTEC/INPE foi o serviço e a página com previsões de tempo para a Copa do Mundo. Esta página representou uma iniciativa inovadora por parte do CPTEC/INPE, num trabalho conjunto com o CEMADEN e outros órgãos. Além da página para a Copa, o CPTEC também teve a responsabilidade de fornecer informações diferenciadas para o comitê organizador local da FIFA. Duas vezes ao dia foram enviadas previsões para todas as cidades-sede da copa, além de serem disponibilizados meteorologistas de plantão para atendimentos e contatos especiais. Um serviço especial de monitoramento também foi estabelecido em parceria com o CEMADEN, e avisos meteorológicos especiais mandados várias vezes ao dia durante os dias dos jogos. Estas informações também foram disponibilizadas para o MCTI e a Casa Civil (Presidência).

- Lançar, em 2014, o satélite CBERS-4 – O satélite CBERS-4 foi montado, integrado e testado durante o ano de 2014 e foi lançado, conforme programado, a partir da Base de Lançamento de Taiyuan/China no dia 7 de dezembro de 2014. Todos os subsistemas do satélite operam conforme o esperado. Embora as quatro câmeras imageadoras ainda estejam em fase de testes, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil aprimorar suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações.
- Desenvolver tecnologias críticas para o setor espacial – Em 2014, o desempenho do INPE foi excepcional e alcançou nove tecnologias desenvolvidas pelos vários Laboratórios do Instituto, refletindo o esforço para garantir a autonomia nacional no desenvolvimento das atividades espaciais.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Neste item, incluem-se informações requeridas de Instituições Científicas e Tecnológicas (item B65 do Anexo II da DN TCU 134/2013), bem como indicadores de desempenho.

5.4.1 Informações Requeridas de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) – (item B65 do Anexo II da DN TCU 134/2-13)

Indicadores de Gestão das ICT nos termos do acórdão TCU n.2.267/2005

Quadro 11 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n. 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Nº de Candidatos}}{\text{Nº de Vagas}}$	1,446	1,323	1,643	1,756	1,741
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{Nº de Aceitos} \times 100}{\text{Nº de Ativos}}$	35,470	33,333	38,857	42,376	43,568
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{Nº de Titulados} \times 100}{\text{Nº de Ativos}}$	27,454	23,970	23,428	23,168	20,539

	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$\frac{\text{Nº de Titulados} \times 100}{\text{Nº de Aceitos nos anos de admissão correspondentes}}$	77,401	69,189	61,809	75,974	60
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{Nº de Desligados} + \text{Desistentes} \times 100}{\text{Nº de Ativos}}$	5,410	3,932	5,523	5,742	5,809
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Nº de Ativos}}{\text{Nº de Docentes}}$	1,875	2,179	2,243	1,949	1,861
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Não se aplica à Pós-Graduação					
	Percentual de Gastos com Pessoal	Não se aplica à Pós-Graduação					
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Não se aplica à Pós-Graduação					
	Percentual de Gastos com Investimentos	Não se aplica à Pós-Graduação					
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Indisponível					
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Padrão	5	5	5	5	5

5.4.1.1 Análise Crítica

1. A relação Candidatos/Vaga, com média de 1.58 nos últimos 5 anos é baixa, mas pode ser considerado muito boa levando-se em conta que a grande maioria dos cursos de Pós-Graduação do INPE atraem candidatos de formação muito específica e o INPE não é uma Instituição apenas de ensino.
2. O Índice de Retenção do Fluxo Escolar é baixo, cerca de 5% em média nos últimos 5 anos, 5. 4% no último ano, o que comprova uma boa seleção na escolha dos alunos e eficiência geral do sistema.
3. A Relação Ingressos/Aluno e a Relação Concluintes/Aluno são adequadas. Nota-se que, segundo as estimativas, atualmente em média 4 alunos entram para cada 3 alunos que saem entre concluintes, desistentes e desligados, o que pode ser visto como uma boa taxa de crescimento.
4. O Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes apresentam bons números. O índice relativo a 2014, por exemplo, é de 77.4%, o que é um número bastante satisfatório.
5. A Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral é baixa, com as estimativas atuais de 1.875 alunos por docente, o que garante um atendimento adequado aos alunos sem sobrecarga sobre os docentes.

5.4.2 Indicadores de Desempenho Operacional

Tabela 5 - Indicadores de desempenho operacional

Denominação	Índice de Referência ¹	Índice Previsto	Índice Observado ²	Periodicidade	Fórmula de Cálculo ³
IPUB – Índice de Publicação	0,58	0,5	0,61	semestral, mas o índice é anual	IPUB = NPSCI/TNSE
IGPUB – Índice Geral de Publicação	2,14	2,00	1,7	semestral, mas o índice é anual	IGPUB = NGPB/TNSE
ITESE – Indicador de Teses e Dissertações	126	110	136	semestral, mas o índice é anual	ITESE=NTD
PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos	2,1	2,1	2,1	semestral, mas o índice é anual	PcTD = NPTD/TNSEt
IPin – Índice de Propriedade Intelectual	4	4	2	semestral, mas o índice é anual	IPin=NP
IDCT – Índice de Divulgação Científica e Tecnológica	3,9	3,0	2,7	semestral, mas o índice é anual	IDCT = NDCT / TNSE
IPS - Índice de Produtos e Serviços	221	215	305	semestral, mas o índice é anual	IPS = NPS
IAL – Índice de Acesso Livre às Publicações	76	70	73	semestral, mas o índice é anual	IAL = (NPBAL/NTPB)*100
IPV - Índice de Publicações Vinculadas a Teses e Dissertações	1,4	1,3	0,85	semestral, mas o índice é anual	IPV = PUB / NTD
IATAE - Índice de Atividade em Tecnologia Aeroespacial	58	50	59	semestral, mas o índice é anual	IATAE = NAER / (NAER + NDIFAER) * 100
PIN – Participação da Indústria	84	82	0	semestral, mas o índice é anual	PIN = [DIN / (DIN + DIE)] * 100

<i>Nacional</i>					
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	49	45	46	semestral, mas o índice é anual	PPACI = NPPACI
PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	48	40	44	semestral, mas o índice é anual	PPACN = NPPACN
FQ – Fator de Qualidade	8,3	8,1	8,4	semestral, mas o índice é anual	FQ = (1/n) $\sum_{i=1}^n f(Qualis(i))$
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	47	48	35	semestral, mas o índice é anual	APD = [1 - (DM / OCC)] * 100
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	29	30	46	semestral, mas o índice é anual	RRP = RPT / OCC * 100
IEO - Índice de Execução Orçamentária	57	100	64	semestral, mas o índice é anual	IEO = VOE / OCC * 100
ICT – Índice de Capacitação e Treinamento	0,38	0,35	0,43	semestral, mas o índice é anual	ICT = ACT / OCC * 100
PRB – Participação Relativa de Bolsistas	15	14	13	semestral, mas o índice é anual	PRB = [NTB / (NTB + NTS)] * 100
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	36	32	37	semestral, mas o índice é anual	PRPT = [NPT / (NPT + NTS)] * 100
IBAP – Índice de Beneficiários em atividades de Popularização da C&T	-	5000	7936	semestral, mas o índice é anual	IBAP

¹ Resultado da última medição final do indicador realizada em dezembro/2013.

² Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão (2014).

³ Segue abaixo quadro complementar com a descrição das variáveis:

Tabela 6 - Descrição das Variáveis da Fórmula de Cálculo dos Indicadores de Desempenho

INDICADOR	VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
IPUB	NPSCI	Número de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano.
	TNSE	\sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
IGPUB	NGPB	(Número de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (Nº de capítulo de livros), no ano.
	TNSE	\sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
ITESE	NTD	Número de Teses e Dissertações finalizadas no ano com orientador pertencente ao quadro funcional do INPE.
PcTD	NPTD	Número total de processos, protótipos, <i>softwares</i> e técnicas desenvolvidas no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos.
	TNSEt	\sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
IPin	NP	Número de pedidos de privilégio de patente, protótipos, <i>softwares</i> , modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior.
IDCT	NDCT	Número de cursos de extensão e divulgação, palestras, artigos, entrevistas, demonstrações técnico-científicas, comprovados através de documento adequado, realizados no ano por pesquisadores e tecnologistas vinculados à Unidade de Pesquisa.
	TNSE	\sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
IPS	NPS	Número de produtos e serviços disponibilizados para o governo e sociedade, seja mediante contrato de venda ou prestação de serviços, seja distribuído gratuitamente no ano.
IAL	NPBAL	Número de publicações com texto completo com acesso livre no ano.
	NTPB	Número total de publicações no ano com texto completo.
IPV	PUB	Número acumulado de artigos completos publicados ou aceitos em revistas, anais de congresso ou capítulos de livro diretamente vinculados a teses ou dissertações finalizadas no ano.
	NTD	Número total de teses e dissertações finalizadas no ano com orientador pertencente ao quadro funcional do INPE.
IATAE	NAER	Nº de homens-hora dedicados às atividades na área Aeroespacial (atividades de montagem e integração, e atividades de tecnologia industrial básica na área aeroespacial), no ano.
	NDIFAER	Nº de homens-hora dedicados aos setores industriais diferentes do setor aeroespacial, no ano. Essas atividades incluem as atividades de metrologia e qualificação de componentes, produtos e processos.
PIN	DIN	\sum dos dispêndios em contratos e convênios com indústrias nacionais que desempenhem atividades relacionadas à área espacial para efeito de projeto na área de satélites, fornecimento de partes e equipamentos de satélites ou outras atividades.
	DIE	\sum dos dispêndios em contratos e convênios com indústrias

		estrangeiras que desempenhem atividades relacionadas à área espacial para efeito de projeto na área de satélites, fornecimento de partes e equipamentos de satélites ou outras atividades.																				
PPACI	NPPACI	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência ao país.																				
PPACN	NPPACN	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano.																				
	n	Número de artigos publicados em revistas classificadas no Qualis.																				
	Qualis (i)	Melhor qualificação do Qualis da CAPES para a revista onde foi publicado o artigo <i>i</i> .																				
	f	Tabela de conversão das qualificações do Qualis para decimais.																				
		<table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr><th colspan="2">Tabela de conversão <i>f</i></th></tr> <tr><th>Qualis</th><th>Nota</th></tr> <tr><td>A1</td><td>10</td></tr> <tr><td>A2</td><td>8.6</td></tr> <tr><td>B1</td><td>7.1</td></tr> <tr><td>B2</td><td>5.7</td></tr> <tr><td>B3</td><td>4.3</td></tr> <tr><td>B4</td><td>2.9</td></tr> <tr><td>B5</td><td>1.4</td></tr> <tr><td>C</td><td>0</td></tr> </table>	Tabela de conversão <i>f</i>		Qualis	Nota	A1	10	A2	8.6	B1	7.1	B2	5.7	B3	4.3	B4	2.9	B5	1.4	C	0
Tabela de conversão <i>f</i>																						
Qualis	Nota																					
A1	10																					
A2	8.6																					
B1	7.1																					
B2	5.7																					
B3	4.3																					
B4	2.9																					
B5	1.4																					
C	0																					
	DM	\sum das Despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano.																				
APD	OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas.																				
	RPT	Receita Própria Total incluindo a receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa).																				
RRP	OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas.																				
	VOE	\sum dos valores de Custeio e Capital efetivamente empenhados e liquidados. Somente fonte 100.																				
IEO	OCCe	Limite de empenho autorizado.																				
	ACT	Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano.																				
ICT	OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas.																				
	NTB	\sum dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano.																				
PRB	NTS	Número total de servidores em todas as carreiras, no ano, inclusive CDT.																				
	NPT	\sum do pessoal terceirizado, no ano.																				
PRPT	NTS	Número total de servidores em todas as carreiras, no ano, inclusive CDT.																				
IBAP	IBAP	Número total de participantes da comunidade não especializada na																				

		área de atuação do INPE, em atividades de popularização da Ciência e Tecnologia, organizadas pelo Instituto.
--	--	--

A análise dos resultados apresentados no Quadro 12 é relatada abaixo:

- IPUB – O aumento da relevância dos artigos em periódicos indexados no processo de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES, bem como as inovações adotadas no processo de coleta foram fatores relevantes para o crescimento deste tipo de publicação, que provavelmente se manterá em tendência de elevação nos próximos anos, ao contrário do observado nos demais tipos de publicação.
- IGPUB – A priorização de pesquisadores e alunos por publicações em periódicos indexados, o que impacta positivamente na apuração do IPUB, por outro lado provoca uma queda na produção dos demais tipos de publicação, principalmente a de artigos em anais de eventos, já que os esforços e tempo despendidos para a elaboração dos artigos a serem submetidos em periódicos indexados é bem maior que nos demais tipos de publicação. Tal fato ocasiona um impacto negativo na apuração do IGPUB, que segue uma tendência de queda nos últimos anos e que tende a continuar nos próximos anos. Além deste, outros fatores que podem ter contribuído para o IGPUB não atingir o valor pactuado com o MCTI, são os mesmos mencionados na justificativa do primeiro semestre de 2014, os quais são enumerados a seguir: (1) A baixa relevância dada aos artigos em congressos pelos órgãos de fomento e pela CAPES (na avaliação de cursos de pós-graduação), somado ao elevado número de aposentadorias e ao fato de muitos pesquisadores estarem sobrecarregados com atividades de gestão estão entre as prováveis causas da baixa na produção científica do Instituto. É preciso que a direção do INPE reveja, junto ao MCTI, a pontuação desse indicador, que precisa refletir o atual momento do Instituto. Outra questão discutida é que atualmente o IGPUB tem o mesmo peso do IPUB no TCG, sendo que este último retrata uma produção muito mais qualificada e relevante. (2) O fato de boa parte do período estipulado para o autoarquivamento coincidir com o período de recesso de final de ano do INPE pode ter contribuído para a baixa participação dos autores neste procedimento. A participação dos autores na coleta dos artigos publicados em anais de eventos é de fundamental importância, já que se trata de um tipo de produção difícil de se rastrear e de se obter as referências por importação, tal como ocorre com os artigos publicados em periódicos indexados.
- ITESE – A meta pactuada foi superada em 2014. O aumento do número de teses e dissertações explica-se pelo crescimento das matrículas nos programas de pós-graduação nos últimos anos.
- PcTD – O INPE coloca especial esforço no desenvolvimento de processos, protótipos e técnicas para sistemas e subsistemas satelitais. Além disso, há o desenvolvimento de *softwares* aplicativos baseados nas técnicas de computação científica desenvolvidas principalmente nos projetos e atividades de previsão de tempo e clima e de clima espacial. Ainda que segmentos da indústria que mais utilizam os serviços do Instituto – telecomunicações e automotivo – estejam passando por dificuldades conjunturais, o que prejudica o desenvolvimento de novos procedimentos técnicos, o INPE atingiu a meta pactuada. No caso da Coordenação dos Laboratórios Associados, o desenvolvimento de tecnologias pactuado em três novas tecnologias, obteve o resultado de nove tecnologias/processos desenvolvidos.

- IPin – Foram efetivamente protocolados pelo INPE dois pedidos de propriedade intelectual. Contudo, há quatro processos no INPI em que o INPE tem direito à titularidade e para os quais está sendo estabelecido um contrato de partilhamento. São eles: (1) com a Unicamp, (1) com a Usp, (1) com a Univap e (1) com a Unicamp e Bradar.
- IDCT – Houve um decréscimo no número em relação ao ano de 2013, acompanhando a tendência apresentada pelo IGPUB. Por outro lado, todas as Coordenações, Centro e Laboratório continuam a desenvolver grande número de atividades como cursos, palestras, entrevistas e demonstrações técnico-científicas no país e no exterior.
- IPS – A meta alcançou um valor acima do esperado. Os produtos e serviços tem se concentrado na oferta de base de dados (dados meteorológicos, descargas atmosféricas, resultados de modelagem climática e de processos de mudanças no uso e cobertura do solo), testes e ensaios. Os produtos demonstram importante aceitação por diversos setores da sociedade, como o meio científico, governamental, das empresas privadas e público em geral.
- IAL – Apesar do atingimento da meta, é importante ressaltar que, para esse indicador, a busca por textos completos muitas vezes precisaria ultrapassar o prazo do relatório para garantir uma coleta mais significativa do período em questão, impactando diretamente nos valores alcançados. O procedimento de autoarquivamento passou a ser *online* por meio de páginas personalizadas, desenvolvidas para cada Coordenação e Centro Regional, que listam toda a produção coletada no semestre e permitem a conferência, complementação, depósito do texto completo e a realização de novas submissões de forma simplificada pelos autores. Espera-se com isso melhorar o resultado da coleta para os próximos períodos.
- IPV – O cálculo desse indicador foi alterado em 2014, passando a considerar as publicações vinculadas a teses defendidas nos três anos anteriores, mesmo critério adotado pela “Coleta Capes” (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) na avaliação dos cursos de nível superior. Contudo, ainda há de se aprimorar o sistema interno de coleta de informações.
- IATAE – O indicador busca mostrar o balanço entre as atividades dedicadas à área espacial e as dedicadas a outros setores industriais. Entende-se que, no INPE, a infraestrutura disponível deva ser utilizada não apenas pelos programas espaciais, mas também por outros setores da indústria nacional, de forma a agregar valor ao produto nacional. Em 2014, devido ao lançamento do CBERS-4, parte significativa do grupo de integração e testes trabalhou na China para a realização os testes, objetivando a campanha e lançamento desse satélite. Em relação às atividades não espaciais, o desempenho foi semelhante aos anos anteriores, apesar das dificuldades do setor industrial.
- PIN – Não houve contrato com a indústria nacional ou internacional no período. Os contratos realizados no ano foram com a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais.
- PPACN – A meta foi superada. Contudo, esse índice tem apresentado uma tendência de diminuição nos últimos anos. Conforme já informado nos últimos relatórios apresentados, muitos convênios/acordos/termos de cooperação firmados há mais de cinco anos (convênios do tipo “guarda-chuva”) foram vencendo sem que os gestores os renovassem ou fizessem aditivos, seja por não haver mais a necessidade de tal parceria ou por ser um convênio

“guarda-chuva”, genérico, o que não é mais aprovado pela Consultoria Jurídica da União (CJU) nem pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

- FQ – Meta alcançada. Conforme tabela acima, a qualidade dos artigos produzidos é diretamente proporcional ao fator FQ. Partindo-se desse entendimento, observa-se um aumento regular do Fator de Qualidade ao longo dos últimos anos. Isto demonstra que a comunidade científica no INPE privilegia a publicação em periódicos com o Qualis A e B.
- APD – A majoração das despesas de manutenção do Instituto em 2014 ocorreu em razão dos seguintes fatores: (1) repactuação de contratos; (2) crescimento de demanda de energia elétrica devido à construção de novos prédios (Centro do Sistema Terrestre e Coordenação dos Laboratórios Associados/Ciências Espaciais); (3) reajuste das tarifas públicas (energia elétrica, esgoto, telefonia), (4) contratação de terceirizados que atuam como auxiliar administrativo, (5) aumento na demanda de viagens que elevaram o consumo de combustível e (6) aumento de número de passagens aéreas.
- RRP – Houve aumento significativo desse índice em relação ao período anterior. Recursos significativos de projetos com FINEP, FAPESP, CNPq, e serviços de ensaios e testes para empresas e instituições de pesquisa contribuíram nesse índice.
- IEO – A execução orçamentária de 64% em 2014 foi superior a de 2013 de 57%, resultado do esforço conjunto das equipes de áreas de gestão e finalísticas do INPE em melhorar este índice. É importante observar que a execução dos recursos oriundos das Ações do MCTI ficou em 80% em 2014 (mesmo valor de 2013), enquanto que a das Ações do PNAE-AEB ficou em 52% diante dos 45% de 2013. Apesar da melhora no índice de execução orçamentária dos recursos do PNAE em relação ao de 2013, observa-se que este índice ainda está abaixo do desejado. Este fato é explicado pela característica dos contratos da área espacial do INPE. O adiamento na entrega de alguns equipamentos/serviços de Engenharia pelas empresas contratadas levou ao adiamento no pagamento de eventos contratuais para 2015. Além disso, os processos licitatórios da área espacial, por sua complexidade, demandam maior tempo, o que diminui a probabilidade de liquidação no mesmo exercício. Apesar do liquidado não ter sido o desejado, conseguiu-se em 2014 empenhar 98% da dotação orçamentária.
- ICT – Foram executados 99,9% do orçamento destinado à capacitação e treinamento. No período foram realizadas 24 mil horas de treinamento e capacitação.
- PRB – O contingente de profissionais que atuam como bolsistas representa aproximadamente 15% do quadro de funcionários efetivos do INPE e é responsável pela condução de dezenas de projetos. Deste modo, a participação e a manutenção do quadro de bolsas é de fundamental importância para que o INPE continue cumprindo seu papel para o desenvolvimento do País.
- PRPT – O resultado foi ligeiramente superior à meta. O número do pessoal terceirizado representa a força de trabalho dedicada à limpeza, manutenção, segurança e apoio administrativo. Nos últimos anos tem sido tendência a necessidade de funcionários terceirizados para realizar as tarefas de cunho administrativo, sem os quais a rotina institucional ficaria muito prejudicada, uma vez que não há como realizar as tarefas de maneira eficiente e nem cumprir as metas do INPE efetivamente sem esse apoio.

- IBAP – O ano de 2014 é o primeiro em que o IBAP é lançado. Diferentes áreas do INPE desenvolvem Atividades de Popularização da C&T, como o Laboratório de Integração e Testes, o Centro de Rastreio e Controle, o Centro de Ciência do Sistema Terrestre, entre outras. Tradicionalmente o Instituto realiza atividades de popularização da C&T Espacial, recebendo a comunidade não especializada em suas instalações, oferecendo oportunidade de visitas ao Centro de Visitantes e Laboratórios, assim como em cursos de capacitação e treinamento a alunos, estudantes de sociedade em geral.

5.5 Informações requeridas das Unidades Jurisdicionadas que Gerenciem Projetos e Programas financiados com Recursos Externos (item B59 do Anexo II da DN TCU 134/2-13)

Os projetos financiados com recursos no exterior totalizaram R\$ 1.249.560,74 no exercício de 2014, quantia considerada pouco expressiva diante do orçamento do Instituto. Por este motivo serão detalhados neste texto apenas os projetos mais significativos em termos de volume de execução orçamentária, que são os projetos TOLOMEO, BOEING e AMAZALERT.

O Projeto **TOLOMEO** (*Tools for Open Multi-Risk Assessment Using Earth Observation Data*) tem como objetivo, primeiramente, desenvolver e aperfeiçoar softwares de código livre para a criação de ferramentas de interpretação de dados de observação da Terra no contexto de análise multifatorial de risco ambiental, assim como, em segunda instância, promover o uso colaborativo dessas ferramentas para a comunidade de usuários finais. Um terceiro objetivo é a definição de uma rede entre os principais atores da questão de risco ambiental nos países-membros deste projeto, visando ao desenvolvimento e distribuição de ferramentas de código aberto e/ou livres para a interpretação de imagens de sensoriamento remoto. Isto permitirá aos referidos atores trabalharem de forma coordenada e canalizarem seus esforços para uma meta comum, compreendendo duas abordagens: 1) o desenvolver ferramentas padronizadas de software livre com o potencial de efetivamente e eficazmente extrair informação de dados de sensoriamento remoto, e 2) explorar as ferramentas desenvolvidas em problemas sociais de relevância relacionados a riscos ambientais.

O Projeto TOLOMEO foi financiado pelo Programa da *European Commision - CORDIS (Community Research and Development Information Service, Framework Programme 7 - FP7, People, Marie Curie Actions)*, subordinado à União Europeia. São partícipes deste projeto a Universidade de Pavia, Itália; a Universidade de Hannover, Alemanha; a Universidade de Extremadura, Espanha; o Centro Nacional de Estudos Espaciais - CNES (*Centre Nationale d'Etudes Spatiales*), França, bem como a PUC-RJ e o INPE.

Em 2014, foram executados R\$ 337.421,50. A gestão dos recursos financeiros ficou a cargo da Universidade de Pavia, Itália, visto que é a instituição de procedência do Coordenador-Geral do Projeto, Prof. Paolo Gamba. Os recursos eram repassados às demais universidades europeias partícipes do Projeto, as quais se responsabilizavam por gerir as suas respectivas cotas. Cabe salientar que as instituições partícipes brasileiras - INPE e PUC-RJ - não tiveram acesso aos recursos financeiros deste Projeto, uma vez que as passagens aéreas dos intercambiários brasileiros eram adquiridas pelas instituições europeias anfitriãs, as quais concediam as bolsas aos mesmos somente após a chegada deles às universidades ou centros de pesquisa de destino.

Com relação ao andamento deste projeto podemos destacar alguns efeitos:

- Efeitos positivos: O intercâmbio tecnológico-científico entre especialistas revelou-se extremamente enriquecedor para todos os partícipes. As equipes europeias e brasileiras eram

de excelência. O ganho de conhecimento foi extremamente profícuo e novas parcerias já resultaram deste Projeto, e certamente, futuras parcerias poderão surgir.

- Efeitos negativos: O controle financeiro ficou exclusivamente a cargo das instituições europeias. Para intercambiários brasileiro não-doutores, foi aplicada uma redução no valor da bolsa mensal (o que não nos foi comunicado previamente), reduzindo substancialmente o recurso desses intercambiários. Houve também atrasos de até dois meses no pagamento da primeira bolsa, após a chegada de intercambiários brasileiros às instituições europeias.

Este projeto se encontra encerrado, tendo sido executado de 06/11 a 11/2014. Não houve atraso na sua execução, porém houve algumas alterações contratuais, no sentido de redução na vinda de intercambiários europeus para o INPE. No total, o INPE enviou oito intercambiários às instituições europeias (dois para a Universidade de Pavia, Itália; três para a Universidade de Extremadura, Espanha; um para a Universidade de Hannover, Alemanha; e dois para o CNES, França, sendo que recebeu apenas um intercambiário do CNES e um de Hannover).

O projeto **BOEING** tem por objetivo desenvolver métodos no estado da arte para mapear culturas energéticas e identificar áreas potenciais para expansão agrícola sustentável no Brasil. Esses métodos são baseados no uso de dados de sensoriamento remoto e outros dados geográficos auxiliares. O projeto também prevê a construção de um arcabouço computacional para desenvolver e integrar os algoritmos e metodologias desenvolvidas com o acesso aos dados produzidos.

A primeira parte dessa fase tratou de levantar o estado da arte e as competências relevantes dentro e fora do INPE para atingir os objetivos do projeto. Foram realizados dois workshops no INPE em 16-17 de Janeiro e em 24-26 de fevereiro com participação além da BOEING e do INPE de instituições convidadas. O primeiro workshop teve a presença de pesquisadores e estudantes de diversas organizações como Embrapa, CTBE – Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol e PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da FUNCATE, entre outros. O principal resultado desse workshop foi a identificação de instituições potenciais que interessadas em participar do projeto. Além disto, foram definidos 3 macro componentes para organizar a pesquisa: monitoramento, sustentabilidade e geotecnologias.

No segundo workshop foram convidadas outras instituições como a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Foram formados grupos de trabalho para elaborar mais as questões científicas que guiam cada componente, suas interconexões e os resultados esperados. Os workshops tiveram como efeito positivo o aumento da rede de conexões entre o INPE e diversas outras instituições brasileiras que aportam conhecimento complementar para que esse possa desenvolver sua missão.

A partir daí foram desenvolvidas atividades em cada uma das 3 componentes estabelecidas, incluindo a criação da plataforma computacional para compartilhamento de dados, trabalhos de campo, aquisição de dados e o suporte a pesquisa de estudantes de mestrado e doutorado nas áreas de sensoriamento remoto e geoinformática.

Em 2014 o projeto executou R\$ 313.474,15. Pode-se considerar que as atividades estão em andamento normal. Para cada fase do projeto houve a entrega de relatórios. Como o projeto prevê desenvolvimento de métodos, aquisição de dados e desenvolvimento de tecnologias os resultados mais entregáveis estão previstos para 2015. Em 2014 limitou-se mais em estabelecimento, do ponto de vista científico do projeto e da criação.

O projeto AMAZALERT foi concebido com o objetivo de avaliar criteriosamente mecanismos de interação e realimentação entre o sistema climático, mudanças no uso e cobertura da terra e na disponibilidade hídrica na Amazônia.

Em 2014 este projeto executou R\$ 300.000,00 e teve seu encerramento oficial em 30/11/2014.

Sua realização foi possível devido a participação de diversas instituições de pesquisa, sendo as atividades do INPE realizadas primariamente com o apoio de bolsas de pesquisa da FUNCATE. Como os recursos em moeda estrangeira (euros) foram convertidos no momento da remessa para reais, não houve alterações relevantes no cronograma do projeto ou impactos no orçamento previsto para o ano de 2014 decorrentes de variação cambial. Os produtos e resultados científicos foram fornecidos de acordo com o contrato, trazendo importante geração de conhecimento e aprimoramento de modelos climáticos na instituição.

6 GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

Não se aplica.

7 TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Não houve ocorrência para os itens 6.1.3.1, 6.1.3.2, 6.1.3.3, 6.1.3.4, 6.3 e 6.3.1. Não houve ocorrência para o item 6.7 da parte A da DN 134/2013, correspondente aos quadros A.6.7.1.1 a A.6.7.2.10: no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, as renúncias fiscais concedidas às pessoas jurídicas que se enquadram nas leis 11.196/05 (Lei do Bem), 8.248/91, 10.176/01 e 11.077/04 (Lei da Informática), 8.010/90 (Lei da Importação), são de competência da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Setec, Secretaria de Política de Informática – Sepin e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, respectivamente.

O item 6.2 não se aplica ao INPE, uma vez que não houve gastos com publicidade e propaganda, e, como as atividades do Instituto têm tiragem inferior a 150.000 unidades, não se enquadram no PAC – Plano Anual de Comunicação (Ofício-Circular n. 50/2014/Secom-PR).

7.1 Programação e Execução das despesas

7.1.1 Programação das despesas

Quadro 12 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		Código UO: 24000		UGO: 240102
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL				97.740.715,00
CRÉDITOS	Suplementares			
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
	Créditos Cancelados			
Outras Operações				
Dotação final 2014 (A)				97.740.715,00
Dotação final 2013(B)				92.054.733,00
Variação (A/B-1)*100				6,18
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital		
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
				9 - Reserva de Contingência

DOTAÇÃO INICIAL		70.542.497,00				
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)		70.542.497,00				
Dotação final 2013(B)		75.026.479,00				
Variação (A/B-1)*100		-5,98				

Fonte:LOA

7.1.1.1 Análise Crítica

O INPE é responsável por apenas duas ações do OFSS, a Ação 20UI e a Ação 20V9, totalizando R\$12.402.250,00 em 2014. Os demais recursos provem de Planos Orçamentários associados a outras cinco ações também do OFSS sob responsabilidade do MCTI e da AEB, a saber, Ação 20VA e Ação 2000 (MCTI) e Ações 20VB, 20VC e 20UZ (AEB).

A programação orçamentária originária do Instituto apresenta valores superiores ao encaminhado e aprovado na LOA, visto que as necessidades do INPE para a execução das atividades e compromissos pactuados no PPA vigente foram e continuam sendo maiores. A incompatibilidade das dotações com as necessidades é uma constante reportada nos relatórios de acompanhamento do Instituto no SIOP desde 2012.

Inúmeras tentativas de captação de recursos extra orçamentários junto ao Banco Mundial e outras agências de fomento internacionais tem sido feitas para minimizar o problema ao longo destes anos. São processos de âmbito internacional que envolve a participação de outras instituições, o que torna seu trâmite muito lento. De qualquer forma, há expectativa de que ocorra sucesso em duas destas iniciativas em 2015.

É importante ressaltar que, a incompatibilidade entre dotação e necessidade acontece também nos demais PO's, destacando-se o da Administração da Unidade associado à Ação 2000, sempre deficiente diante da estrutura composta por 13 *campi* distribuída pelo território nacional e do aumento da área construída nos últimos anos.

7.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 13 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas					
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos	2 – Juros e Encargos da

				Sociais	Dívida	Correntes
Concedidos	240106	240101	1912221062000			476,98
	240106	240133	1912221062000			1.180.000,00
	240106	240133	19571205020VA			4.778.277,07
	240106	240133	19572205620VB			758.000,00
			SUBTOTAL	0,00	0,00	6.716.754,05
Recebidos	240102	240106	1912221062000			15.602.785,49
	240102	240106	19122210609HB	30.000,00		
	240102	240106	19122210620TP	630.000,00		
	240102	240106	19331210600M1			132.398,36
	240102	240106	19542203620V9			4.680.467,64
	240102	240106	19571202120UI			5.393.608,63
	240102	240106	19571205020VA			17.059.186,68
	240113	240106	19571202120V7			197.155,19
	240133	240106	19571205020VA			202.753,52
	240224	240106	19571204012QB			1.849.984,86
			SUBTOTAL	660.000,00	0,00	45.118.340,37
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	240106	240120	19571202120V7	294.500,00		
			SUBTOTAL	294.500,00	0,00	0,00
Recebidos	240102	240106	1912221062000	702.778,08		
	240102	240106	19542203620V9	1.546.615,60		
	240102	240106	19571202120UI	513.786,87		
	240102	240106	19571205020VA	2.330.021,67		
	240113	240106	19571202120V7	300.000,00		
			SUBTOTAL	5.393.202,22	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 14 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da	UG	Despesas Correntes
-----------	----	--------------------

Movimentação	Concedente	Recebadora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	240107	153103	19571202120UI			35.760,00
			SUBTOTAL	0,00	0,00	35.760,00
Recebidos	153031	240106	12364203220RK			720,00
	153163	240106	12364203220RK			261,69
	154003	240106	1236420320487			478.390,00
	203001	240106	19572205620UZ			6.484.813,76
	203001	240106	19572205620VB			9.392.354,01
	203001	240106	19572205620VC			36.362.762,34
			SUBTOTAL	0,00	0,00	52.719.301,80
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
			SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00
Recebidos	154003	240106	12364203220GK	395.710,00		
	203001	240106	19572205620UZ	5.597.756,17		
	203001	240106	19572205620VB	5.926.559,30		
	203001	240106	19572205620VC	8.156.273,03		
			SUBTOTAL	20.076.298,50	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

7.1.3 Realização da Despesa

7.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 15 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – UG 240106

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga (valores em R\$1,00)	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	40.845.143,58	48.565.986,80	40.616.138,31	48.211.642,25
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	2.383.663,38	15.747.856,14	2.383.663,38	15.464.319,95
d) Pregão	38.461.480,20	32.818.130,66	38.232.474,93	32.747.322,30
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	22.253.305,23	22.111.225,58	20.141.373,37	22.111.225,58
h) Dispensa	21.735.556,13	21.472.177,77	19.638.992,11	21.472.177,77
i) Inexigibilidade	517.749,10	639.047,81	502.381,26	639.047,81
3. Regime de Execução Especial	40.843,50	33.565,42	40.843,50	33.565,42
j) Suprimento de Fundos	40.843,50	33.565,42	40.843,50	33.565,42
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.289.811,26	3.002.808,43	3.289.811,26	2.974.135,33
k) Pagamento em Folha	89.473,85	620.313,37	89.473,85	591.640,27
l) Diárias	3.200.337,41	2.382.495,06	3.200.337,41	2.382.495,06
5. Outros	3.393.381,52	1.841.465,48	3.391.829,52	1.833.315,67
6. Total (1+2+3+4+5)	69.822.485,09	75.555.051,71	67.479.995,96	75.163.884,25

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 16 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – UG 240107

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga (valores R\$1,00)	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.702.109,01	1.273.032,00	1.702.109,01	1.273.032,00
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.702.109,01	1.273.032,00	1.702.109,01	1.273.032,00
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-

g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	306.415,57	334.202,81	306.415,57	334.202,81
h) Dispensa	241.407,71	176.396,10	241.407,71	176.396,10
i) Inexigibilidade	65.007,86	157.806,71	65.007,86	157.806,71
3. Regime de Execução Especial	1.496,87	4.117,74	1.496,87	4.117,74
j) Suprimento de Fundos	1.496,87	4.117,74	1.496,87	4.117,74
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	22.022,07	4.266,63	22.022,07	4.266,63
6. Total (1+2+3+4+5)	2.032.043,52	1.615.619,18	2.032.043,52	1.615.619,18

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 17 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação - UG 240108

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidadada		Despesa paga (valores em R\$1,00)	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	231.858,32	241.279,15	231.858,32	241.279,15
i) Inexigibilidade	61.148,28	27.740,38	61.148,28	27.740,38
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	3.059,75	28.219,86	3.059,75	28.219,86
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	1.095,43	33.909,84	1.095,43	33.909,84
6. Total (1+2+3+4+5)	297.161,78	331.149,23	297.161,78	331.149,23

Fonte: Siafi Gerencial

7.1.3.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 18 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – UG 240106

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal								
13 - Obrigações Patronais	59.689,02	94.816,21	59.689,02	94.816,21			59.689,02	93.398,81
07 Contrib a entidades fechadas de prev. Social	29.784,83	47.694,53	29.784,83	47.694,53			29.784,83	47.694,53
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	0,00	477.802,63	0,00	477.802,63			0,00	450.546,93
<i>Demais elementos do grupo</i>								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serviço de Terceiros Pessoa jurídica	52.507.478,58	46.269.872,97	33.908.083,58	29.096.722,11	18.599.395,00	17.173.150,86	31.599.882,20	29.049.715,38
37 - Locação de Mão de Obra	21.868.064,27	18.643.245,75	19.813.076,14	16.895.504,29	2.054.988,13	1.747.741,46	19.785.659,36	16.895.504,29
30 - Material de Consumo	4.541.912,41	6.107.821,14	2.023.949,31	1.951.018,33	2.517.963,10	4.156.802,81	2.023.949,31	1.951.018,33
<i>Demais elementos do grupo</i>	8.208.109,55	6.225.840,98	7.709.627,11	5.723.773,20	498.482,44	502.067,78	7.708.075,11	5.715.623,39
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
52 - Equipamento e Material Permanente	18.422.464,15	52.494.190,55	3.490.126,02	14.367.597,91	14.932.338,13	38.126.592,64	3.484.807,05	14.084.061,72

<i>39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica</i>	3.414.713,58	6.177.342,87	2.770.449,08	4.897.311,98	644.264,50	1.280.030,89	2.770.449,08	4.873.510,35
<i>30 - Material de Consumo</i>	2.479.335,76	410.323,89	0,00	0,00	2.479.335,76	410.323,89	0,00	0,00
<i>Demais elementos do grupo</i>	221.333,39	2.489.447,53	17.700,00	2.002.810,52	203.633,39	486.637,01	17.700,00	2.002.810,52
5. Inversões Financeiras								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
6. Amortização da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
Totais	111.752.885,54	139.438.399,05	69.822.485,09	75.555.051,71	41.930.400,45	63.883.347,34	67.479.995,96	75.163.884,25
Fonte: Siafi Gerencial								

Quadro 19 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – UG 240107

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
339037 - Locação de Mão-de-obra	1.738.105,33	1.422.889,62	1.547.245,65	1.153.295,69	190.859,68	269.593,93	1.547.245,65	1.153.295,69
339039-Outros Serviços de Terceiros-PJ	395.155,00	368.696,79	288.103,53	308.086,23	107.051,47	60.610,56	288.103,53	308.086,23
339030-Material de Consumo	282.720,25	93.886,30	119.384,36	75.182,02	163.335,89	18.704,28	119.384,36	75.182,02
Demais elementos do grupo	25.649,36	15.115,99	25.423,55	7.225,04	225,81	7.890,95	25.423,55	7.225,04
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
449052-Equip. e Material Permanente	171.397,73	348.074,98	27.195,15	32.915,90	144.202,58	315.159,08	27.195,15	32.915,90
449039-Outros Serviços de Terceiros-PJ	18.963,18	109.725,18	18.963,18	38.914,30	-	70.810,88	18.963,18	38.914,30
449030-Material de Consumo	5.728,10	-	5.728,10	-	-	-	5.728,10	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 20 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – UG 240108

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica	174.931,90	147.687,16	172.788,90	135.855,16	2.143,00	11.832,00	172.788,90	135.855,16
30 - Material de Consumo	93.842,26	139.946,23	92.205,76	135.143,19	1.636,50	4.803,04	92.205,76	135.143,19
Demais elementos do grupo	2.852,43	51.168,47	2.852,43	42.304,03		8.864,44	2.852,43	42.304,03
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
52 - Equipamento e Mat.Permanente	29.314,69	13.203,60	29.314,69	13.203,60			29.314,69	13.203,60
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica		4.643,25		4.643,25				4.643,25

<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
5. Inversões Financeiras								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
6. Amortização da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
Totais	300.941,28	356.648,71	297.161,78	331.149,23	3.779,50	25.499,48	297.161,78	331.149,23

Fonte: Siafi

7.1.3.3 Análise Crítica da realização da despesa

A gestão da execução orçamentária do INPE em 2014 foi marcada por desafios e superações. A execução orçamentária de 64% em 2014 foi superior a de 2013 de 57%, resultado do esforço conjunto das equipes das áreas de gestão e finalísticas do Instituto em melhorar este índice. É importante observar que a execução dos recursos oriundos das Ações do MCTI ficou em 80% em 2014 (mesmo valor de 2013), enquanto que a das Ações do PNAE-AEB ficou em 52% diante dos 45% de 2013. Apesar da melhora no índice de execução orçamentária dos recursos do PNAE em relação ao de 2013, observa-se que este índice ainda está abaixo do desejado. Este fato é explicado pela característica dos contratos da área espacial do INPE. O adiamento na entrega de alguns equipamentos/serviços de Engenharia pelas empresas contratadas levou ao adiamento no pagamento de eventos contratuais para 2015. Além disso, os processos licitatórios da área espacial, por sua complexidade, demandam maior tempo, o que diminui a probabilidade de liquidação no mesmo exercício. O INPE conseguiu em 2014 empenhar 98% da dotação orçamentária.

A principal razão de alterações significativas observadas na realização de despesa em 2014 em relação ao exercício anterior é a movimentação do INPE para a finalização e lançamento do satélite sino-brasileiro CBERS-4. Este esforço exitoso levou ao aumento considerável das diárias internacionais, utilizadas em sua grande maioria pelos técnicos que realizaram os trabalhos conjuntos de integração e testes em território chinês. Ademais, o prazo exíguo levou à decisão de a AEB executar alguns contratos ao invés do INPE, mais especificamente os de retrabalho (ajustes no projeto do satélite) e do lançamento do CBERS-4, agilizando sua execução e diminuindo as despesas indiretas associadas.

7.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 21 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – UG 240106

Restos a Pagar não Processados (valores em R\$1,00)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	63.883.347,34	38.845.358,80	1.508.319,52	23.529.669,02
2012	7.172.932,89	1.267.392,76	222.994,87	5.682.545,26
2011	2.158.091,84	2.146.177,03	0,00	11.914,81
2010	359.656,87	0,00	0,00	359.656,87
Total	73.574.028,94	42.258.928,59	1.731.314,39	29.583.785,96
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	391.167,46	339.183,88	0,00	51.983,58
2012	233.458,27	216.437,75	0,00	17.020,52
2011	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
2010	34.522,47	34.522,47	0,00	0,00
Total	672.148,20	590.144,10	0,00	82.004,10

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 22 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – UG 240107

Restos a Pagar não Processados (valores em R\$1,00)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	742.769,68	595.559,43	91.310,25	55.900,00
2012	96.000,00	96.000,00	-	-
2011	-	-	-	-
2010	17.959,32	-	-	17.959,32
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	-	-	-	-
2012	-	-	-	-

Quadro 23 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores UG 240108

Restos a Pagar não Processados (valores em R\$1,00)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	25.499,48	25.499,48	2.463,56	25.499,48
2012				
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013				
2012				
...				

Fonte: Siafi

7.2.1 Análise Crítica

A gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores passa por duas circunstâncias, cuja solução integral não está na governabilidade do INPE. A primeira são as restrições financeiras, cada vez mais limitadas, impostas pelo decreto de execução orçamentária e financeira. A segunda são os atrasos constantes nas entregas dos contratos industriais ligados aos satélites, que tornam o cronograma de pagamentos inviável.

7.3 Transferências de Recursos

7.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 24 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante (posição em 31.12.2014)										
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS										
CNPJ: 01.263.896/0005-98			UG/GESTÃO: 240106							
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício				
							Início	Fim		
1 - Convênio	763483/2011	CNPJ 51.619.104/0001-10	3.442.425,00	0,00	800.000,00	2.705.000,00	16/12/2011	15/12/2015	1	
1 - Convênio	802083/2014	CNPJ 51.619.104/0001-10	1.170.420,44	0,00	1.111.899,42	1.111.899,42	13/05/2014	31/05/2015	1	

<u>LEGENDA</u>	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Convênios Nacionais INPE / Funcate

7.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 25 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS					
CNPJ:	01.263.896/0005-98					
UG/GESTÃO:	240106					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012			
Convênio	01	X	X	1.911.899,42	800.000,00	400.000,00
Contrato de Repasse	X	X	X	X	X	X
Termo de Cooperação	X	X	X	X	X	X
Termo de Compromisso	X	X	X	X	X	X
Totais	01	X	X	1.911.899,42	800.000,00	400.000,00

Fonte: Convênios Nacionais INPE

7.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 26 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente (valores em 1,00)				
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS				
CNPJ: 01.263.896/0005-98		UG/GESTÃO: 240106		
Exercício da Prestação das Contas		Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014		Contas Prestadas	Quantidade	0
			Montante Repassado	
		Contas	Quantidade	0

	NÃO Prestadas	Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado		
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	271.200,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado		
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado		

Fonte: Convênios Nacionais INPE

7.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 27 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante (posição 31/12 em R\$1,00)				
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS				
CNPJ: 01.263.896/0005-98		UG/GESTÃO: 240106		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos
			Contratos de Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisisadas	Quantidade Aprovada	
			Quantidade Reprovada	
			Quantidade de TCE	
			Montante Repassado (R\$)	
		Contas NÃO Analisisadas	Quantidade	
			Montante Repassado (R\$)	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisisadas	Quantidade Aprovada	
			Quantidade Reprovada	
			Quantidade de TCE	
			Montante Repassado (R\$)	
		Contas NÃO Analisisadas	Quantidade	
			Montante Repassado (R\$)	
2013	Quantidade de contas prestadas			0

	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
		Quantidade de Contas Prestadas	1	
2012	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado		
Fonte: Convênios Nacionais INPE				

7.3.5 Análise Crítica

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais vem se estruturando e implementando rotinas para acompanhamento, fiscalização e gestão dos convênios nacionais celebrados, que tenham repasse de recursos financeiros da ICT.

O Instituto não tem uma vasta experiência em convênios com repasse de recursos para outros órgãos/instituições, os quais são inseridos e acompanhados via o sistema do governo federal Siconv – portal dos convênios. Estão sendo elaborados e implementados os primeiros casos, entre estes, os dois convênios discriminados nos quadros apresentados.

São convênios celebrados com a fundação de apoio desta ICT, os quais ainda estão vigentes, não tendo ainda nem a experiência de prestação de contas final.

Podemos citar algumas prestações de contas parciais que foram feitas, dentro do convênio de no. 763483/2011, para a liberação de parcelas, como exemplos que ocorrem dentro do INPE.

Tabela 9 – Prestações de contas parciais

Parcelas	Previsão de liberação	Valor	Observação
1 ^a parcela	21/12/2011	305.000,00	prestação de contas parcial enviada, analisada e aprovada.
2 ^a parcela	13/06/2012	400.000,00	prestação de contas parcial enviada, analisada e aprovada.
3 ^a parcela	15/12/2012	400.000,00	prestação de contas parcial enviada, analisada e aprovada.
4 ^a parcela	13/06/2013	400.000,00	prestação de contas parcial enviada, analisada e aprovada.
5 ^a parcela	15/12/2013	400.000,00	prestação de contas parcial enviada, analisada e aprovada.
6 ^a parcela	13/06/2014	400.000,00	prestação de contas parcial enviada, analisada e aprovada.
7 ^a parcela	15/12/2014	400.000,00	prestação de contas parcial enviada, analisada e aprovada.

8^a parcela	13/06/2015	400.000,00	parcela a liberar
9^a parcela	15/12/2015	337.425,00	parcela a liberar

As mesmas são enviadas, analisadas e aprovadas pelo gestor do convênio, para que a área financeira de nosso instituto possa liberar a parcela seguinte, além de verificar se o órgão convenente está adimplente. O gestor do convênio tem como responsabilidade e autoridade a verificação da execução do plano de trabalho, cumprimento dos prazos estipulados, bem como a quantidade e qualidade da execução do objeto do convênio.

Por se tratar de um número pequeno de convênios com repasse celebrados pelo Instituto, além de ser um procedimento relativamente novo, estamos trabalhando na construção, validação e acompanhamento de indicadores como efetividade, eficiência, eficácia e economicidade, nos casos em que couberem, para auxiliar na gestão destes instrumentos jurídicos e os recursos financeiros da união envolvidos.

7.4 Informações Requeridas de Instituições Científicas e Tecnológicas (item B65 do Anexo II da DN TCU 134/2-13)– Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro 28 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Fundação de Apoio (valores em R\$1,00)													
Nome: FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS							CNPJ: 51.619.104/0001-10						
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tip o	Nº	Objet o	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Inicio	Fim	Bruto	Repassado
2400020110034	4							763483/2011	Promover a cooperação entre o INPE e a Funcate para o estabelecimento de mecanismos de apoio aos Programas IGBP e GLP.	16/12/2011	15/12/2015	3.442.425,00	800.000,00
2400020140016	4							802083/2014	Fornecer os serviços e a infraestrutura necessária, para permitir que o INPE participe do Plano de Absorção de	13/05/2014	31/05/2015	1.170.420,44	1.111.899,42

								Tecnologia, derivado do projeto SGDC, previsto no Decreto 7769/12.					
				Total							Total	R\$ 4.612.845,44	R\$1.911.899,42

Recursos Pertencentes às ICT Envolvidos nos Projetos

Projeto		Recursos das ICT						
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais			Humanos		
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor		
2400020110034	4	3.442.425,00	X	X	X		X	X
2400020140016	4	1.170.420,44	X	X	X		X	X

Tipos:

- (1) Ensino
- (2) Pesquisa e Extensão
- (3) Desenvolvimento Institucional
- (4) Desenvolvimento Científico
- (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte:CONVÊNIOS NACIONAIS INPE

7.5 Alimentação SIASG e SICONV

Ver Anexo 3.

7.6 Suprimento de Fundos

7.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 29 - Concessão de suprimento de fundos – UG 240106

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	240106	INPE - SJC	0	0,00	26	83.000,00	6.500,00
2013	240106	INPE - SJC	0	0,00	29	74.460,00	7.100,00
2012	240106	INPE - SJC	0	0,00	58	244.920,00	8.000,00

Fonte: Siafi Produção

Quadro 30 - Concessão de suprimento de fundos – UG 240107

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	240107	INPE/NT	-	-	4	5.700,00	3.500,00
2013	240107	INPE/NT	-	-	2	4.200,00	4.000,00
2012	240107	INPE/NT	-	-	9	18.000,00	4.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 31 - Concessão de suprimento de fundos – UG 240108

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	240108	INPE/CP			07	16.500,00	3.000,00
2013	240108	INPE/CP			15	59.516,00	5.000,00

2012	240108	INPE/CP			16	70.728,00	7.000,00
------	--------	---------	--	--	----	-----------	----------

Fonte: SIAFI

7.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 32 - Utilização de suprimento de fundos –UG 240106

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	240106	INPE - SJC	0	0,00	16	1.176,19	39.667,31	40.843,50
2013	240106	INPE - SJC	0	0,00	65	7.280,09	26.285,33	33.565,42

Fonte: Siafi Produção

Quadro 33 - Utilização de suprimento de fundos – UG 240107

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	240107	INPE/NT	-	-	-	-	1.496,87	1.496,87
2013	240107	INPE/NT	-	-	-	-	4.117,74	4.117,74

Fonte: SIAFI

Quadro 34 - Utilização de suprimento de fundos – UG 240108

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	240108	INPE/CP			13	503,80	2.555,95	3.059,75
2013	240108	INPE/CP			53	1.999,93	26.219,93	28.219,86

Fonte: SIAFI

7.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 35 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência – UG 240106

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
240106	INPE - SJC	30 - Material de Consumo	01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	2.280,76
			04 - Gas e Outros Materiais Engarrafados	262,00
			07 - Generos de Alimentação	77,35
			11 - Material Químico	393,90
			16 - Material de Expediente	208,90
			17 - Material de Processamento de Dados	921,00
			19 - Material de Acondicionamento e Embalagem	388,00
			21 - Material de Copia e Cozinha	57,57
			22 - Material de Limpeza e Prod. de Higienização	985,67
			24 - Material P/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	20.604,37
			25 - Material P/ Manut. de Bens Móveis	841,08
			26 - Material Elétrico e Eletrônico	6.309,50
			28 - Material de Proteção e Segurança	15,00
			39 - Material P/ Manutenção de Veículos	1.432,00
			42 - Ferramentas	571,69
			44 - Material de Sinalização Visual e Outros	110,00
		33 - Passagens e Despesas Com Locomoção	08 - Pedágios	274,70
		36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	06 - Serviços Técnicos Profissionais	300,00
			12 - Locação de Máquinas e Equipamentos	500,00
			16 - Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis	2.018,00
			17 - Manut. e Conserv. de máquinas e Equipamentos	520,00
			19 - Manutenção e Conserv. de Veículos	991,00
			47 - Serviços de Comunicação em Geral	211,80
			66 - Serviços judiciaários	23,21
			83 - Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	51,00
			95 - Manut. Cons. Equip. de Processamento de Dados	495,00
			Total	40.843,50

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 36 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - UG 240107

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
240107	INPE/NT	339030-Material de Consumo	339030.01-Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	823,78
			339030.39- Material p/Manutenção de Veículos	175,00
			339039.74-Fretes e Transp. de Encomendas	498,09
		339039-Outros Serviços de Terceiros-PJ		

Quadro 37 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência – UG 240108

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
240108	INPE/CP	30	06 – Alimentos para animais	154,00
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	48,95
			25 – Material para manutenção de bens móveis	1.017,00
			26 – Material elétrico e eletrônico	281,00
			28 – Material de proteção e segurança	215,00
			39 – Material para manutenção de veículos	650,00
			33	08 - Pedágios
		39	19 – Manutenção e conservação de veículos	190,00
			47 – Serviços de comunicação em geral	70,00

7.6.4 Análise Crítica

A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos passou por modificações em 2013 e, no exercício de 2014, teve estas mudanças estabilizadas. Estas melhorias na gestão se refletem na diminuição de supridos, assim como na revisão dos critérios de concessão. O uso do CPGF se deu em valores reduzidos e em caráter excepcional, assegurando sua aplicação em conformidade com a legislação vigente.

8 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Não houve ocorrência nos itens 7.1.4.2 e 7.3.

8.1 Estrutura de pessoal da unidade

8.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 38 - Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1164	991	24	76
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1164	991	24	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1163	990	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	39	39	0	30
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1162	1030	24	106

Fonte: SIAPE-dezembro 2014

Quadro 39 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	251	740
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	251	740
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	251	739
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	41
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	251	781

Fonte: SIAPE-dezembro 2014

Quadro 40 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	64	60	13	10
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	64	60	13	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	61	57	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	2	2	1	0
2. Funções Gratificadas	19	18	2	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	18	17	2	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	83	78	15	12

Fonte: SIAPE-dezembro 2014

8.1.1.1 Análise Crítica

A carência de servidores no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, principalmente na área meio, vem de muitos anos. A quantidade de servidores disponíveis não é suficiente frente às necessidades da UJ;

A força de trabalho está com idade avançada e a cada ano cresce o número de aposentadorias. Esse fato impacta direta e negativamente no desenvolvimento das atividades da área meio do INPE.

Mesmo com os Concursos Públicos realizados nos últimos anos, o quantitativo de servidores nomeados não supre a necessidade real, as vagas autorizadas são inferiores à força de trabalho perdida, principalmente na área meio.

8.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho

O INPE investe na capacitação dos servidores em cursos abertos e fechados, realizados no próprio Instituto e em outras instituições no país e no exterior.

O Instituto tem política interna de estímulo à formação em nível de pós-graduação no país e no exterior, através de licença-capacitação e incentivos, que incluem dispensa do horário de trabalho parcial ou afastamento total e manutenção da remuneração, para que os servidores possam cursar mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

Buscando usar os recursos de capacitação no INPE de forma mais racional, os servidores da área meio (carreira de gestão) e da área fim de nível técnico (carreira de desenvolvimento) são prioridade nas ações de capacitações dessa Unidade de Pesquisa. Já na área fim de nível superior, para participação de pesquisadores (principalmente docentes) e tecnologistas com doutorado em congressos e eventos semelhantes somente pode ser autorizado caso um pedido anterior às agências de fomento tenha sido recusado. Isso se justifica pelo fato que estes possuem diversas formas de financiar suas participações em eventos via FAPESP, CAPES e CNPq, enquanto servidores que não possuem doutorado têm muito mais restrições para usar este canal.

Gráfico 1 – Participações em cursos de capacitação em 2014, por carreira



Fonte: Banco de Dados Serviço de Capacitação por Competências/INPE

Todas as ações de capacitações que os servidores do INPE participam se relacionam com suas atividades e são diretamente pautadas com as competências requeridas pela Instituição. A participação é justificada e autorizada pelos chefes de área, e há avaliação de reação por parte dos servidores. Os eventos realizados internamente e externamente são planejados a partir do Plano Anual de Capacitação. Mas a realização se dá na medida do possível, devido restrições orçamentárias. O Instituto viabiliza também oferecer cursos ministrados por servidores/instrutores do próprio Instituto e de outros órgãos do poder executivo, que também acaba sendo prejudicado devido a restrições para pagamento de diárias e passagens.

As ações de capacitação fechadas no INPE são oferecidas com chamada para inscrição através da Intranet e mala direta nos e-mails e seleção dos servidores. Na maioria conhecimentos básicos, instruções normativas da Administração Pública, lideranças, motivacionais e de conhecimento técnico de nível médio. Os cursos mais específicos são feitos na maioria através de ações de capacitação abertas (eventos externos).

Informações contidas no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação 2014.

Tabela 7 - Capacitação de servidores no ano de 2014

Servidores	Nº servidores capacitados COM previsão no PAC 2014	Nº servidores capacitados SEM previsão no PAC 2014
Dirigentes, Gerentes e Assessores	10	9
Demais servidores	682	202
TOTAL	692	211

Fonte: Banco de Dados do Serviço de Gestão de Capacitação por Competências/INPE

Tabela 8 - Ações de aperfeiçoamento em 2014

Ações de Aperfeiçoamento	Ações realizadas com previsão no PAC 2014	Ações realizadas sem previsão no PAC 2014
Autodesenvolvimento	11	1
Conferência/ Congresso/ Fórum/ Encontro/ Seminário ou similares	52	38
Curso	193	70
Oficina	0	1
Palestra	373	54
Workshop	29	2
Outros	29	0
TOTAL	687	166

Fonte: Banco de Dados do Serviço de Gestão de Capacitação por Competências/INPE

8.1.3 Custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 41 - Custos do pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao orgão da unidade jurisdicionada											
Exercício	2014	70.517.824,97	1.766.332,19	31.836.102,70	46.512.165,14	4.960.081,54	5.989.536,02	66.050,38	29.634,52	0,00	161.677.727,46
	2013	68.916.166,77	1.554.354,94	31.171.943,71	45.256.530,79	5.083.851,23	6.012.673,21	65.949,66	73.954,19	0,00	158.135.419,50
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o orgão da unidade jurisdicionada											
Exercício	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercício	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercício	2014	710.730,90	0,00	288.643,05	487.293,42	20.142,00	24.493,03	300,90	0,00	0,00	1.531.603,30

	2013	557.307,62	0,00	201.542,64	390.250,55	20.860,50	25.962,95	300,90	3.309,34	0,00	1.199.534,50
Servidores com contrato temporário											
Exercício	2014	3.894.286,23	0,00	319.179,79	147.998,29	302.224,79	0,00	89.637,28	0,00	0,00	4.753.326,38
	2013	6.670.628,92	0,00	546.523,07	334.234,23	406.600,87	0,00	104.376,39	3.309,34	0,00	8.065.672,82

Fonte: SIAPE-dezembro 2014

8.1.4 Irregularidades na área de pessoal

8.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal:

O INPE adota como procedimento padrão a assinatura de declaração específica por todo servidor empossado em cargo público e que deva desempenhar suas funções nesta unidade.

Também conta-se com as informações do próprio SIAPE, que dispõe de alguns mecanismos que apoiam as diligências realizadas regularmente pela Divisão de Recursos Humanos para o fim de evitar acumulação irregular.

A Divisão de Gestão de Pessoas está sempre atenta a ações dessa natureza e, até o presente, entende que as práticas adotadas para o fim de acompanhar e controlar tais acumulações irregulares têm-se mostrado suficientes para o propósito.

Providências adotadas para regularizar a situação dos servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos irregularmente, tomando-se como parâmetro o art. 133, da Lei 8.112/1990: não houve ocorrência.

8.1.5 Riscos Identificados na gestão de pessoas

A gestão de riscos na área de pessoal objetiva planejar a captação de recursos humanos de forma a reduzir ao mínimo possível os impactos dos riscos oriundos de vacâncias.

O INPE, periodicamente, realiza estudos que quantificam a necessidade de Concurso Público para repor a força de trabalho das Carreiras de C&T.

Tais estudos são encaminhados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e compõem o Quadro de Necessidades daquele Órgão.

8.1.6 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

O INPE possui em sua estrutura organizacional, subordinada à Direção, a Coordenação de Recursos Humanos - CRH que zela pelas ações institucionais de caráter estratégico, promovendo a concretização de atividades nas áreas de Pagamento, Cadastro, Aposentadoria e Pensão, Benefícios, Capacitação, Programa de Estágio e Serviço de Assistência e Benefícios.

A Coordenação de Recursos Humanos - CRH não possui indicadores gerenciais específicos e sim informações funcionais que norteiam as ações relativas à gestão de pessoas.

Absenteísmo

Não se verificou absenteísmo expressivo, a não ser aqueles abrigados pelo Regime Jurídico Único, quais sejam os decorrentes de licenças para tratamento de saúde (artigo 202 da Lei nº 8.112/90).

Esses afastamentos são acompanhados pelo Serviço de Assistência e Benefícios do INPE, bem como pelos profissionais do SIASS – Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor.

Tabela 9 - Afastamentos

Licença para tratamento de saúde (Nº de Servidores)	Licença médica de servidores para acompanhamento de familiar (Nº de Servidores)
63	22

Fonte: Banco de Dados Serviço de Assistência e Benefícios/INPE

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Conforme levantamento realizado pelo Serviço de Assistência e Benefícios - SAS, em 2014, foram registrados 04 acidentes de trabalho. No que tange às doenças ocupacionais, não foram verificados casos que possam ser atribuídos às atividades desempenhadas pelos servidores neste Instituto.

Exames Médicos Periódicos

O Serviço de Assistência e Benefícios - SAS coordenou o Programa de Exames Médicos Periódicos em todas as unidades do INPE, com o propósito de promoção à saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

O Programa de Exames Médicos Periódicos está previsto no Art. 206-A da Lei 8.112/1990, regulamentado pelo Decreto 6.856/2009, pela Portaria Normativa nº 4/2009 e 5/2011, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento; pela Portaria nº 783/2011 da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

O processo licitatório foi elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI para atender a Administração Central e as Unidades de Pesquisa e a empresa ANABIM – Assessoria Nacional de Gestão Pública e Meio Ambiente LTDA foi contratada para a prestação desse serviço. O processo de realização dos exames teve início em novembro de 2013 e foi concluído em agosto de 2014, com a convocação de 917 servidores para realizar os exames, conforme tabela a seguir.

Tabela 10 - Exames Periódicos de 2013/2014

Unidades	Atestado de Saúde Ocupacional	Recusa com termo de responsabilidade	Recusa sem termo de responsabilidade	Não concluído	Total de servidores
São José dos Campos	405	48	171	10	634
Atibaia	2	0	4	2	8
Belém	4	0	2	2	8
Brasília	4	0	0	0	4
Cachoeira Paulista	143	5	6	20	174
Cuiabá	17	0	2	2	21
Fortaleza/Euz ébio	1	0	7	0	8
Natal	3	0	38	0	41
Santa Maria	4	3	2	1	10
São Luiz	4	0	1	0	5
São Paulo	0	0	4	0	4

Total	587	56	237	37	917
Total (%)	64,01%	6,10%	25,85%	4,03%	100,00%

Fonte: Banco de Dados Serviço de Assistência e Benefícios/INPE

Tabela 11 - Rotatividade (turnover) – Ano 2014

SERVIDORES DE CARREIRA INGRESSOS EM 2014

Carreira	Cargo	Admissão	Remoção para o INPE (entrada)	Total
Pesquisa	Pesquisador	8	1	9
Desenv. Tecnológico	Tecnologista	10	1	11
	Técnico		1	1
	Auxiliar Técnico			0
Gestão	Analista		1	1
	Assistente em C&T		2	2
	Auxiliar em C&T			0
Total		18	6	24

Fonte: SIAPE-dezembro 2014

Tabela 12 - Servidores de Carreira egressos em 2014

Carreira	Cargo	Exoneração a pedido	Exoneração (desistência Est. Probat.)	Demissão (CLT)	Vacância por Posse em Cargo Inacumulável	Falecimento Servidor Ativo	Aposentadoria	Remoção para outro órgão (saída)	Redistribuição para outro órgão	Total
Pesquisa	Pesquisador			1			6	3		10
Desenv. Tecnológico	Tecnologista					1	11			12
	Técnico	1			1	1	8		1	12
	Auxiliar Técnico									0
Gestão	Analista	1	1				8	2		12
	Assistente em C&T						27			27
	Auxiliar em C&T					1	2			3
Total		2	1	1	1	3	62	5	1	76

Fonte: SIAPE-dezembro 2014

Obs.: Dos 62 servidores que se aposentaram em 2014, 19 são da carreira de desenvolvimento tecnológico, 37 da carreira de gestão e 06 carreira de pesquisa.

Obs.: 30 servidores CDT tiveram o contrato de trabalho extinto em 2014.

Educação Continuada

Os eventos realizados internamente e externamente são planejados a partir do Plano Anual de Capacitação. Mas a realização se dá na medida do possível, devido restrições orçamentárias. O Instituto viabiliza também oferecer cursos ministrados por servidores/instrutores do próprio Instituto e de outros órgãos do poder executivo, que também acaba sendo prejudicado devido restrições para pagamento de diárias e passagens.

As ações de capacitação fechadas no INPE são oferecidas com chamada para inscrição através da Intranet e mala direta nos e-mails e seleção dos servidores. Na maioria conhecimentos básicos, instruções normativas da Administração Pública, lideranças, motivacionais e de conhecimento técnico de nível médio. Os cursos mais específicos são feitos na maioria através de ações de capacitação abertas (eventos externos).

Informações contidas no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação 2014 (Vide item 7.1.2)

Tabela 13 - Número de servidores capacitados em 2014

Servidores	Nº servidores capacitados COM previsão no PAC 2014	Nº servidores capacitados SEM previsão no PAC 2014
Dirigentes, Gerentes e Assessores	10	9
Demais servidores	682	202
TOTAL	692	211

Fonte: Banco de Dados do Serviço de Capacitação por Competências/INPE

Tabela 14 - Número de ações de aperfeiçoamento em 2014

Ações de Aperfeiçoamento	Ações realizadas com previsão no PAC 2014	Ações realizadas sem previsão no PAC 2014
Autodesenvolvimento	11	1
Conferência/ Congresso/ Fórum/ Encontro/ Seminário ou similares	52	38
Curso	193	70
Oficina	0	1
Palestra	373	54
Workshop	29	2
Outros	29	0
TOTAL	687	166

Fonte: Banco de Dados do Serviço de Capacitação por Competências/INPE

8.2. Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

8.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

Quadro 42 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais													
UG/Gestão:				CNPJ:									
240106 (CRS) (URO) (CRA) (SLZ) (SJC)				01.263.896/0005-98 (CRS) (URO) (SJC)									
240108 (URC)				01.263.896/0016-40 (URC)									
240107 (CRN)				01.263.896/0007-50 (CRN)									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	01.06.045.0/2011 (CRS)	09.316.305/0001-81	08/09/2011	08/09/2015	-	-	11	11	-	-	P
2013	L	O	01.06.005.0/2013 (CRS)	02.220.169/0001-82	28/02/2013	28/02/2015	12	12	1	1	-	-	P
2013	L	O	01.06.050.0/2013 (CRS)	06.205.427/0001-02	18/11/2013	18/11/2015	2	2	-	-	-	-	P
2013	L	O	01.06.052.0/2013 (CRS)	02.220.169/0001-82	19/11/2013	19/11/2015	2	2	-	-	-	-	P
2011	L	O	01.06.001.3/2013 (URO)	10.732.146/0001-85	11/01/2014	11/01/2015	11	11	-	-	-	-	A
2012	V	O	01.06.040.1/2013 (URO)	05.083.119/0001-99	03/10/2013	03/10/2014	20	20	-	-	-	-	P
2010	V	O	01.06.117.0/2010 (URC)	07.447.264/0001-37	30/12/2010	30/12/2015	-	-	62	62	-	-	A
2010	L	O	01.06.050.0/2010 (URC)	11.305.804/0001-15	19/10/2010	19/10/2014	-	-	40	40	-	-	E
2012	L	O	01.06.049.0/2012 (URC)	11.292.126/0001-01	25/10/2012	25/04/2015	-	-	45	45	-	-	A
2013	L	O	01.06.008.1/2014 (CRA)	09.357.713/0001-81	06/03/2014	06/03/2015	-	-	-	7	-	-	P
2014	V	O	01.06.069.0/2014 (CRA)	07.069.574/0001-65	12/11/2014	12/11/2015	-	4	-	9	-	1	A
2011	V	O	01.06.040.0/2011 (SLZ)	07.275.436/0001-32	09/08/2011	09/08/2015	-	-	5	5	-	-	P

2014	L	O	01.06.014.0/2014 (SLZ)	02.295.753/0001-05	01/04/2014	01/04/2015	-	-	3	3	-	-	A
2010	L	O	01.06.085.0/2010 (SJC)	61.308.607/0001-28	19/12/2010	21/06/2015			127	127			P
2011	V	O	01.06.070.4/2011 (SJC)	05.137.100/0001-88	29/11/2011	30/11/2016			55	55			P
2013	V	O	01.06.070.0/2011 (ATB)	05.137.100/0001-88	23/09/2013	25/09/2018			04	04			P
2011	L	O	03.06.002.0/2011(CRN)	06.982.630/0001-95	11/01/2011	11/01/2016			6	6			P
2014	V	O	03.08071.0/2013 (CRN)	10639.977/0001-07	01/01/2014	01/01/2016			12	12			P

Observações:

- 1) **(CRS)** Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE – Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais – CRS em Santa Maria – RS e Observatório Espacial do Sul – OES em São Martinho da Serra - RS.
- 2) **(URO)** Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE – Unidade Regional do Centro Oeste – URO em Cuiabá – MT
- 3) **(URC)** Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE – Unidade Regional de Cachoeira Paulista – URC em Cachoeira Paulista-SP
- 4) **(CRA)** Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE – Centro Regional da Amazônia – CRA em Belém – PA
- 5) **(SLZ)** Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE – DAE/SLZ em São Luis – MA
- 6) **(SJC)** - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em São José dos Campos – SP (UG/Gestão: 240106, CNPJ: 01.263.896/0005-98)
- 7) **(ATB)** - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em Atibaia – SP (UG/Gestão: 240106, CNPJ: 01.263.896/0005-98)
- 8) **(CRN)** - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE - Centro Regional do Nordeste - CRN em Natal - RN (UG/Gestão: 240107, CNPJ: 01.263.896/0007-50)

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

8.2.2 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro 43 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais				Informações sobre os contratos									
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Inicio	Fim	P	C	P	C		S	P
2012	11	O	01.06.061.0/2012 (CRS)	03.149.832/0001-62	23/11/2012	23/11/2015	-	-	7	7	-	-	P
2010	9	O	01.06.110.4/2013 (SJC)	68.287.143/0001-60	31/12/2013	31/12/2014	23	24	24	28	1	1	E
2014	9	O	01.14.049.0/2014 (SJC)	24.016.172/0001-11	15/09/2014	15/09/2015	1	1	7	7	2	2	P
2013	11	O	01.06.018.0/2013 (URC)	03.655.231/0001-21	10/07/2013	10/07/2015	-	-	22	22	-	-	A
2013	11	O	01.06.018.2/2013 (SJC)	03.655.231/0001-21	10/07/2013	10/07/2015			45	45			A
2011	12	O	03.06.014.0/2011(CRN)	07.324.645/0001-29	25/03/2011	25/03/2015		F					P
2013	12	O	03.06.01.0/2013(CRN)	06.982.630/0001-95	02/01/2013	02/01/2016			12	M			P
2014	12	O	03.06.082.0/2013(CRN)	06.982.630/0001-95	01/01/2014	01/01/2016			06	M			P
Observações:													
1) (CRS) Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE – Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais – CRS em Santa Maria – RS e Observatório Espacial do Sul – OES em São Martinho da Serra - RS.													
2) (URC) Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE – Unidade Regional de Cachoeira Paulista – URC em Cachoeira Paulista-SP													
3) (SJC) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE em São José dos Campos – SP (UG/Gestão: 240106, CNPJ: 01.263.896/0005-98)													
4) (CRN) - Contratos de prestação de serviços executados na unidade do INPE - Centro Regional do Nordeste - CRN em Natal - RN													
5) Contrato 01.06.018 (.0 e.2) são um mesmo contrato, cuja execução se dá nas unidades SJC (45 funcionários) e URC (22 funcionários), totalizando 67 funcionários.													
LEGENDA: Área:				10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras									
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática;													

- 4. *Copeiragem;*
- 5. *Recepção;*
- 6. *Reprografia;*
- 7. *Telecomunicações;*
- 8. *Manutenção de bens móveis*
- 9. *Manutenção de bens imóveis*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Informações recebidas dos responsáveis nas Unidades Regionais e dos gestores/fiscais de contrato, bem como SIA-SJC e SEM-SJC.

8.2.3 Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Os serviços de vigilância, limpeza, higiene e conservação, em vigência no exercício de 2014, ocorreram dentro da normalidade, não havendo maiores complicações no que diz respeito a execução dos objetos contratados. Eventuais pequenas pendências foram sanadas rapidamente através de notificações aos fornecedores que de pronto atenderam às solicitações da UJ.

Os direitos dos prestadores de serviço no que diz respeito ao recolhimento dos encargos trabalhistas têm sido devidamente acompanhados pelos fiscais e gestores dos contratos, visto que tais documentos são partes integrantes e requisito básico para quitação das notas fiscais e/ou faturas.

8.2.4 Contratação de estagiários

Quadro 44 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	110	120	115	117	930.560,00
1.1 Área Fim	45	42	43	42	352.760,00
1.2 Área Meio	65	78	72	75	577.800,00
2. Nível Médio	30	28	27	25	122.600,00
2.1 Área Fim	20	20	21	19	88.800,00
2.2 Área Meio	10	8	6	6	33.800,00
3. Total (1+2)	140	148	142	142	1.053.160,00

Análise Crítica

A contratação de estagiários no âmbito do INPE tem amparo na Lei nº 11.788/2008, Orientação Normativa nº 4/2014 da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento e Contrato nº 02.0013.00/2010 firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE.

As vagas de estágio, autorizadas pelo MCTI, são preenchidas de acordo com a demanda interna deste Instituto e mediante processo seletivo.

Os resultados observados para a área meio e fim são bastante positivos.

Registra-se, no entanto, como aspecto negativo a elevada rotatividade dos estagiários, motivada pelos baixos valores da bolsa estágio (R\$520,00 e 290,00 para nível superior e médio, respectivamente) para carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais.

8.2.5 Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar (item B63 do Anexo II da DN TCU 134/2-13)

Respondido pela FIPECq, conforme Ofício CTA 055/15 PRE, de 08 de abril de 2015

a) Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

i. Nome: FIPECq

ii. Razão Social: FIPECq – Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA.

iii. CNPJ: 00.529.958/0001-74

iv. Demonstrativo anual, contendo:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

Tabela 15 - Valor da folha de pagamento dos empregados participantes

Folha de Pagamento	Folha Bruta	Salário de Participação - PPC
Mensal	R\$ 360.230,45	R\$ 360.230,45
Gratificação Natalina (13º Salário)	R\$ 26.094,45	R\$ 26.094,45
TOTAL	R\$ 386.324,90	R\$ 386.324,90

2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Resposta: R\$ **29.075,52**;

3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora

Resposta: R\$ **29.784,83**;

4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora

Resposta: R\$ 136.552,02 (consignações de parcelas de empréstimos);

5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições

Resposta: Corresponde às consignações de parcelas de empréstimos contraídos pelos participantes

6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Tabela 16 - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:	<u>927.920.513,56</u>
6.1 Disponível	367.722,05
6.2 Títulos Públicos	502.940.188,11
6.3 Créditos Privados e Depósitos	167.397.504,35
6.4 Ações	98.446.955,19
6.5 Fundos de Investimento	132.095.666,90
6.6 Derivativos	(4.285.266,00)
6.7 Investimentos Imobiliários	8.918.719,30
6.8 Empréstimos e Financiamentos	21.793.478,05
6.9 Outros Realizáveis	245.545,61

Fundamentação Legal:

Aplicações do Plano de Previdência Complementar – PPC efetuadas em conformidade ao estabelecido na Resolução n. 3.792 de 24/09/2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Sobre o item 6) do quadro demonstrativo acima:

- Esclarecemos que em 31 de dezembro de 2014, os recursos garantidores do Plano de Previdência Complementar – PPC, administrado pela FIPECq, apresentavam o montante de R\$ 927.920.513,56, advindos das contribuições dos participantes, dos patrocinadores e das rentabilidades auferidas nos investimentos.
- Os recursos encontravam-se alocados nos seguintes investimentos: Títulos Públicos R\$502.940.188,11, participação de 54,20%, Créditos Privados e Depósitos R\$167.397.504,35, percentual de 18,04%, Ações – Mercado à Vista R\$98.446.955,19, correspondendo a 10,61%, Fundos de Investimentos R\$132.095.666,90, participação de 14,23%, Derivativos – Opções (R\$4.285.266,00), com participação de menos 0,46%, Imóvel R\$8.918.719,30, percentual de 0,96%, Empréstimos R\$21.793.478,05, participação 2,35%, Disponível R\$367.722,05, com 0,04% e Outros R\$245.545,61, correspondendo a 0,03%, do total de recursos investidos.
- No ano de 2014, os investimentos obtiveram rendimentos líquidos de R\$ 50.735.845,13. A rentabilidade nominal foi de 5,75% a.a. perante uma meta atuarial de 11,54% no mesmo período.
- O segmento de renda fixa apresentou rentabilidade de 10,75% a.a., com participação de 69,04% do segmento e 54,20% da carteira do plano. Os principais ativos que constituem o

segmento são títulos públicos: notas do tesouro nacional, indexadas ao IPCA e perfil de longo prazo.

- A rentabilidade do segmento de renda variável – mercado de ações e derivativos de menos 14,46% a.a, ocasionada pelas cotações das ações na bolsa de valores que apresentaram forte queda, o que impactou a rentabilidade do Plano.
- No que se refere ao segmento de investimentos estruturados, que se caracterizam por ativos de menor liquidez e que envolvem um grau maior de risco e de retorno, a rentabilidade foi de 12,08% a.a.
- Quanto ao segmento de operações com participantes, os empréstimos encerraram o ano com uma rentabilidade de 15,03%. Já o segmento de imóveis, representado pela sala n. 404, localizada no Centro Empresarial Varig – Brasília/DF, rentabilidade de menos 3,59% no exercício, tendo em vista despesas com a reforma e depreciação da construção.

7. Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar:

Resposta - A Previc não se manifesta em relação às demonstrações contábeis

8. Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

Resposta – O conselho Deliberativo na Ata da 243^a, realizada no dia 04 de dezembro de 2013, aprovou a Política de Investimentos para o exercício de 2014, avaliando a conformidade com a Resolução CMN n.3792/2009 (Política de investimentos – **ver anexo 6**)

v. conclusões contidas no relatório de auditoria independente

Resposta – Relatório de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis da FIPECq, referente ao ano 2014: **ver anexo 7**

vi. Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários

Resposta- A Demonstração Atuarial, preparada anualmente pelo atuário, inclui o “Parecer Atuarial” (ver item VI das Demonstrações Atuariais de 2014). Tal parecer é feito com base nas hipóteses atuariais, também preparadas pelo atuário e aprovadas pelo Conselho Deliberativo a cada ano. Os itens VI.2 e VI.5 do Parecer Atuarial destacam as hipóteses que afetam o equilíbrio técnico do plano, com as devidas justificativas, influenciando no resultado do plano (superávit ou déficit). Para os anos de 2013 e 2012, a análise e justificativas do resultado atuarial também encontram-se no Demonstrativo Atuarial, no item “Parecer Atuarial”.

vii. Conclusões do último estudo atuarial

Resposta – Parecer Atuarial – **ver Anexo 8**

- b) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n. 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Resposta – Não ocorreram fiscalizações realizadas pela Patrocinadora INPE.

9 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não houve ocorrência nos itens 8.3 e no quadro A.2.2.2 do item 8.2.2.

9.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996;

Decreto nº 6.403, de 17/03/2008;

Instrução Normativa nº 3, de 15/05/2008

RE DIR-015.08 Transporte em veículo de propriedade do INPE;

DE 1747 – Autorização para dirigir veículos oficiais;

RE 403 V123 - Condução de veículos oficiais.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

O uso da frota é imprescindível para a execução da atividade-fim uma vez que é utilizada desde o transporte de servidores envolvidos em projetos estratégicos do INPE, como por exemplo o CBERS, para o aeroporto de Guarulhos para onde são realizadas 70% das viagens do instituto, assim como entre as diversas unidades do INPE no Brasil, sobretudo São José dos Campos a Cachoeira Paulista e vice-versa, pois são as duas maiores unidades do INPE no Brasil e situam-se relativamente próximas uma da outra (~120km). Também se faz necessário o transporte para o apoio aos trabalhos desenvolvidos internamente como entrega de malotes, transporte de pessoal e material para manutenção das diversas instalações. Adicionalmente, informamos que o INPE não conta com frota locada de terceiros.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

O INPE possui os veículos próprios listados na tabela a seguir:

Unidade	Passeio	Utilitário	Caminhão	Moto	Total
São José dos Campos	14	13	5		32
Cachoeira Paulista	18	5	6	2	33
Cuiabá	2	1	1		4
Santa Maria	2	3			5
Brasília	1				1
Alcântara	1				1
São Luís	1				1
Fortaleza		2			2
Natal	1	2			3

Belém		1			1
Atibaia	2				2

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

UNIDADE	MÉDIA ANUAL (KM)
São José dos Campos	105.552
Cachoeira Paulista	75.689
Cuiabá	12.559
Santa Maria	23.235
Brasília	15.125
Alcântara	1.235
São Luís	2.262
Fortaleza	6.639
Natal	25.323
Belém	11.526
Atibaia	9.251

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

UNIDADE	IDADE MÉDIA (ANOS)
São José dos Campos	10
Cachoeira Paulista	20
Cuiabá	10
Santa Maria	11
Brasília	10
Alcântara	15
São Luís	12
Fortaleza	10
Natal	08
Belém	11
Atibaia	13

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Custo	Valor	Período
Combustíveis	R\$ 397.229,78	Anual
Manutenção veicular	R\$ 32.570,44	Anual
Seguro DPVAT	R\$ 6.818,54	Anual
Seguro Obrigatório	R\$ 39.000,00	Anual

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota é o de nova aquisição de veículos para o exercício de 2015 adquirindo em torno de 10 veículos novos através do PAAV (Plano Anual de Aquisição de Veículos).

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Tem-se optado pela aquisição devido existência de servidores locados na garagem que exercem a função de motorista e, sobretudo, porque esta opção é a de maior economicidade. Porém, não se descarta a locação de veículos no futuro. O INPE tem 26 motoristas funcionários públicos que estão distribuídos em suas diversas unidades: São José dos Campos (13), Cachoeira Paulista (07), Cuiabá (01), Belém (02), Natal (02) e Fortaleza (01), possui 83 veículos próprios para os quais arca com despesas de combustível, manutenção veicular e seguro, portanto opta pela aquisição de veículos. Caso optasse pela locação de veículos a despesa seria duplicada, o que seria antieconômico para o erário público. No médio prazo, com a aposentadoria de alguns motoristas poder-se-á optar pela locação de veículos ou por um sistema híbrido onde possam coexistir as duas modalidades.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Durante a maior parte do exercício de 2014, o controle da frota foi realizado através de um sistema terceirizado via cartões (Policard), que permitia o abastecimento dos veículos e consolidava dados como quilometragem, situação do veículo entre outras informações. Desde 27/dez/2014, o controle está sendo realizado através de planilhas elaboradas pelo setor de transporte que considera como prioridade a questão da logística na saída dos veículos como forma de atender as necessidades de forma eficiente e eficaz.

9.2 Gestão do patrimônio Imobiliário

9.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 45 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	
BRASIL	UF – MA – Maranhão	1	1
	0921 – São Luis	1	1
	UF – MT – Mato Grosso	1	1
	9067 – Cuiabá	1	1
	UF – PA – Para	1	1
	0427 – Belém	1	1

	UF – RS – Rio Grande do Sul	2	2
	5793 – São Martinho da Serra	1	1
	8841 – Santa Maria	1	1
	UF – SP – São Paulo	3	3
	6181 – Atibaia	1	1
	6273 – Cachoeira Paulista	1	1
	7099 – São José dos Campos	1	1
Subtotal Brasil		8	8
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade “nn”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade “nnn”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		8	8

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

9.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional e Cessão de Espaço Físico em Imóvel Da União

Quadro 46 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
240106	0921.00825.500-8	Em regularização – outro	Reparos importantes		30/12/2014	32.432,84		
240106	9067.00205.500-7	Em regularização – entrega	Reparos importantes		06/11/2013	9.989.205,68		
240106	0427.00954.500-7	Em regularização – outro	Novo		30/12/2014	7.713.158,70		
240106	5793.00002.500-5	Entrega – Administração Federal Direta	Novo		23/04/2013	1.497.912,07		
240106	8841.00455.500-9	Em regularização – outro	Novo		22/12/2014	8.927.250,94		
240106	6181.00029.500-6	Em regularização – outro	Reparos importantes		11/12/2014	997.207,80		
240106	7099.000506.500-0	Cessão - Outros	Muito Bom		29/08/2013	64.869.706,81		3.241.430,53 ¹⁾
240108	6273.00003.500-0	Cessão – Outros	Bom	520.265,92	30/12/2014	25.043.065,67	-	6.571,17
240107	1749.00010.500-0	Entrega – Administração Federal Direta	Bom	1.087,02	17/04/2012	52.440,02		
Total							-	3.248.001,70

Fonte: SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Obs.: 1) Notas fiscais Active Engenharia Exercício 2014 – RD.Nº01.06.110.4/2013

9.2.3 Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Quadro 47 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Ocupado	1)	Bom	38.894,29	29/12/2014	79.443,78	-	-
Ocupado	1)	Bom	21.198,38	29/12/2014	55.363,45	-	-
Ocupado	1)	Bom	16.466,72	29/12/2014	41.526,10	-	-
Ocupado	1)	Bom	36.099,02	29/12/2014	46.608,36	-	-
Ocupado	1)	Reparos importantes	47.774,34	29/12/2014	65.759,54	-	-
Ocupado	1)	Reparos importantes	28.228,91	29/12/2014	33.318,71	-	-
Ocupado	1)	Bom	52.128,39	29/12/2014	72.824,43	-	-
Total						-	-

Fonte: O Relatório de Inscrição na Conta Próprios Nacionais do mês de dezembro/2014

Obs.: 1) No imóvel ocupado pelo INPE de Cachoeira Paulista sob o **RIP nº 6273 00003.500-0** estão instaladas todas as sete residências funcionais listadas. O valor histórico corresponde ao valor dos imóveis anterior a avaliação. As residências têm idade estimada de cerca de 50 anos e são destinados a moradia de servidor e seus familiares, ocupação essa regida pela RE/DIR-037.12, que dispõe dentre outros regulamentos, as condições para ocupação no imóvel, as taxas de ocupação e manutenção, as responsabilidades do permitente e do permissionário, a extinção da permissão, etc.

9.2.4 Análise Crítica

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais para o desenvolvimento de suas atividades na área de gestão dos imobilizados acima conta, no âmbito da Coordenação de Gestão Interna – CGI, com setores de patrimônio na Sede de São José dos Campos e na Unidade Regional de Cachoeira Paulista – URC. Estes setores são os responsáveis pela gestão contábil dos bens móveis e imóveis de uso do MCTI – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, além de realizar a sua conciliação no SIAFI e no SPIUnet.

A estrutura de controle e gestão de cada setor de Patrimônio está a cargo de 2 servidores, sendo que apenas o responsável pelo setor detém o acesso aos sistemas de controle de imóveis, o SPIUnet.

Mensalmente, por ocasião do fechamento contábil do Patrimônio é feito o acompanhamento, a verificação e a conciliação dos registros e informações do imóvel no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, considerado qualitativamente eficiente visto que os lançamentos quando necessários são efetuados pelo servidor responsável pela contabilização.

A Unidade de São José dos Campos, registrada no SPIUnet com Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) de nº 7099.00506.500-0, é a sede do Instituto, instalado em um terreno de 247.684,00 m² **cedido** por um período de 100 anos (01/02/1963 a 31/01/2063) pelo DCTA do Ministério da Defesa. Conta com 53 prédios.

A Unidade de Cachoeira Paulista, com registro no SPIUnet sob RIP de nº 6273000003.500-0, no imóvel de propriedade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com área de terreno de 11.610.600 m² e situação regularizada conforme Termo de **Cessão** de Uso celebrado entre as partes datado de 15 de março de 2012, com prazo de vigência de 20 (vinte) anos a partir da data da sua assinatura.

A Unidade de São Martinho da Serra - RS, registrada no SPIUnet com RIP de nº 5793.00002.500-5, é o Observatório Espacial do Sul, instalado em um terreno de 120.000,00 m² **dado** pelo GRPU-RS do Ministério do Planejamento conforme termo de entrega datado de 04 de maio de 2001, com 06 prédios construídos a partir de 1997.

A Unidade de Cuiabá, registrada no SPIUnet com RIP de nº 9067.00205.500-7, é o Centro Político Administrativo, instalado em um terreno de 299.831,50 m² **dado** pelo Estado do Mato Grosso aguardando entrega definitiva conforme processo nº 45496/2006, 287874/2006 e 42096/2007, com 06 prédios.

Por recomendação da CGU (item 6.1.1.3 do relatório de auditoria anual de contas), foram cadastrados no SPIUnet os imóveis que estavam cadastrados como propriedades de terceiros no SIAFI.

*O Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais (Santa Maria – RS), com RIP de nº 8841.00455.500-9, construídos em um terreno com área de 176.920,00m² da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM conforme Instrumento público de **cessão** de uso publicado no diário oficial da união em 19/12/1996 nº 246 pag. 26934.*

O Centro Regional da Amazônia (Belém – PA), com RIP de nº 0427.00954.500-7, criado pela portaria 729 de 20 de novembro de 2007, o Centro Regional da Amazônia está em operação desde janeiro de 2009.

*O Centro de Rádio-Astronomia e Astrofísica – CRAAM (Atibaia – SP, Com RIP de nº 6181.00029.500-6), o Centro de Rádio-Astronomia e Astrofísica instalado em na cidade de Atibaia-SP por ser um ponto estratégico para observar explosões solares, ocupa uma área **cedida** em regime de comodato pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 20 de Abril de 1977, mediante convenio de cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Instituto Mackenzie, com vigência de 30 anos e prorrogado através de termo aditivo por 66 anos.*

*A Unidade INPE em São Luiz – M, Com RIP de nº 0921.00825.500-8, a unidade de São Luis – MA, ocupa uma área de 7 ha. No Campus Cidade Universitária D. Paulo VI, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. A área foi **cedida** por força do instrumento Público de Cessão de uso celebrado entre a UEMA e o INPE datado de 30 de abril de 1991, onde funciona o Observatório Geofísico Espacial.*

O Centro Regional de Natal (Natal – RN), com RIP de nº 1749.00010.500-0, mediante **cessão** do terreno feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, realizada através de um Convenio datado de 10 de janeiro de 1971, por tempo indeterminado, sendo do cedente, a responsabilidade de registro do imóvel. Atualmente o único registro que o CRN/INPE possui desse imóvel é o saldo de R\$ 1.772.296,13 na conta contábil 14.211.93.00 que diz respeito à Benfeitorias em Propriedades de Terceiros.

10. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1 Gestão da Tecnologia da Informação

Os sistemas computacionais disponíveis no INPE se prestam a atender os macroprocessos finalísticos de suas unidades e também os processos de gestão de todo o Instituto.

Os sistemas computacionais de uso comum aos processos finalísticos e processos de gestão são gerenciados pela Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI do INPE.

Os sistemas computacionais que integram a infraestrutura básica que atende a todo o Instituto (processos de gestão e processos finalísticos) compreendem:

- Recursos de processamento de dados, compostos por: estações servidoras, sistemas de armazenamento, desktops e computadores pessoais.
 - Funções: execução de programas utilizados nas áreas finalísticas e de gestão, armazenamento de dados oriundos das atividades científicas e de gestão, edição de textos, desenvolvimento de sistemas, entrada e saída de dados em sistemas gerenciais internos e externos.
- Recursos de comunicação de dados, compostos por: redes locais de alto desempenho, redes sem fio, redes privadas de comunicação entre as unidades do Instituto, acesso à Internet com alto desempenho (conexão RNP – Rede Nacional de Pesquisa), rede de telefonia fixa e móvel.
 - Funções: permitir a transmissão/recepção de dados gerados nas aplicações, permitir a comunicação de voz no ambiente interno e externo às unidades do Instituto, permitir acesso a redes externas.
- Recursos de impressão, com impressoras padronizadas distribuídas nas áreas das unidades.
 - Funções: permitir a impressão de documentos oriundos das atividades finalísticas e de gestão.
- Recursos de software, compostos por: editores, compiladores, sistemas operacionais, banco de dados, ambientes de homologação, serviço de correio eletrônico, Intranet/Internet e sistemas de gestão.
 - Funções: permitir o desenvolvimento e execução de programas computacionais utilizados nas áreas finalísticas e de gestão do Instituto, permitir a troca de informações no ambiente interno e com o ambiente externo ao INPE, permitir a disseminação de informações de caráter interno (Intranet) e de caráter externo (Internet), permitir a automação de atividades de gestão de processos administrativos e processos científicos.

Principais sistemas de gestão utilizados:

- SIPLAN
 - Função: sistema de gestão dos recursos orçamentários do INPE.
 - Estado atual: sistema em produção.
 - Necessidades Futuras: maior integração com os demais sistemas de gestão do Instituto e com os sistemas Estruturantes do Governo Federal.
- SIGECON
 - Função: sistema de gestão de contratos do INPE.
 - Estado atual: sistema em fase de desenvolvimento.
 - Necessidades Futuras: maior integração com os demais sistemas de gestão do Instituto e com os sistemas Estruturantes do Governo Federal.

- **COMPRAS**
 - Função: sistema para gestão das atividades envolvidas no processo de compras do INPE.
 - Estado atual: sistema em produção.
 - Necessidades Futuras: maior integração com os demais sistemas de gestão do Instituto e com os sistemas Estruturantes do Governo Federal.
- **PATRIMÔNIO**
 - Função: sistema de gestão de bens patrimoniais para administração dos bens de caráter permanente do INPE.
 - Estado atual: em homologação.
 - Necessidades Futuras: aprimoramentos nas funcionalidades atuais e acréscimos de novas funcionalidades.
- **INTERNET/INTRANET**
 - Função: sítios para divulgação de informações institucionais na Internet e Portal da Intranet para integração de sistemas e informações institucionais.
 - Estado atual: sítios Institucional na Internet e Portal da Intranet em produção.
 - Necessidades Futuras: mecanismos que facilitem o trabalho cooperativo entre todas as áreas do Instituto.

Sistema computacional a ser desenvolvido neste próximo período:

- **SGP**
 - Função: sistema de gestão de pessoas do INPE.
 - Estado atual: aguardando início do desenvolvimento.
 - Necessidades Futuras: levantamento e análise dos processos de negócio e implementação do projeto de software, ou análise de implantação do SIG/UFRN através de uma cooperação técnica.

Com referência aos macroprocessos finalísticos do INPE, são os seguintes os recursos de sistemas computacionais utilizados:

- Macroprocesso “Desenvolvimento de satélites”
 - Objetivo: desenvolvimento de satélites meteorológicos e de sensoriamento remoto.
 - Estado atual dos sistemas utilizados neste macroprocesso: em produção.
 - Sistemas computacionais utilizados: uso de sistemas computacionais de caráter corporativo (redes, estações servidoras e demais itens comuns de infraestrutura).
 - Necessidades Futuras: adequação dos sistemas em uso para apoio nas novas missões (uso em projetos de novos satélites).
- Macroprocesso “Disponibilização de dados de satélites”
 - Objetivo: viabilização de meios de acesso e serviços, de qualidade compatível com os padrões internacionais, necessários à plena utilização de informações, imagens e dados espaciais pela sociedade.
 - Estado atual dos sistemas utilizados neste macroprocesso: em produção.
 - Sistemas computacionais utilizados: uso de sistemas computacionais de caráter corporativo (redes, estações servidoras, serviços especializados Internet e Intranet, e demais itens comuns de infraestrutura), uso de sistemas de armazenamento de alta capacidade e desempenho, uso de linhas de comunicação específicas para transferência de dados coletados de satélites imageadores.

- Necessidades Futuras: adequação dos sistemas em uso para atendimento às necessidades de disseminação de dados de satélites de maior resolução.
- Macroprocesso “Monitoramento de biomas e queimadas”
 - Objetivo: monitoramento da cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.
 - Estado atual dos sistemas utilizados neste macroprocesso: em produção.
 - Sistemas computacionais utilizados: uso de sistemas computacionais de caráter corporativo (redes, estações servidoras, serviços especializados Internet e Intranet, e demais itens comuns de infraestrutura), uso de sistemas de armazenamento de alta capacidade e desempenho.
 - Necessidades Futuras: adequação dos sistemas em uso para atendimento às necessidades de disseminação de volume atualizado de dados.
- Macroprocesso “Previsão de tempo e clima”
 - Objetivo: disponibilização para a sociedade de previsões do tempo e clima, bem como previsões ambientais correlatas como hidrologia e qualidade do ar.
 - Estado atual dos sistemas utilizados neste macroprocesso: em produção.
 - Sistemas computacionais utilizados: uso de sistemas computacionais de caráter corporativo (redes, estações servidoras, serviços especializados Internet e Intranet, e demais itens comuns de infraestrutura), uso de sistemas de armazenamento de alta capacidade e desempenho, uso de supercomputador de alto desempenho para processamento de modelos complexos de previsão de tempo, aplicados a área de cobertura que compreende Brasil e países vizinhos.
 - Necessidades Futuras: adequação dos sistemas em uso para atendimento às necessidades de processamento de novos modelos matemáticos de previsão de tempo, com necessidade, em curto prazo, de maior capacidade de processamento e armazenamento (novo supercomputador), e infraestrutura para acomodar estes novos recursos (energia elétrica e refrigeração).
- Macroprocesso “Modelagem do sistema terrestre”
 - Objetivo: investigar as mudanças ambientais globais, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o processo, identificar os impactos sobre o país e subsidiar políticas públicas de enfrentamento do problema nos planos nacional e internacional.
 - Estado atual dos sistemas utilizados neste macroprocesso: em produção.
 - Sistemas computacionais utilizados: uso de sistemas computacionais de caráter corporativo (redes, estações servidoras, serviços especializados Internet e Intranet, e demais itens comuns de infraestrutura), uso de sistemas de armazenamento de alta capacidade e desempenho, uso de supercomputador de alto desempenho para processamento de modelos complexos de previsão de tempo, aplicados a área de mudanças ambientais globais.
 - Necessidades Futuras: adequação dos sistemas em uso para atendimento às necessidades de processamento de novos modelos matemáticos de previsão de tempo, com necessidade, em curto prazo, de maior capacidade de processamento e armazenamento (novo supercomputador), e infraestrutura para acomodar estes novos recursos (energia elétrica e refrigeração).
- Macroprocesso “Monitoramento do clima espacial”
 - Objetivo: realizar pesquisas relacionadas aos fenômenos espaciais, desde o Sol, espaço interplanetário, magnetosfera, até a ionosfera, a alta e média atmosfera, e

geomagnetismo, processar as informações coletadas de forma a obter informações sobre o impacto destes fenômenos nas atividades de navegação aérea, comunicações via satélite, e demais atividades que envolvem transmissões na camada atmosférica do Planeta Terra.

- Estado atual dos sistemas utilizados neste macroprocesso: em produção.
- Sistemas computacionais utilizados: uso de sistemas computacionais de caráter corporativo (redes, estações servidoras, serviços especializados Internet e Intranet, e demais itens comuns de infraestrutura), uso de sistemas de armazenamento de alta capacidade e desempenho.
- Necessidades Futuras: adequação dos sistemas em uso para atendimento às necessidades de processamento de novos modelos matemáticos de previsão de impacto de fenômenos espaciais nas atividades no Planeta Terra.

De forma a permitir a execução dos diversos macroprocessos finalísticos, e também a execução dos processos de gestão do INPE, a Coordenação de Tecnologia da Informação gerencia um conjunto de contratos (continuados ou não), para suprir necessidades de bens e serviços identificadas.

Os principais contratos que vigeram no exercício de referência do presente relatório de gestão estão contidos no Quadro a seguir.

Quadro 48 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Contrato	Objeto	Vigência	CNPJ	Denominação	Custo	Desembolso 2014
01.06.013.0/2013	Serviços de suporte tecnológico a ambiente de TI e Comunicação	11/06/2013 a 11/06/2014	07.171.299/0001-96	Central IT Tecnologia da Informação LTDA.	7.063.944,12	2.041.569,46
01.06.013.1/2014	Serviços de suporte tecnológico a ambiente de TI e Comunicação	13/06/2014 a 13/06/2015	07.171.299/0001-96	Central IT Tecnologia da Informação LTDA.	7.510.515,30	5.077.246,21
01.06.070.2/2013	Modelagem, Implementação e Manutenção de sistemas de informação	05/12/2013 a 05/12/2014	01.645.738/0001-79	Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A	3.348.650,00	3.252.216,63
01.06.150.1/2013	Serviços de comunicações de dados	31/12/2013 a 31/12/2015	33.530.486/0001-29	Embratel	2.208.813,70	1.060.083,19
01.06.174.1/2013	Serviços de Telefonia Fixa	31/12/2013 a 31/12/2015	33.530.486/0001-29	Embratel	3.592.217,00	1.593.954,81
01.06.170.2/2013	Serviços de Telefonia Fixa	31/12/2013 a 31/12/2015	02.558.157/0001-62	Vivo	1.240.066,32	293.592,90
01.06.168.4/2013	Serviços de Telefonia Móvel	31/12/2013 a 31/12/2014	02.558.157/0001-62	Vivo	228.000,00	155.701,80
01.06.178.0/2010	Serviços de locação de equipamentos multifuncionais	08/12/2010 a 08/12/2014	07.432.51/0003-60	Simpress Comércio Locação e Serviços LTDA.	834.348,00	202.561,08
01.14.123.0/2013	MS Office	30/12/2013 a 13/04/2014	57.142.978/0001-05	Brasoftware	45.205,38	45.205,38
01.14.124.0/2013	Acrobat XI	30/12/2013 a 13/04/2014	88.610.340/0001-85	ACM	5.574,00	5.574,00
01.14.111.0/2013	Servidor HP	30/12/2013 a 13/04/2014	61.797.924/0007-40	HP	19.390,00	19.390,00
01.14.112.0/2013	Servidores e Rack HP	30/12/2013 a 13/04/2014	00.125.766/0001-00	AMR	836.000,00	836.000,00
01.14.113.0/2013	Ativos de redes Cisco	30/12/2013 a 13/04/2014	01.792.731/0001-80	Dalcom	594.298,12	594.298,12
01.14.114.0/2013	Monitor LED 21,5"	30/12/2013 a 13/04/2014	08.528.684/0001-00	Marumbi	126.093,04	126.093,04

Contrato	Objeto	Vigência	CNPJ	Denominação	Custo	Desembolso 2014
01.14.115.0/2013	Nobreak 1,4 KVA	30/12/2013 a 13/04/2014	52.618.139/0030-31	GL-Eletro Eletrônicos	93.315,40	93.315,40
01.14.116.0/2013	MacBook 13"	30/12/2013 a 13/04/2014	15.710.797/0001-98	RWX	230.100,00	230.100,00
01.14.117.0/2013	Tablet Samsung	30/12/2013 a 13/04/2014	14.357.829/0001-50	J&L	119.280,00	119.280,00
01.14.118.0/2013	iMac 21.5"	30/12/2013 a 13/04/2014	12.384.280/0001-68	A. P. Correa	72.397,00	72.397,00
01.14.119.0/2013	Desktops HP	30/12/2013 a 13/04/2014	61.797.924/0007-40	HP	1.404.724,00	1.404.724,00
01.14.120.0/2013	Notebook Dell	30/12/2013 a 13/04/2014	11.896.357/0001-06	Hasky	660.800,00	660.800,00

11. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

Quadro 49 - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado. http://www.inpe.br/arquivos/Plano_Logistica_Sustentavel_INPE_2013.pdf	X	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		X
Considerações Gerais			
A adoção de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e contratações de serviços é prática recorrente no INPE.			

12. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Não houve ocorrência no item 11.4.

12.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Quadro 50 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 008.789/2013-4	3324/2014 – 2 ^a . Câmara	9.1	DE	Ofício 1625/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
1.8.1 Ao Inpe que, tão logo sejam iniciadas as tratativas formais visando à contratação do lançamento do satélite CBERS 4, seja encaminhada a este Tribunal a documentação pertinente, contendo, se for o caso, justificativas e motivos para adoção de critérios e prática de atos que não atendam integralmente ou sejam divergentes com o contido nos subitens 1.6.1.1 a 1.6.1.5 do Acórdão 2.116/2011-TCU-2 ^a . Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção do INPE					
Síntese da Providência Adotada					
Informação de que a contratação do CBERS 4 foi realizada pela AEB, sendo que o INPE não participou dessas tratativas, tomando conhecimento de sua efetivação e dos termos contratuais somente no ato de sua assinatura.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 51 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 006.536/2012-3	43/2013 – Plenário	9.1	DE	Ofício 1666/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
9.1.1. elabore estudo com as necessidades de adequação, reposição e ampliação de seu quadro funcional, bem assim com a expectativa de aposentadorias;					
9.1.2. a partir do estudo mencionado no subitem anterior, elabore plano de ação que contemple a substituição gradual dos contratados temporários que desempenhem atividades inerentes à atuação finalística do Inpe por servidores efetivos;					
9.1.3. apresente os resultados das providências descritas nos subitens anteriores ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), requerendo a realização de concurso público com o objetivo de suprir as necessidades de servidores efetivos evidenciadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção do INPE					
Síntese da Providência Adotada					
O INPE elaborou estudo em resposta ao Acórdão 43/2013-TCU e o apresentou ao TCU, ao MCTI e ao MPOG. Em outubro de 2014, o INPE encaminhou ao TCU estudo realizado visando esclarecer questionamentos adicionais formulados pelo MPOG.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					

12.1.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento no final do exercício

Quadro 52 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 011.850/2012-4	479/2014	9.4	DE	Ofício 0327/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
<p>9.4. determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e ao órgão competente de Controle Interno que dê notícias, nas próximas contas da unidade, acerca das providências adotadas com vistas a corrigir as falhas indicadas no item 9.3 deste Acórdão</p> <p>(9.3. dar ciência ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) acerca das seguintes impropriedades verificadas nos respectivos instrumentos:</p> <p>9.3.1. Convênio 763483/2011:</p> <p>9.3.1.1. as despesas com a subcontratação (itens "contratação pessoa física - atividade documentação" e "contratação pessoa física - atividades de interação") são significativas em relação ao montante total de gastos estimados nos mecanismos de apoio ao projeto GLP (Global Land Project), em desacordo com art. 10 do Decreto 7.423/2010;</p> <p>9.3.1.2. os itens de valores mais significativos estão descritos de forma genérica, a exemplo da "contratação de pessoa física para atividades de interação", impossibilitando, assim, o estabelecimento do perfil técnico desse profissional, bem como suas atividades, em desacordo com o disposto no art. 6º, § 1º, inciso I, do Decreto 7.423/2011, impedindo a avaliação precisa, pela consultoria jurídica, dos serviços objeto da contratação;</p> <p>9.3.1.3. os valores estimados de despesas com diárias no plano de trabalho do convênio (valores unitários de R\$ 410,00 (quatrocentos e vinte reais) e R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), respectivamente, para diária nacional e internacional) são superiores ao estabelecido no Decreto 6.907/2009;</p> <p>9.3.2. Contrato 01.06.083.0/2011 (Processo 01340.001327/2011-71): o pagamento das parcelas sem a especificação dos produtos a serem entregues quando da apresentação dos Relatórios Consolidados de Atividades e sem o detalhamento dos custos de cada atividade executada no âmbito de cada Relatório Consolidado de Atividades, impede que seja verificado se o pagamento da despesa ocorreu após sua regular liquidação, ou seja, se os custos dos serviços executados correspondem aos recursos de cada parcela paga, contrariando o disposto nos artigos 62 e 63 da Lei 4.320/1964)</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COF, NIT, CST e ETE					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
As Áreas responsáveis foram devidamente cientificadas do teor do Acórdão e estão adotando as providências pertinentes, sendo que algumas já foram implementadas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo					

Gestor

Quadro 53 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 003.124/2013-4	1389/2014 – 2 ^a . Câmara	9.5	DE	Ofício 0634/2014- TCU/SecobUrban
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Descrição da Deliberação					
9.5. determinar ao INPE que, em futuras obras, elabore cronograma com definição clara das etapas a serem concluídas, especificando, com precisão, o percentual, ou o estágio, a ser atingido e não autorize pagamento antecipado de qualquer parcela.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CGI e COF					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
As áreas foram devidamente comunicadas sobre a determinação em questão. Nada obstante, o processo ainda continua com <i>status</i> “aberto”.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 54 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 008.834/2012-1	3132/2014 - Plenário	9.1.1	DE	Ofício 2944/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1. determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que, no prazo de cento e oitenta dias: 9.1.1. promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção, LIT, CPTEC e CST (Elat)					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O assunto está sendo tratado no âmbito da Consultoria Jurídica da União – CJU, visando a avaliação da melhor forma para atendimento à determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 55 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 008.834/2012-1	3132/2014 - Plenário	9.1.2	DE	Ofício 2944/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1. determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que, no prazo de cento e oitenta dias: 9.1.2. promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a estabelecer cláusula de remuneração da fundação de apoio com base em critérios claramente definidos, em conformidade com os custos operacionais efetivamente incorridos, observado o limite máximo estabelecido, conforme o caso, no art. 11 do Decreto 5.563/2005 ou no parágrafo único do art. 52 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011; promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção, LIT, CPTEC e CST (Elat)					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O assunto está sendo tratado no âmbito da Consultoria Jurídica da União – CJU, visando a avaliação da melhor forma para atendimento à determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 56 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 008.834/2012-1	3132/2014 - Plenário	9.1.3	DE	Ofício 2944/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1. determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que, no prazo de cento e oitenta dias: 9.1.3. elabore norma disciplinando o seu relacionamento com a Funcate, em cumprimento ao disposto no art. 6º, caput, do Decreto 7.423/2010, observando as diretrizes indicadas nos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 1.935/2011-TCU-2ª Câmara, além das demais disposições legais e regulamentares que tratam do assunto; promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção, LIT, CPTEC e CST (Elat)					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O assunto está sendo tratado no âmbito da Consultoria Jurídica da União – CJU, visando a avaliação da melhor forma para atendimento à determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 57 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 008.834/2012-1	3132/2014 - Plenário	9.1.4	DE	Ofício 2944/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1. determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que, no prazo de cento e oitenta dias: 9.1.4. encaminhe a este Tribunal elementos comprobatórios do cumprimento das determinações acima.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção, LIT, CPTEC e CST (Elat)					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O assunto está sendo tratado no âmbito da Consultoria Jurídica da União – CJU, visando a avaliação da melhor forma para atendimento à determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 58 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.2	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.2. elabore e execute processo de gestão de ativos de informação da entidade, em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 10/IN01, de 30 de janeiro de 2012, à semelhança das orientações contidas na seção 7.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e no Cobit 5, Processo BAI09 - Manage assets (Gerenciar ativos - tradução livre);					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 59 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.3	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.3. elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI, em atenção ao item 2.6 da NC - DSIC/GSI/PR 7/IN01, de 6 de maio de 2010, em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário e com base nos requisitos de negócio e de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na seção 11.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 60 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.4	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.4. elabore e implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação, em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 4/IN01, de 15 de fevereiro de 2013, em atenção ao item 3.2.7 da NC - DSIC/GSI/PR 2/IN01, de 13 de outubro de 2008, à semelhança das orientações contidas na seção 4 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 61 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.5	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.5. elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 62 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.6	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.6. estabeleça e monitore as políticas corporativas, a exemplo da política de segurança da informação e das demais políticas relativas à governança de tecnologia da informação, com base nas boas práticas contidas na seção 2.3 do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					

Quadro 63 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.7	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.7. elabore e aprove formalmente um processo de aprimoramento contínuo da governança de TI, que contemple, pelo menos, a definição de papéis e responsabilidades voltadas especificamente para a melhoria da governança de TI; realização de diagnósticos ou autoavaliações de governança e de gestão de TI; e definição e acompanhamento de metas de governança de TI e das ações necessárias para alcançá-las, com base em parâmetros de governança, necessidades de negócio e riscos relevantes, a exemplo das boas práticas contidas no capítulo 3 do guia de referência da implementação do Cobit 5;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 64 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.5	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.8. estabeleça formalmente, em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009: 9.1.8.1. objetivos de gestão e de uso corporativos de TI alinhados às estratégias de negócio; 9.1.8.2. indicadores de desempenho para os objetivos de gestão definidos; 9.1.8.3. metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI para cada indicador definido; 9.1.8.4. mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição; 9.1.8.5. mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 65 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.9	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.9. utilize, ao elaborar o plano diretor de TI, as práticas contidas na seção 5 do Guia de Elaboração de PDTI do Sisp e faça constar pelo menos os seguintes elementos: 9.1.9.1. desdobramento das diretrizes estabelecidas em planos estratégicos, a exemplo do plano estratégico institucional e do plano estratégico de TI; 9.1.9.2. vinculação das ações de TI (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio; 9.1.9.3. vinculação das ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão; 9.1.9.4. vinculação entre as ações de TI priorizadas ao orçamento de TI; 9.1.9.5. quantitativo necessário (ideal) para a força de trabalho em TI.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 66 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.10	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.10. realize avaliação quantitativa e qualitativa do pessoal do setor de TI, de forma a delimitar as necessidades de recursos humanos para a gestão e operação das atividades de TI da instituição, em consonância com o item 9.2.2 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.01 - <i>Maintain adequate and appropriate staffing</i> (Manter pessoal adequado e apropriado - tradução livre), atividade 1;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 67 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.11	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.11. elabore, aprove e acompanhe a execução de um plano anual de capacitação do pessoal do setor de TI, de forma a prover e aprimorar o conhecimento necessário para a gestão e operação de TI, em consonância com o item 9.9.1 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.03 - Maintain the skills and competencies of personnel (Manter as habilidades e as competências de pessoal - tradução livre), atividades 4 e 5;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 68 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.12	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.12. implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI de acordo com as prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido, à semelhança das orientações contidas na seção 6.1.3 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 69 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.13	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.13. elabore, publique e mantenha atualizado catálogo de serviços de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO09.02 - Catalogue IT-enabled services (Catalogar serviços de tecnologia da informação habilitados - tradução livre), bem como na seção 6.1.1 da norma ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					

Quadro 70 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.14	RE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Deliberação					
9.1.14. elabore e execute processo de gestão de continuidade dos serviços de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, DSS04.3 - Develop and implement a business continuity response (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio - tradução livre).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Coordenação de Tecnologia da Informação, área responsável pelo atendimento à Recomendação, foi devidamente notificada do teor do Acórdão, e está adotando as providências pertinentes. A propósito, encaminhou recentemente à Direção do Instituto seu Plano de Providências, contendo as ações que estão sendo implementadas para atendimento às Recomendações contidas no Acórdão.					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					

Quadro 71 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.2	DE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Descrição da Deliberação					
9.2. determinar ao Inpe que inclua nos relatórios de gestão, dos exercícios vindouros, informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria TCU 175/2013.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção, CTI e CPA					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
As áreas foram devidamente científicas a respeito do Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 72 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.3	DE	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE					
Descrição da Deliberação					
9.3. alertar a Administração do Inpe sobre os riscos atinentes à governança de tecnologia da informação, elencados nos itens 16, 25, 31, 34 e 42 da proposta de deliberação, a que está exposta ao não adotar adequadamente as boas práticas utilizadas como parâmetro de avaliação, bem como as recomendações exaradas nos acórdãos de referência;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção, CTI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
As áreas foram devidamente científicas a respeito do Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

12.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno (OCI)

12.2.1 Recomendações do órgão de controle atendidas no exercício

Quadro 73 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 9226 - OS 201118797	Constatação 4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Instaurar procedimento administrativo para identificação dos responsáveis			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AT			
Síntese da Providência Adotada			
Envio do arquivo digitalizado dos processos de sindicâncias investigativas já concluídas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 74 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 9227 - OS 201118797	Constatação 22	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Instaurar procedimento administrativo para identificação dos responsáveis			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AT			
Síntese da Providência Adotada			
Envio do arquivo digitalizado dos processos de sindicâncias investigativas já concluídas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 75 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 25015 - OS 201203792	Constatação 8	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomenda-se que o INPE realize gestões junto ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI para que seja avaliado conjuntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a conveniência e oportunidade do MCTI assumir diretamente a responsabilidade pelo cumprimento do item 5 do Acordo para o estabelecimento do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (IAI), uma vez que o INPE tem apresentado deficiências no atendimento ao item por carência de recursos humanos e adequado amparo legal para as contratações efetuadas. “5. O Governo porá à disposição da Diretoria três secretárias trilíngues (espanhol, português, inglês ou francês) e um auxiliar de escritório, à custa do Governo. Esses funcionários serão alocados à Diretoria a pedido do Diretor do IAI.”</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Direção			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O INPE aguarda posicionamento de seu órgão superior para definição da situação do atendimento à recomendação proposta. (Recomendação de igual teor já está sendo monitorada – Recomendação 25014)</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 76 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 9226 - OS 201118797	Constatação 4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Instaurar procedimento administrativo para identificação dos responsáveis			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AT			
Síntese da Providência Adotada			
Envio do arquivo digitalizado dos processos de sindicâncias investigativas já concluídas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 77 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 25261 - OS 201118797	Constatação 5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Considerando-se o disposto no Acórdão TCU nº 113/2009-Plenário, recomenda-se ao Instituto que adote medidas junto ao Poder Executivo para prover seus cargos de carreira consonante com a legislação editada e imposta pelo próprio governo, ou seja, abstenha-se de terceirizar mão-de-obra relativa às atividades da área meio quando enquadradas no Plano de Cargos e Carreiras, conforme § 2º do art. 1º do Decreto 2.271/97 c/c o inciso II do art. 37 da Lei Maior; ou, alternativamente, consulte o Tribunal de Contas da União para verificar a existência de entendimento diferente do registrado no Acórdão TCU nº 113/2009-Plenário para fundamentar eventual constatação a ser realizada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Direção			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE encaminhou cópia do atual modelo de processo de contratação, elaborado em consonância com Parecer da Consultoria Jurídica da União.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 78 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46663 - OS 201118797	Constatação 3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Abster-se de estipular exigências que possam caracterizar restrição ao caráter competitivo de certames licitatórios a não ser que haja a adequada fundamentação dessas exigências.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SCR			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE disponibilizou duas comunicações internas sobre a recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 79 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46822 - OS 201118797	Constatação 4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno referentes a pesquisas de preços de modo a evitar a repetição das falhas apontadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SCR			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE atendeu à recomendação na medida em que vem efetuando estimativas de preços baseadas em publicações oficiais e solicitando cotações prévias a um maior número de empresas capazes de atender ao objeto a ser licitado, conforme diretrivas constantes da Instrução normativa nº 5, como alterada pela Instrução Normativa nº 7.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 80 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46824 - OS 201118797	Constatação 6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a harmonizar as informações do processo licitatório e contratação com as informações que serão inseridas no SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DGP			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE comunicou a área responsável pela inserção das informações no SIAFI, além das demais áreas do Instituto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 81 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46827 - OS 201118797	Constatação 8	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno referentes ao planejamento e a execução de contratos de modo a evitar a descaracterização de contratação de serviços pretendida.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida, aguardando-se a conclusão dos trabalhos da CCI – Comissão de Controle Interno (Recomendação de igual teor já está sendo acompanhada).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 82 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46831 - OS 201118797	Constatação 13	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Submeter as minutas dos instrumentos contratuais e de seus aditivos ao prévio exame e aprovação da assessoria jurídica, conforme preceitua o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, incluindo o parecer devidamente assinado no processo correspondente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que todas as minutas dos instrumentos contratuais e de seus aditivos vêm sendo submetidos ao prévio exame da assessoria jurídica, providência essa sedimentada após a comunicação de todas as áreas. Além disso, encaminhou arquivo digital contendo todas as manifestações jurídicas emitidas pela Consultoria Jurídica da União no ano de 2013 e em parte do ano de 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 83 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46838 - OS 201118797	Constatação 20	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Avaliar a inclusão de penalidades contratuais de maneira escalonada, de modo que não ocorram penalizações desproporcionais, seja pela inviabilização da execução contratual causada pela ocorrência de pequenas deficiências, ou pela tolerância demasiada na ocorrência de falhas graves.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE promoveu a comunicação de todas as áreas, além de disponibilizar ao Órgão de Controle o modelo de projeto básico e contrato no qual descreve as sanções administrativas possíveis, a serem impostas de maneira gradativa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 84 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46839 - OS 201118797	Constatação 20	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Abster-se da celebração de rescisões contratuais amigáveis enquanto pendências contratuais relevantes ainda não estejam devidamente avaliadas e adequadamente cobertas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE adotou a recomendação como procedimento interno, bem como comunicou todas as áreas a respeito.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 85 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46841 - OS 201118797	Constatação 20	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Requerer tempestivamente a análise jurídica da rescisão contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE promoveu a comunicação formal de todas as áreas, bem como encaminhou arquivo digital contendo todas as manifestações jurídicas emitidas pela Consultoria Jurídica da União no ano de 2013 e em parte do ano de 2014, evidenciando a observância à Recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 86 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46844 - OS 201118797	Constatação 22	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Abster-se da celebração de rescisões contratuais amigáveis enquanto pendências contratuais relevantes ainda não estejam devidamente avaliadas e adequadamente cobertas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE atendeu à recomendação na medida em que vem efetuando estimativas de preços baseadas em publicações oficiais e solicitando cotações prévias a um maior número de empresas capazes de atender ao objeto a ser licitado, conforme diretrivas constantes da Instrução normativa nº 5, como alterada pela Instrução Normativa nº 7. Recomendação de igual já está sendo acompanhada (46822).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 87 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46878 - OS 201118797	Constatação 22	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que ao estipular requisitos para a contratação e execução de serviços, inclusive quanto a correlação remuneratória, certifique-se que os mesmos sejam aferíveis e compatíveis com as necessidades do Instituto de modo a afastar a caracterização de subordinação e pessoalidade na execução de serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida, aguardando-se a conclusão dos trabalhos da CCI – Comissão de Controle Interno. Recomendação de igual teor já está sendo acompanhada (46823).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 88 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46879 - OS 201118797	Constatação 23	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a harmonizar as informações do processo licitatório e contratação com as informações que serão inseridas no SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE comunicou a área responsável pela inserção das informações no SIAFI, além das demais áreas do Instituto. Recomendação de igual teor já está sendo acompanhada (46824).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 89 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46880 - OS 201118797	Constatação 23	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a certificar-se que as alterações normativas serão tempestivamente incorporadas aos procedimentos executados pelo INPE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que os processos licitatórios vêm sendo instruídos com as novas versões dos normativos legais, garantindo que as competências e atribuições de cada grupo e/ou agente envolvidos nos processos licitatórios do INPE estejam claramente identificados. Recomendação de igual teor já está sendo monitorada (46825).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 90 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46881 - OS 201118797	Constatação 24	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a garantir que os processos sejam corretamente instruídos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida, aguardando-se a conclusão dos trabalhos da CCI – Comissão de Controle Interno. Recomendação de igual teor já está sendo acompanhada (46826).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 91 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46882 - OS 201118797	Constatação 25	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno referentes ao planejamento e execução de contratos de modo a evitar descaracterização da contratação de serviços pretendidas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida, aguardando-se a conclusão dos trabalhos da CCI – Comissão de Controle Interno. Recomendação de igual teor já está sendo acompanhada (46835).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 92 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46883 - OS 201118797	Constatação 26	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Adotar unidade de medida que permita a quantificação da mão de obra que será necessária à execução do serviço abstendo-se de fixar, mesmo que indiretamente, o quantitativo de mão-de-obra a ser utilizado na prestação de serviço.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida. Recomendação de igual teor já está sendo acompanhada (46828).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 93 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46885 - OS 201118797	Constatação 28	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que haja um efetivo planejamento de contratação que considere todos os prazos para atendimento dos requisitos normativos exigidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida. Recomendação de igual teor já está sendo acompanhada (46830).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 94 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46886 - OS 201118797	Constatação 28	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Submeter as minutas dos instrumentos contratuais e de seus aditivos ao prévio exame e aprovação da assessoria jurídica, conforme preceitua o art. 38, parágrafo único, Lei nº 8.666/1993, incluindo o parecer devidamente assinado no processo correspondente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que todas as minutas dos instrumentos contratuais e de seus aditivos vêm sendo submetidos ao prévio exame da assessoria jurídica, providência essa sedimentada após a comunicação de todas as áreas. Além disso, encaminhou arquivo digital contendo todas as manifestações jurídicas emitidas pela Consultoria Jurídica da União no ano de 2013 e em parte do ano de 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 95 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46887 - OS 201118797	Constatação 30	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que o INPE cumpra integralmente suas obrigações contratuais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGI			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida. Recomendação de igual teor está sendo monitorada (46832).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 96 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46888 - OS 201118797	Constatação 31	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a evitar a descaracterização da contratação de serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que, visando afastar a descaracterização dos serviços contratados, serão instalados núcleos de prestação de serviços, através da alocação da equipe que prestará serviços para áreas afins, os quais serão coordenados por núcleos. Aos referidos núcleos será repassada a demanda de trabalho pelo preposto, dentro das atividades licitadas, o que será feito por relatórios periódicos contendo a carga horária de trabalho por núcleo e as atividades realizadas no período. Com tais relatórios será possível ao INPE avaliar os serviços prestados, evitando a descaracterização da contratação. Informou ainda, o INPE, que a reestruturação do setor de acompanhamento e fiscalização de contratos do INPE também contribuirá para evitar a descaracterização da prestação de serviços. Por fim, impende dizer que recomendação de igual teor está sendo acompanhada (46835).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 97 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46889 - OS 201118797	Constatação 32	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos do controle interno, de modo que haja um efetivo acompanhamento da execução contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a reestruturação do setor de acompanhamento e fiscalização de contratos bem como do controle interno possibilitarão o adequado acompanhamento da execução de contratos, evitando alterações que possam modificar o objeto licitado. Vale informar, outrossim, que recomendação de igual teor está sendo acompanhada (46836).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 98 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46890 - OS 201118798	Constatação 2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Abster-se de estipular exigências que possam caracterizar restrição ao caráter competitivo de certames licitatórios a ser que haja a adequada fundamentação dessas exigências.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida. Recomendação de igual teor está sendo monitorada (46663)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 99 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46891 - OS 201118798	Constatação 2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que haja um efetivo planejamento da contratação que considere todos os prazos para atendimento dos requisitos normativos exigidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida. Recomendação de igual teor está sendo monitorada (46830)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 100 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46892 - OS 201118798	Constatação 5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a garantir que os processos sejam corretamente instruídos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que com a reestruturação da área de controle interno, a recomendação será atendida. Saliente-se que recomendação de igual teor está sendo acompanhada (46826).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 101 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46893 - OS 201118798	Constatação 6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a garantir que os processos sejam corretamente instruídos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida. Recomendação de igual teor está sendo monitorada (46835)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 102 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46894 - OS 201118798	Constatação 9	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Adotar unidade de medida que permita a quantificação da mão de obra que será necessária à execução do serviço abstendo-se de fixar, mesmo que indiretamente, o quantitativo de mão de obra a ser utilizado na prestação de serviço.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que a recomendação ainda não havia sido plenamente atendida. Recomendação de igual teor está sendo monitorada (46828).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 103 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 52485 - OS 201203792	Constatação 2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se ao INPE que estabeleça procedimentos de controle para garantir que na execução contratual sejam utilizados os mesmos parâmetros e condições estabelecidos na celebração dos contratos homologados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE disponibilizou ao OCI a nova versão do Manual de Orientação a Servidores Designados para Fiscalizar Contratos, já em vigor, nos termos da RE-DIR 525.02.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 104 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 54405 - OS 201203840	Constatação 2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Instauração de processo para a apuração dos responsáveis pelas irregularidades constatadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AT			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE disponibilizou a Portaria que determinou a recondução da comissão de sindicância investigativa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 105 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 54406 - OS 201203840	Constatação 4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que sejam implementados mecanismos de controle que garantam a correta inclusão nos contratos das condutas que acarretarão penalidades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE disponibilizou a nova versão do Manual de Orientação a Servidores Designados para Fiscalizar Contratos, já em vigor, nos termos da RE-DIR 525.02.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 106 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 54407 - OS 201203840	Constatação 10	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Restituição dos valores pagos a maior devidamente corrigidos e apuração de responsabilidade a quem deu causa ao prejuízo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AT e COF			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE esgotou todas as medidas administrativas que lhe competiam visando a restituição dos valores pagos a maior, bem como promoveu a apuração de responsabilidade de quem deu causa ao prejuízo. Por fim, encaminhou à Procuradoria da Fazenda Nacional em São José dos Campos, solicitação para promoção da cobrança judicial dos valores.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 107 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 65471 - OS 201405676	Constatação 11	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Definir as responsabilidades e o fluxo necessário para atualização das informações no sistema CGU-PAD, conforme preconizam as Portarias CGU nº 1.043/2007 e MCTI nº 111, de 07/03/2008, especialmente o registro das informações dos processos instaurados e o cadastro do Coordenador responsável.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Direção e CRH			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE comprovou a designação de servidores para atuarem perante o sistema CGU- PAD. Além disso, informou que a Comissão de Planejamento Estratégico e Avaliação providenciará a inclusão no Relatório de Gestão do INPE-2015, Exercício 2014, da aludida designação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 108 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 71286 - OS 201118797	Constatação 20	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Registrar tempestivamente no SICAF as ocorrências contratuais desabonadoras.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SCR			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou a tempestividade dos registros no SICAF.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 109 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 71288 - OS 201118797	Constatação 25	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas corretivas para que cessessem de imediato as deficiências que descharacterizam a contratação e execução de serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGI			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE encaminhou cópia digitalizada da versão atualizada da minuta contratual, bem como informou que o contrato que ensejou a recomendação não está mais vigente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 110 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 82739 - OS 201208105	Constatação 10	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Em decorrência da informação do INPE, quanto a adoção de providências visando à regularização da falha apontada, recomendamos que após a devida justificativa e aprovação pelo CTC, seja encaminhada cópia do respectivo documento a essa Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo, para ciência.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CTC			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE informou que todos os projetos institucionais firmados com a participação de sua Fundação de Apoio atendem o Decreto 7.423/2010, bem como que inexiste projeto em vigor cuja participação de pessoas associadas ao INPE seja inferior a 1/3 (um terço).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 111 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 90429 - OS 201405676	Constatação 28	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE			
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que Unidade aprimore a sistemática de controle das informações apresentadas no Relatório de Gestão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Síntese da Providência Adotada			
O INPE manifestou concordância com a recomendação e informou que adequará seus procedimentos para atende-la plenamente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

12.2.2 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 112 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Recomendação 25014 - OS: 201203792	Constatação: 7			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Recomendação					
Recomenda-se que o INPE realize gestões junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para que seja avaliado conjuntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a conveniência e oportunidade de o MCTI assumir diretamente a responsabilidade pelo cumprimento do item 5 do Acordo para o estabelecimento do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (IAI), uma vez que o INPE tem apresentado deficiências no atendimento ao item por carência de recursos humanos e adequado amparo legal para as contratações efetuadas. "5. O Governo porá à disposição da Diretoria três secretárias trilíngues (espanhol/português/inglês ou francês) e um auxiliar de escritório, à custa do Governo. Esses funcionários serão alocados à Diretoria a pedido do Diretor do IAI."					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
Direção					
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): O INPE informa até o presente momento não houve uma definição a respeito da nova estrutura da diretoria do IAI, o que possivelmente ocorrerá após a reunião mencionada anteriormente, prevista para ocorrer em agosto de 2015.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 113 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46662 - OS: 201118797	Constatação: 1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que sejam ordenadamente arquivados e perfeitamente acessíveis os documentos que foram relevantes para as tomadas de decisões.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 114 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46823 - OS: 201118797	Constatação: 4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que ao estipular requisitos para a contratação e execução de serviços, inclusive quanto a correlação remuneratória, certifique-se que os mesmos sejam aferíveis e compatíveis com as necessidades do Instituto, de modo a afastar a caracterização de subordinação e pessoalidade na execução de serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 115 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46825 - OS: 201118797	Constatação: 6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a certificar-se que as alterações normativas serão tempestivamente incorporadas aos procedimentos executados pelo INPE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 116 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46826 - OS: 201118797	Constatação: 7	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a garantir que os processos sejam corretamente instruídos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 117 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46828 - OS: 201118797	Constatação: 10	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Adotar unidade de medida que permita a quantificação da mão de obra que será necessária à execução do serviço abstendo-se de fixar, mesmo que indiretamente, o quantitativo de mão-de-obra a ser utilizado na prestação do serviço.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGI			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): O INPE informa que o servidor responsável pela emissão dos Relatórios dos Núcleos de Serviços encontra-se em período de férias, com previsão de retorno no próximo dia 19 de janeiro. Tão logo retorne ao INPE, providenciaremos o atendimento à presente Recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 118 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46829 - OS: 201118797	Constatação: 12	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, a fim de evitar que situações dúbiais ou imprecisas sejam incorporadas aos contratos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 119 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46830 OS: 201118797	Constatação: 13	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que haja um efetivo planejamento da contratação que considere todos os prazos para atendimento dos requisitos normativos exigidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 120 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46832 OS: 201118797	Constatação: 14	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que o INPE cumpra integralmente suas obrigações contratuais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 121 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46833 OS: 201118797	Constatação: 15	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, a fim de que não ocorram alterações na execução do contrato que modifiquem o objeto licitado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 122 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46834 - OS: 201118797	Constatação: 15	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, a fim de que alterações imprescindíveis à execução do contrato somente tenham efeito após a devida fundamentação e de análise dos possíveis efeitos colaterais das alterações propostas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 123 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46835 - OS: 201118797	Constatação: 16	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a evitar a descaracterização da contratação de serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 124 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46836 - OS: 201118797	Constatação: 17	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que haja um efetivo acompanhamento da execução contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 125 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46837 - OS: 201118797	Constatação: 18	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno de modo que haja um efetivo planejamento da contratação de modo a evitar a necessidade de aditivos contratuais que possam descharacterizar a competitividade do certame licitatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 126 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46840 - OS: 201118797	Constatação: 20	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Manter registros no processo das tratativas ocorridas para a celebração da rescisão contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 127 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	OS: 201118797 - Recomendação 46842	Constatação: 22	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo a evitar a contratação por dispensa de licitação fundamentada na Lei 8.666/93, art. 24, inciso IV, sem o atendimento ao previsto no art. 26 da mesma Lei.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			

Quadro 128 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 46843 - OS: 201118797	Constatação: 22	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Revisar os procedimentos de controle interno, de modo que na eventual substituição de fornecedores sejam observadas rigorosamente as condições previstas no Edital da licitação, de modo a não configurar favorecimento à empresa recém-contratada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 129 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 65472 - OS: 201405676	Constatação: 34	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Recomendamos a reavaliação da presente situação, junto aos responsáveis pela informação enviada à Unidade, da Secretaria-Executiva, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Devolução não integral de recursos recebidos indevidamente por servidor).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CRH			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Em atendimento à Recomendação, o INPE informa que foram adotadas as providências necessárias visando o resarcimento ao Erário, inclusive com comunicação do servidor em questão, conforme se verifica da inclusa documentação (anexo 2). Entende, por conseguinte, que a presente Recomendação restou atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 130 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 65473 - OS: 201405676	Constatação: 44	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao INPE que realize a verificação se as pessoas da comunidade científica beneficiadas com recursos do Convênio para participação nos congressos e eventos relativos ao mesmo, recebem valores de suas instituições de origem para esta mesma finalidade, o que seria pagamento em duplicidade e somente venha a beneficiar pessoas que não recebam recursos de outras fontes para participação nos mesmos congressos ou eventos, o que pode ser feito pela solicitação à instituição de origem do possível beneficiado com recursos do Convênio, de declaração formal atestando que aquela pessoa não recebeu recursos de tal instituição para custeio da sua participação no congresso ou evento em questão ou pelo estabelecimento de procedimento para que a solicitação de uso de recurso do convênio fosse feita pelo órgão/entidade de lotação do beneficiário, com declaração, daquele(a) órgão/entidade de inexistência de pagamento para tal fim.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
NIT			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): O INPE informa que, através do Ofício nº 002/2015-NIT, comunicou a Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais - FUNCATE, responsável pelo pagamento das diárias e passagens, no âmbito dos Convênios de Repasse do INPE, acerca da presente Recomendação, bem como solicitou a adoção das providências pertinentes para seu atendimento. Em resposta, informou a aludida Fundação que atenderá imediatamente a solicitação (anexo 3). Entende, assim, que a presente Recomendação restou atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 131 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 71285 - OS: 201118797	Constatação: 13	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Abster-se de atos que resultem na burla aos instrumentos de controle normativamente previstos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 132 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Recomendação 71287 - OS: 201118797	Constatação: 20	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE			
Descrição da Recomendação			
Evidenciar os procedimentos adotados para a cobrança de multas, os valores efetivamente recebidos e as pendências trabalhistas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as áreas			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): O INPE reitera seu entendimento no sentido de que, diante da atualização do Manual de Procedimentos para Processo Administrativo de Gestão para Apuração de Responsabilidade Contratual – RE/DIR-583, a Recomendação restou atendida. Nada obstante, visando exaurir o teor do último posicionamento desta Controladoria Geral da União, solicitou informalmente ao Sr. Adriano Pandolfi de Oliveira esclarecimentos a respeito do assunto, o qual sugeriu que, devido à escassez do prazo, o INPE apenas reitere seu entendimento a respeito do cumprimento da Recomendação, sendo que a questão será apreciada na próxima revisão do Plano de Providências Permanente, “sem prejuízo à unidade” (anexo 4).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 133 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Recomendação 90428 - OS: 201405676	Constatação: 26			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Recomendação					
Recomendamos que a Unidade realize o registro no SPIUnet das benfeitorias executadas pela União em propriedade de terceiros cedidas, por meio do regime de utilização cabível.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
CGI					
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): O INPE informa que, nos termos do incluso Memorando ALMOX 01/2015 (anexo 5), foram efetuados os registros no SPIUnet dos imóveis que estavam registrados no SIAFI como Benfeitorias em Propriedades de Terceiros (conta 14.211.93.00), razão pela qual reputa atendida a presente Recomendação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 134 - Relatório de cumprimento das recomendações não atendidas do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Recomendação 90430 - OS: 201405676	Constatação: 36			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Descrição da Recomendação					
Institui controle interno que emita alerta quanto à possibilidade de extrapolação do prazo estipulado no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, com fito de assegurar que os atos de admissão, inclusive de contratados por tempo determinado ao amparo da Lei nº 8.745/1993, e concessão sejam cadastrados no Sisac e disponibilizados para o respectivo Órgão de Controle Interno dentro do intervalo temporal de sessenta dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
CGI					
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Manifestação do INPE em sua última resposta (janeiro de 2015): Conforme se depreende da inclusa Portaria PORT-2631 (anexo 1), o prazo para conclusão dos trabalhos da “Comissão para Elaboração de Proposta de Estrutura de Controle Interno ao INPE”, designada por meio da Portaria de Designação DE/DIR-2830, de 26/09/2014, foi prorrogado, em 29/12/2014, por mais 60 (sessenta) dias.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

12.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei n. 8.730/93

12.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

12.3.2 Situação do cumprimento das obrigações

Ver Anexo 2.

13 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Não há conteúdo a ser declarado no exercício em referência para o item 12.2, posto que, no que se refere ao estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração de custos, o acesso ao Sistema de Custos do Governo Federal permanece em nível de órgão superior, considerando as limitações do sistema quanto ao quantitativo de acesso até 2014, sendo de apenas 300 usuários cadastrados, o que não ocorrerá a partir de 2015, pois os dados dos sistemas estruturantes serão migrados para nova plataforma que suportará até 60.000 usuários cadastrados, portanto, este item será apresentado apenas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva deste Ministério. O item 12.4.2 não se aplica, pois o INPE está encaminhando declaração plena.

13.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

As medidas adotadas para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos das unidades seguiram os procedimentos estabelecidos na MACRO FUNÇÃO 020330.

A depreciação (NBC T 16.9) dos bens móveis teve início em dezembro de 2010, atingiu todos os itens adquiridos a partir de 01/01/2010, tendo sido aplicada mensalmente conforme estabelece a macro função.

A reavaliação e redução de valor recuperável (contidos nas NBC T 16.10) dos bens adquiridos antes de 2010 seguiram o cronograma a baixo:

Conta	Titulo	Prazo máximo
1421202	Aeronave	2011
1421220	Embarcações	2011
1421235	Equipamento de processamento de dados	2011
1421252	Veículos de tração mecânica	2011
1421206	Aparelhos e equipamentos de comunicação	2012
1421228	Maquinas e equipamentos de natureza industrial	2012
1421208	Apar. Eqptos e utens. Med., odont., labor. e hosp.	2013
1421242	Mobiliário em geral	2013

Portanto não houve aplicação no exercício de 2014.

13.2 Conformidade Contábil

Ver Anexo 4.

13.3 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

13.3.1 Declaração plena

Ver Anexo 5.

14 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Não há conteúdo a ser declarado.

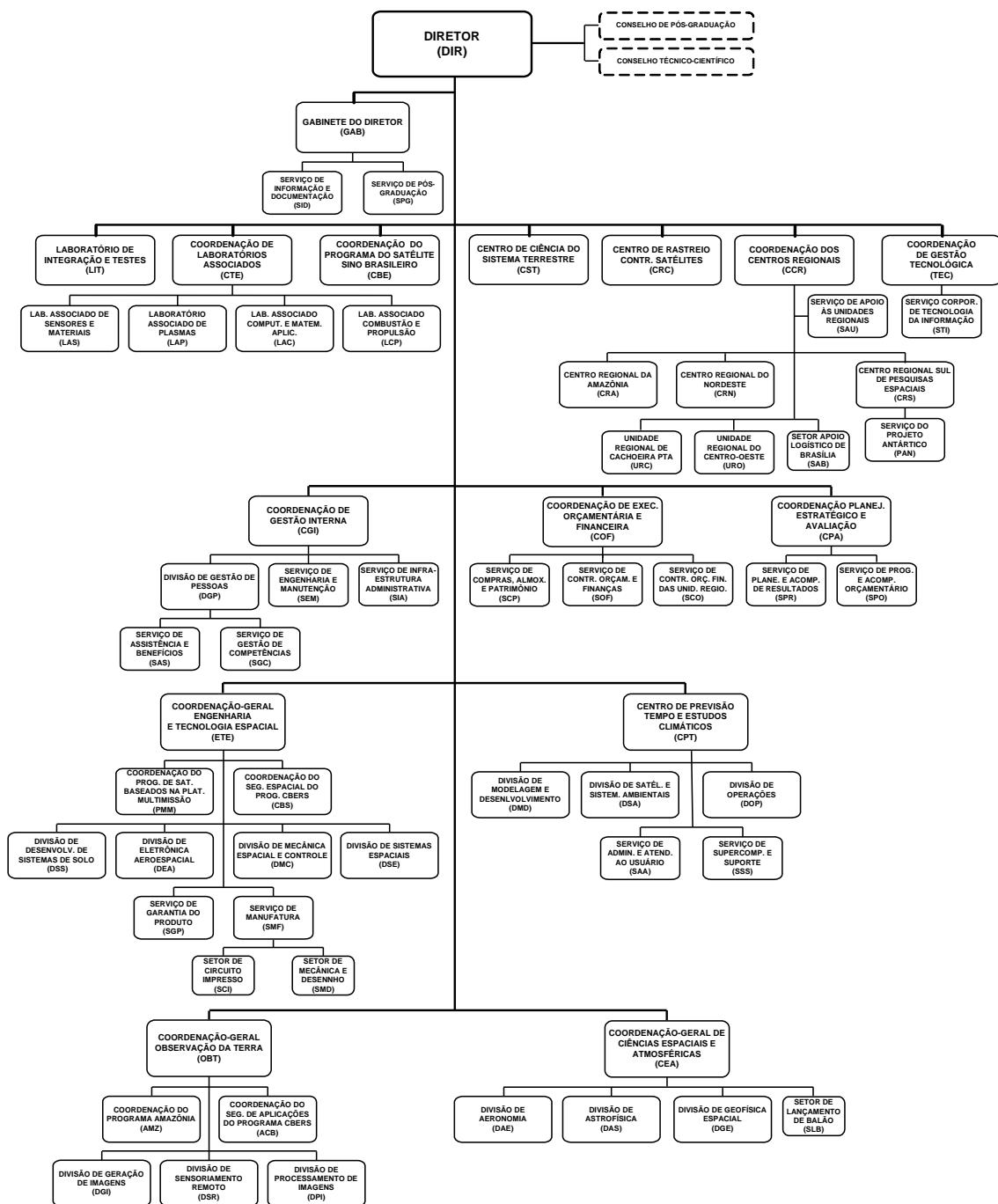
15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do INPE é pautada pelo desafio de manter-se como instituição de excelência no setor de pesquisa, desenvolvimento e inovação nacional, e para tanto o Instituto esforça-se para atender aos objetivos traçados em seu Plano Diretor 2011-2015, na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), e no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), bem como atender aos objetivos, metas e planos de trabalho acordados com o MCTI e a AEB e expressos no Termo de Compromisso de Gestão (TCG) e nos Termos de Execução Descentralizada (TED).

Para o exercício de 2015, o Instituto acredita que as principais ações a serem desenvolvidas para enfrentar as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos são a recomposição de recursos humanos na área de gestão, uma vez que projeções indicam que em 5 anos o INPE terá menos de um terço (32%) da força de trabalho atual atuando na área de gestão, o que pode vir a comprometer a capacidade do Instituto para atingir os objetivos de sua missão, e a garantia de estabilidade e disponibilidade de recursos globais previstos para o cumprimento das metas pactuadas no PPA2012-2015. Paralelamente, o INPE tem como política permanente disponibilizar a seus servidores oportunidades de capacitação, e esforça-se para ampliar a utilização da Tecnologia da Informação como instrumento de melhoria e aperfeiçoamento de processos, duas ações que visam a tornar a atuação do Instituto mais eficiente e mitigar os efeitos da falta de recursos humanos e orçamentários. Além disto, o INPE considera importante a consolidação dos grupos de pesquisa mais recentes como o de ciências do sistema terrestre e o de clima espacial e também a necessidade de aumentar a capacidade de captação e execução de recursos

As principais metas do INPE para o exercício de 2015 são: 1) finalização do Plano Diretor 2016-2019; 2) participação ativa na elaboração do PPA 2016-2019; 3) continuidade da cooperação entre Brasil e China para novos projetos de satélites da família CBERS (CBERS 4A); 4) expansão do Laboratório de Integração e Testes para permitir a montagem, integração, testes funcionais e ambientais de satélites de grande porte, em especial de telecomunicações e radar, para atender aos requisitos da ENCTI do MCTI e do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) do Ministério da Defesa; e 5) aumento dos esforços para desenvolvimento do satélite Amazônia-1, com lançamento previsto para o segundo semestre de 2017.

ANEXO 1 – ORGANOGRAMA



ANEXO 2 - DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI 8.730/93



Declaração de Bens e Rendas

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, todo agente público tem a opção de entrega de autorização de acesso eletrônico à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações.

Desde 2008 os servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou da Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 06 de setembro de 2007.

Sendo assim, declaramos que o INPE está em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.730/93, na Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 06 de setembro de 2007, e na Instrução Normativa – TCU nº 65, de 20 de abril de 2011, quanto à obrigatoriedade da apresentação da Declaração de Bens e Rendas de seus Agentes Públicos, e que as Declarações de Bens e Rendas ou autorizações de acesso eletrônico dos servidores do Instituto estão sob a guarda da Divisão de Gestão de Pessoas – DGP.

São José dos Campos, 02 de março de 2015.


JOSE AGNALDO PEREIRA LEITE JÚNIOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas
SIAPE nº 1313823

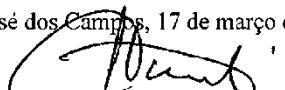
ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Leonel Fernando Perondi**, CPF nº **212.451.260-91**, **Diretor**, exercido na **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São José dos Campos, 17 de março de 2015.


Leonel Fernando Perondi
CPF nº **212.451.260-91**
Diretor/INPE

ANEXO 4 – CONFORMIDADE CONTÁBIL



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

PARTE A, ITEM 12.3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134, DE 4/12/2013
(alterado) Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014

- 12.3 – Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada:
- a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;
 - b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;
 - c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI Web e outros instrumentos que subsidiam o processo.

O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com as suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

No que se refere ao registro da Conformidade Contábil das Unidades Gestoras da Administração Direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a responsabilidade é de competência da Setorial Contábil de Órgão Superior que é a unidade de gestão interna do Ministério responsável pelas orientações, bem como pelo acompanhamento contábil das Unidades Gestoras Executoras da administração direta e dos órgãos e entidades vinculadas, portanto, não cabendo discussão no que se refere à segregação de função neste processo.

As responsáveis pelo registro são: a Coordenadora de Contabilidade e Programação Financeira titular e sua respectiva substituta, designadas pelas Portarias SPOA nº 159, de 06/20/2010 e nº 44, de 07/04/2014.

O registro é realizado, mensalmente, mediante análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial em cada Unidade Gestora Executora, podendo ser registrada com restrição ou sem restrição, após as principais análises abaixo relacionadas:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ana Paula Góes".

- Transação >CONNE – consulta empenho, observando o favorecido, a classificação da despesa, a modalidade de licitação e outros;
- Transação >BALANCETE – contas contábeis com saldo invertido, alongado, irrisório e outros;
- Transação >CONCONTIR – equações contábeis a regularizar;
- Transação >CONINCONS – inconsistências contábeis – outros;
- Transação >CONINDBAL – indicadores de balanço;
- Transação >CONCONFREG – consulta conformidade de registros de gestão;
- Transação >BALANSINT – inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

No âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE – Unidades Gestoras Executoras no SIAFI nºs 240106-INPE São José dos Campos, 240107-INPE Natal e 240108-INPE Cachoeira Paulista, período de janeiro a dezembro, não ocorreu nenhum registro de restrição contábil durante o exercício de 2014.

Brasília, DF., 30 de janeiro de 2015.



Eliana Yukiko Takenaka
CRC/DF – 006666/O-I

ANEXO 5 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

PARTE A, ITEM 12.4.1, DO ANEXO II DA DN TCU N° 134, DE 4/12/2013
(alterado) Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014

Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE		240106, 240107 e 240108	
<p>Após análise dos registros contábeis e da conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº. 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos – SP (UGE 240106), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de Natal – RN (UGE 240107) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de Cachoeira Paulista – SP (UGE 240108) e, ressalto que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p>			
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	30/01/2015
Contador Responsável	 Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF-006666/O-1

**ANEXO 6 – UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORES DE
ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: POLÍTICA DE
INVESTIMENTOS DA FIPECq**

Data de Geração: 26/12/2013 10:16:21

Informações da Entidade

Código: 1451

Sigla: FIPECQ

Exercício: 2014

Plano de Benefícios: 1979001618 - PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2014 a 12/2014	INPC	5,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 243

Data: 04/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	PLANO	ROBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	30,00	100,00	64,88
RENDA VARIÁVEL	10,00	70,00	24,95
IMÓVEIS	0,00	8,00	1,07
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	2,53
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	6,03
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	0,54

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	6,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	5,00	
ORGANISMO MULTILATERAL			x
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação: Conforme limites estabelecidos pela IN 047/G/2013 e legislação vigente.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação: Conforme legislação vigente.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação: Conforme legislação vigente.

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2012	1º Sem 2013	2014	Não Aplica
PLANO	12,52	-4,61	9,73	
RENDA FIXA	15,78	-1,14	9,73	
RENDA VARIÁVEL	6,44	-10,04	9,73	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	-3,29	9,73	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	9,73	
IMÓVEIS	0,00	0,00	9,73	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14,55	7,08	9,73	

Observação:

Observações

Projeções Macroeconômicas - cenário base

	2014	2015	2016	2017	2018
PIB%	2,18	2,59	3,08	3,20	3,00
SELIC%	10,26	10,52	9,77	9,43	9,20
IPCA%	5,90	5,54	5,28	5,24	5,10

**ANEXO 7 – UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORES DE
ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: RELATÓRIO DE
AUDITORIA INDEPENDENTE DA FIPECq**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores Conselheiros e Diretores da
**FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS
OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA.**

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA ("FIPECq"), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela FIPECq, aqui denominados de "Planos consolidados", por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações consolidadas da Mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem as Demonstrações do Ativo líquido e da Mutação do ativo líquido e das Provisões técnicas todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações contábeis

A Administração da FIPECq é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações contábeis da FIPECq. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de

riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis da FIPECq para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia desses controles internos da FIPECq. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Opinião

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por Plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfases

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião e conforme requerido nas Normas de auditoria emitidas Conselho Federal de Contabilidade, aprovadas pela Resolução CFC 1233/2009 (NBC-TA 706), os assuntos a seguir são considerados relevantes para os usuários das Demonstrações contábeis:

- 1) Conforme mencionado na Nota Explicativa 11 a) sub-tópico "i", a FIPECq mantém contabilizado no Plano PPC em 31 de dezembro de 2014 um Fundo Previdencial de R\$ 247 milhões (R\$ 245 milhões em 31 de dezembro de 2013), formado por recursos vinculados com as coberturas de direito dos que, sendo participantes celetivas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, do Regime CLT para o Regime Jurídico Único (RJU), além da rentabilidade obtida obtidas ao longo do ano. Os valores correspondentes à contribuição dos Participantes já foram a eles devolvidos e, consequentemente, não fazem parte do valor acima mencionado.

Em virtude de inexistir uma manifestação das autoridades governamentais a respeito da destinação deste Fundo – se da Patrocinadora, ou do Participante, ou da própria FIPECq, em dezembro de 2010 a Entidade ajuizou uma Ação Declaratória com o objetivo de obter do Poder Judiciário uma Declaração, por sentença, sobre a destinação dos recursos referentes a este Fundo Previdencial e que integram o seu patrimônio atual. No momento, esta ação judicial ainda não foi apreciada em Primeira Instância.

A Administração da Entidade optou por realizar a atualização deste saldo conforme a meta atuarial até dezembro de 2012, todavia, não existe nenhuma determinação judicial, atuarial ou regulamentar para fundamentar tal procedimento. Em Junho de 2013 o Conselho Deliberativo da FIPECq decidiu sobre a atualização deste Fundo pela Taxa Referencial - TR, com aplicação retroativa a partir de janeiro de 2013.

Por fim, foram utilizados R\$ 29,8 milhões deste Fundo em 31 de Julho de 2013 para a constituição de outro Fundo Previdencial referente a Plano PBS mencionado no parágrafo 2º a seguir, todavia, a utilização deste Fundo previdencial para este fim não foi submetido à aprovação da PREVIC e também não há decisão judicial suporte para tal.

É incerto o desfecho deste assunto e os seus consequentes reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq, e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

- 2) Conforme mencionado na Nota Explicativa 11 a) sub-tópico “ii”, em resposta ao Ofício PREVIC nº 4.484, de 06/12/2012, que determinou o encerramento do Plano de Benefício Saldado – PBS, a Entidade efetuou um levantamento de contribuições aportadas pelas Patrocinadoras em nome dos participantes no referido Plano, com a revisão por Atuário independente sobre os cálculos e premissas utilizados. Como resultado, foi constituído um Fundo Previdencial no plano PPC no valor de R\$ 29,8 milhões (valor em abril de 2013) que, em 31 de dezembro de 2014, totaliza R\$ 30,1 milhões para fazer frente à eventual ocorrência de decisões judiciais ou administrativas envolvendo a destinação dessas contribuições, tendo utilizado recursos do Fundo Previdencial mencionado acima para a constituição deste novo Fundo.

Até o momento, este assunto encontra-se sob análise pelo Órgão regulador e é incerto o seu desfecho e os seus reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da Fundação, e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

- 3) A FIPECq administrou até 2003 um Plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido Programa assistencial, de R\$ 4,1 milhões, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A FIPECq solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada. Tal posicionamento, todavia, encontra-se pendente de manifestação por aquele Órgão fiscalizador.

Por outro lado, a PREVIC, através do Ofício nº 1.453 de 29 de abril de 2011, requereu à FIPECq prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado para devolução ao citado Fundo Administrativo. A Entidade, por sua vez,

acredita que ocorreu prescrição, e requereu à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Além disso, a FIPECq requereu ainda à Receita Federal o ressarcimento dos valores dos tributos recolhidos que, a seu ver, indevidamente. Pelos controles da FIPECq, em 31 de dezembro de 2014 este déficit totaliza R\$ 3,4 milhões, tendo em vista que, do valor original do déficit (R\$4,1 milhões), parte está sendo recuperado através de recebimentos de contribuições em atraso e, consequentemente, naquela data, o Fundo administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a correção do período.

Adicionalmente, a PREVIC informou à FIPECq (i) sobre os aportes por esta feitos ao Fundo administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 totalizava R\$ 32,1 milhões, e (ii) solicitou que sejam tomadas providências no sentido de efetuar a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A FIPECq, por outro lado, prestou esclarecimentos à PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo recebeu tal aporte em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei nº 8.112/90 que, ao transformar em Regime Jurídico Único o regime celetista dos então empregados do setor público, ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a FIPECq, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos e que não há o que ser regularizado.

No momento, é incerto o desfecho destes assuntos e os reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq e individual do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

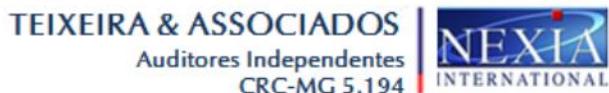
- 4) Encontra-se em fase de julgamento no Supremo Tribunal Federal diferenças de correções monetárias dos Planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). Caso a decisão seja desfavorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, ocorrerá impacto no Equilíbrio Técnico por valor não conhecido nesta data.

Outro assunto

Anteriormente, auditamos o Balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2013 as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem a Demonstração do ativo líquido, da Mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, cujo relatório, datado de 24 de fevereiro de 2014, foi emitido com ressalva sobre o fato de a Fundação classificar parte dos seus investimentos em títulos públicos e a totalidade dos créditos privados depósitos do Plano PPC na categoria de “títulos para negociação” e, consequentemente, especifica-los a valor de mercado. Entendemos que tais investimentos deveriam ser classificados como “mantidos até o vencimento” e, assim, marcados na curva do papel, baseado na Resolução CGPC nº 4/2002, uma vez que estes ativos não possuam perfil de realização imediata e também por conta de a

FIPECq ter a intenção e capacidade financeira de levá-los até o vencimento. Como consequência desta prática, o déficit técnico do exercício de 2013 foi apresentado a maior por R\$ 50.801 mil e o Equilíbrio Técnico e os investimentos foram apresentados a menor por R\$ 28.539 mil em 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2014 a FIPECq alterou a classificação dos títulos públicos para “mantidos até o vencimento”, atendendo os requisitos da Resolução CGPC nº 4/2002 para esta alteração, com exceção a NTN-B com vencimento em 2017 que representa somente 5% da carteira do Plano PPC e da totalidade dos créditos privados e depósitos que foram mantidos na categoria de “títulos para negociação”. O impacto da diferença para a NTN-B com vencimento em 2017 e para os créditos privados entre o valor a curva dos títulos e o seu valor de mercado no Ativo e no Patrimônio para cobertura do plano em 31 de dezembro de 2014 e no déficit técnico no exercício findo porém em 31 de dezembro de 2014 foi considerado irrelevante, diferentemente do exercício de 2013. Nossa Opinião também incluiu todos os assuntos mencionados no parágrafo de Ênfases supra.

Belo Horizonte, 11 de março de 2015.




DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA
Sócio e Diretor
Contador CRC MG-14.105-O/5 - S - DF – 103

**ANEXO 8 – UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORES DE
ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PARECER
ATUARIAL DA FIPECq**



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

PROTÓCOLO	
FIPECq - SERVIÇO DE ATUÁRIA	
Nº	221
17/03/2015	2015
Assinatura e/Carimbo	

JM/0525/2015

Rio de Janeiro, 11 de março de 2015

Ilmo. Sr.
Dr. Mauricio Marques
M.D. Presidente da
FIPECq

Prezado Senhor,

Estamos apresentando, em anexo, a versão por escrito das Demonstrações Atuariais (DA) do Plano de Previdência Complementar - PPC (CNPB: 1979.0016-18) e do Plano de Previdência Complementar - FIPECqPREV (CNPB: 200.60029-29), da FIPECq, na forma estabelecida pela PREVIC, do exercício de 2014.

Ao inteiro dispor para maiores orientações e esclarecimentos, reiteramos nossas elevadas estima e consideração.

Atenciosamente,

José Roberto Montello

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

SV

Anexo 1 ao JM/0525/2015 de 11/03/2015

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC DA FIPECq

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19790016-18
CPF do atuário: 405.910.507-49
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2014

Data do Cadastro: 30/11/2014

Data da Avaliação: 31/12/2014

Observações: Base setembro de 2014, já com reajuste de 8,50% na Tabela Salarial da FINEP (conforme ACT-2014/2015), bem como a provisão de 0,53% correspondente ao INPC do IBGE de novembro de 2014, já que no cálculo do Salário Real de Benefício, o Salário Real de Contribuição já vem sendo atualizado, para colocar a preços de dezembro de 2014.

Base janeiro de 2014, já com reajuste de 6,00% na Tabela Salarial da FIPECq, do CNPq, do INPE e do INPA (conforme o ACT - 2014/2015), bem como a provisão de 0,53% correspondente ao INPC do IBGE de novembro de 2014, já que no cálculo do Salário Real de Benefício, o Salário Real de Contribuição já vem sendo atualizado, para colocar a preços de dezembro de 2014.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 18,10 anos ou 217,30 meses

Observações: Calculado com base no resultado do fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias do Plano.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio: 1

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da FINEP: 33.749.086/0001-00
CNPJ do IPEA: 33.892.175/0001-00
CNPJ do CNPq: 33.654.831/0001-36
CNPJ do INPE: 01.263.896/0005-98
CNPJ do INPA: 01.263.896/0015-60
CNPJ da FIPECq: 00.529.958/0001-74

Participantes Ativos: 675 (640 ativos + 22 autopatrocínados + 3 benefícios proporcionais diferidos + 10 auxílios-doença).

NOTA: Por estar sendo contabilizada apenas a Reserva de Poupança, não estão incluídos, como Participantes Ativos, os 2 ativos do Sub-Plano de Benefício Saldado, cuja 

situação está sendo analisada levando-se em consideração as questões apresentadas pela PREVIC.

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 7.786.589,20 = R\$ 101.225.659,60$.

*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, a preços de 31/12/2014.

Tempo médio de Contribuição para o Plano (Não Assistido): 12,81 anos ou 153,72 meses

Tempo médio para a Aposentadoria (Programada): 14,84 anos ou 178,08 meses

a) Seção das hipóteses atuariais:

a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% ao ano

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -0,45% ao ano

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A rentabilidade real líquida de menos 0,45% ao ano, atingida em 2014, ficou bem abaixo da meta atuarial de 5% ao ano de taxa real de desconto/juros, da mesma forma que, num período próximo maior, constituído pelos 5 (cinco) anos anteriores a 2014, a rentabilidade real média obtida de 2,99% ao ano, não alcançando a respectiva meta atuarial de 5% ao ano.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros está sendo mantida em 5% ao ano, por ter sido verificada a viabilidade de alcance de 5,99% ao ano, através do Estudo de ALM, elaborado em Outubro de 2014, pela Consultoria ADITUS, que também levou em consideração os riscos econômicos e financeiros, bem como os riscos associados ao aumento futuro de longevidade. A manutenção da taxa real de juros de 5% ao ano, também observa o custeio das despesas administrativas por parte do retorno dos investimentos, em que a FIPECq limita as despesas administrativas num percentual do Ativo Líquido, e a diferença entre esse limite e o correspondente a 15% das contribuições previdenciárias, corresponde a 0,69% do Ativo Líquido, para o ano de 2015.

Justificativa EFPC: A área financeira e os consultores financeiros que participam da política de investimentos deste Plano PPC da FIPECq se posicionaram sobre ser factível, dentro do cenário esperado para os anos futuros, a obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial do INPC + juros reais de 5% ao ano, tomando por base o Estudo de ALM elaborado em Outubro de 2014 pela Consultoria ADITUS, que levou em consideração os riscos econômicos e financeiros, bem como os riscos associados ao aumento futuro de longevidade.

a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 2,28% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,28% ao ano

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 9,84% ao ano 

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2014, o Salário Real de Benefício, dos participantes em atividade do Plano, cresceu 9,84% em termos reais, tendo sido projetado para o ano de 2014 um crescimento real de 2,20%, tal fato extraordinário está associado ao Reenquadramento das Faixas Salariais dos empregados da FINEP, ocorrido no ano de 2013, sendo relevante destacar que, após a implantação desse Plano de Cargos e Salários, se espera para os exercícios futuros aumentos reais de salário com menor intensidade, inclusive porque existe um teto para o Salário de Participação, que funciona como um limitador para esse crescimento real.

Opinião do Atuário: Com base nos salários de outubro de 2014, se realizou, utilizando uma “cross-section” da evolução do salário médio em função da idade (havendo alta correlação entre a idade e o tempo de empresa), um ajuste do Salário Médio por Idade através de uma curva logarítmica, que apresentou um elevado grau de correlação (da ordem de 0,9785). Tal crescimento, decorrente de Mérito Pessoal, representa, em média, um crescimento real da ordem de 1,27% ao ano. Além do crescimento real por Mérito Pessoal se considerou a um crescimento real de salário decorrente de Produtividade Geral de 1% ao ano, em consonância com o Novo Plano de Cargos e Salários em implantação. Em consequência, o crescimento real de salário, por Mérito Pessoal e por Produtividade Geral, ao longo dos anos remanescentes de atividade, adotado é da ordem de 2,28% ao ano (em média). Por se tratar de uma hipótese econômico-financeira que envolve diretamente a política de pessoal da Patrocinadora, devendo a patrocinadora mostrar formalmente sua conformidade com tal projeção de crescimento real de salário.

Justificativa EFPC: Tendo em vista que a Patrocinadora, levando em consideração o Novo Plano de Cargos e Salários em implantação, se mostrou conforme com os procedimentos elaborados pelo atuário para projetar a evolução do salário real ao longo dos anos remanescentes de atividade, nos posicionamos favorável à indicação do atuário, devidamente referendada pela Patrocinadora.

a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: 100%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 100%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 100%.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando a Justificativa da EFPC e a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não ser necessária a adoção dessa hipótese. 



a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 97,24% (compatível com uma inflação média da ordem de 4% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 97,24%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,54%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O INPC do IBGE, aplicado com 1 mês de defasagem, foi em 2014 de 6,33%, enquanto que o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade está passando a trabalhar com uma inflação média anual, ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, da ordem de 5%.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano e, no longo prazo, se espera que a inflação fique em 5% ao ano, dentro dos limites da atual meta de inflação estabelecida pelo Banco Central do Brasil (entre 2,5% ao ano e 6,5% ao ano).

Justificativa EFPC: Considerando a meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil, acreditamos que uma inflação média anual de longo prazo da ordem de 5% ao ano representa uma projeção adequada.

a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)

Valor: Considerada Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0 (zero), já que se está trabalhando com rotatividade nula.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 8.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ver a Opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Desde a avaliação atuarial do ano de 2007, com a perspectiva de implantação do Benefício Proporcional Diferido - BPD, passou-se a trabalhar com rotatividade nula, o que dá maior segurança à avaliação, já que, para o Participante deste Plano, esta é, para os participantes ativos com algum tempo de filiação ao Plano, a opção mais vantajosa, sendo que, para os que tenham pouco tempo de filiação ao Plano, a opção pelo Resgate tem impacto pouco relevante no custeio.

Justificativa EFPC: Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é estruturado na modalidade Benefício Definido e encontra-se aberto a novas adesões, a implantação do Instituto PBD (Benefício Proporcional Diferido) pela Lei Complementar permite aos participantes desligados da Patrocinadora um benefício proporcional maior que o resgate, o que gera um aumento no compromisso do Plano, desta forma, entendemos ser prudente atribuir à hipótese de Rotatividade o percentual 0%.

a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: “ q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,37.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de -1,13 entre a quantidade ocorrida de 3 no exercício encerrado e a esperada de 4,13 para esse exercício é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1268/2014 de 19/05/2014.

Opinião do Atuário: Foi apresentado através do JM/1268/2014 de 19/05/2014, estudo de aderência de tábua de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas, que nos levou à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral “ q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano” é a indicada, já que apresenta aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas.

Justificativa EFPC: Com base no estudo de aderência de tábua de mortalidade enviado pelo atuário através do JM/1268/2014 de 19/05/2014, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade Geral “ q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano” para projetar a mortalidade dos participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas.

a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,37.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 1,67 entre a quantidade ocorrida de 2 no exercício encerrado e a esperada de 0,33 para esse exercício é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade, apresentado pelo JM/1268/2014 de 19/05/2014.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, além de ter sido aceita no estudo de aderência de tábua de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados por invalidez, apresentado através do JM/1268/2014 de 19/05/2014.

Justificativa EFPC: Com base nas razões apresentadas pelo atuário no estudo de aderência apresentado através do JM/1268/2014 de 19/05/2014, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”. 

a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT-FRACA.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,83.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de -3,21 entre a quantidade ocorrida de 1 no exercício encerrado e a esperada de 4,21 para esse exercício é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez, apresentado pelo JM/1268/2014 de 19/05/2014.

Opinião do Atuário: Foi apresentado através do JM/1268/2014 de 19/05/2014, estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, a indicação pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT-FRACA, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: Com base nas razões apresentadas no relatório de premissas e hipóteses atuariais, apresentado pelo atuário através do JM/1268/2014 de 19/05/2014, nos posicionamos pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT-FRACA.

a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência FIPECq atualizada em 2014 nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,84

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,84

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Em função da revisão da Composição Média de Família de Dependentes desse Plano administrado pela FIPECq, não há alteração entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado (os valores informados representam a média de dependentes por família).

Opinião do Atuário: Desde a avaliação atuarial de 2011 já vem sendo adotada a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidas. Portanto, tão-somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência FIPECq atualizada nesse ano de 2014.

Justificativa EFPC: A adoção da família efetiva para avaliar os compromissos relativos aos Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, mantendo-se a adoção da composição de família correspondente à Experiência FIPECq, revista trienalmente, tão-somente para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos traz maior realismo aos resultados da avaliação atuarial.

a.10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6,33%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando o INPC do IBGE o indexador do Plano, utilizado pela Patrocinadora para o ano de 2014, este índice acumulado resultou em 6,33%, ou seja, acima do centro da meta da inflação oficial do Brasil para o ano de 2014, de 4,5% ao ano, sendo que, por estar tal hipótese vinculada a uma inflação de longo prazo, estamos substituindo para o exercício seguinte para uma inflação de 5% (ao ano).

Opinião do Atuário: O indexador em questão se baseia na projeção de que a política de reajuste dos benefícios da Previdência Social tomará por base a inflação dada pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Com base no levantamento realizado pela FIPECq de que os participantes permanecem, antes de requerer o benefício pleno de aposentadoria, em média, algo como 3 (três) anos antes de requerer benefício de aposentadoria programada, se está considerando que os participantes não assistidos irão entrar em gozo de benefício programado no ano subsequente ao seguinte ao que preencherem os requisitos para entrada em gozo de aposentadoria plena.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 87

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 49

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ocorreram 49 no exercício encerrado, em função do Programa de Demissão Assistida – PDA, promovido pela Patrocinadora, ainda assim, 87 estavam aptas (esperadas) para se aposentar nesse exercício. Se verifica que os participantes, mesmo após preencherem os requisitos para entrada em gozo de aposentadoria plena, permanecem em atividade no Patrocinador por um período superior ao projetado (Ver Opinião do Atuário).

Opinião do Atuário: Na Avaliação Atuarial, se está considerando que os participantes não assistidos irão entrar em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencherem os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena, por ser tal hipótese conservadora em relação ao que vem sendo registrado nesse Plano.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na opinião do atuário. 



b) Seção dos Benefícios:

	BENEFÍCIOS				
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	PENSÃO
ESTATÍSTICAS					
Qtd de benefícios concedidos	167	21	1	24	126
Valor médio do benefício	R\$ 8.738,69	R\$ 5.792,57	R\$ 5.956,27	R\$ 5.556,39	R\$ 2.426,03
Idade média dos assistidos (em anos)	69	80	92	64	65
PMBC					
VABF Programados - Assistidos	R\$ 229.524.551,00	R\$ 14.230.417,00	R\$ 465.780,00	-	R\$ 12.281.431,00
VABF Não Programados - Assistidos	-	-	-	R\$ 21.170.015,00	R\$ 28.516.284,00
PMBAC					
BD Capitalização Programado					
VABF	R\$ 677.100.467,00	-	-	-	-
VACF Patrocinadores	R\$ (99.200.991,50)	-	-	-	-
VACF Participantes	R\$ (99.200.991,50)	-	-	-	-
BD Capitalização Não Programado					
VABF	-	-	-	R\$ 47.480.319,00	R\$ 13.251.622,00
VACF Patrocinadores	-	-	-	R\$ (23.740.159,50)	R\$ (6.625.811,00)
VACF Participantes	-	-	-	R\$ (23.740.159,50)	R\$ (6.625.811,00)
Custo do Ano (Vide Nota)	R\$ 9.839.134,11 (*)	-	-	R\$ 2.702.725,11 (**)	R\$ 1.994.145,49 (***)

Nota: Inclui Sobrecarga Administrativa.

(*) 9,72% × (13 × R\$ 7.786.589,20) = R\$ 9.839.134,11

(**) 2,67% × (13 × R\$ 7.786.589,20) = R\$ 2.702.725,11

(***) 1,97% × (13 × R\$ 7.786.589,20) = R\$ 1.994.145,49

Observação: Estão incluídos os 7 aposentados não decorrentes de invalidez e os 4 pensionistas, do Sub-Plano de Benefício Saldado (PBS), cuja situação está sendo analisada, levando-se em consideração as questões apresentadas pela PREVIC.

c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: - 

Outras Finalidades: Débitos Contratados do Patrocinador

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 646.679.479,74

Insuficiência de Cobertura do Plano: -

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:

e.1) FUNDO PREVIDENCIAL

Finalidade: Dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do Plano (incluindo os referidos Benefícios Saldados), a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, o qual deve ser objeto de análise, especialmente quando se faça necessário adotar um Plano de Equacionamento de Déficit Técnico no PPC da FIPECq, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi agregada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca da titularidade desse Fundo Previdencial.

Fonte de Custeio: Recursos vinculados com as coberturas de direitos dos que, sendo participantes celetistas tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, do Regime CLT para o Regime Jurídico Único (RJU) e respectivas rentabilidades obtidas ao longo dos anos.

Recursos Recebidos
no Exercício (*1) : R\$ 2.105.669,44

Recursos Utilizados
no Exercício : R\$ 0,00
Saldo : R\$ 247.145.375,34

(*1): Rendimentos obtidos no exercício. 

e.2) FUNDO PREVIDENCIAL - PBS

Finalidade: Provisionar as contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, de Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único (RJU), para a eventualidade de ocorrência de decisões judiciais ou administrativas envolvendo a destinação dessas contribuições.

Fonte de Custeio: i) contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU; e
ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, que venham a ser previstos no Plano de Custeio, compatíveis com a natureza desse Fundo e estabelecidos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos
no Exercício (*1) : R\$ 256.885,14
Recursos Utilizados
no Exercício : R\$ -
Saldo : R\$ 30.150.966,78

(*1): Rendimentos obtidos no exercício.

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador: -
Participantes Ativos: -
Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -
Resultado negativo do exercício: R\$ (63.342.125,52)
Déficit Técnico: R\$ (138.207.482,26)
Reserva de Contingência: R\$ -
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

Resultado Realizado: R\$ (138.207.482,26)
Superávit Técnico Acumulado: R\$ -
Déficit Técnico Acumulado: R\$ (138.207.482,26)
Ajuste de Precificação: R\$ 64.633.102,97
Equilíbrio Técnico Ajustado: R\$ (73.574.379,29) *h*



V - PLANO DE CUSTEIO:

- 1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador (a preços de 31/12/2014):

% Contribuição do Patrocinador \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos)

$$7,18\% \times (13 \times R\$ 7.786.589,20) = R\$ 7.268.002,36$$

- 2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2014): -

- 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado (a preços de 31/12/2014): -

- 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes – Outras Finalidades (a preços de 31/12/2014): -

- 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos (a preços de 31/12/2014):

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos)

$$7,18\% \times (13 \times R\$ 7.786.589,20) = R\$ 7.268.002,36$$

- 6) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos (a preços de 31/12/2014):

% médio de Contribuição Normal do Participante Assistido \times (13 \times Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)

$$6,52\% \times (13 \times R\$ 1.720.314,73) = R\$ 1.458.138,77$$

- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2014): -

- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2014): -

- 9) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2014): -

- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit (a preços de 31/12/2014): -

- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2014): - 

- 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2014): -
- 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -
- 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -
- 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -
- 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de janeiro de 2015.

VI - PARECER ATUARIAL:

VI.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIPECq, resultou no custo total de 14,36% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 6,52%, incluída a sobrecarga administrativa, dos participantes aposentados, destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	7,59%	8,26%
INVALIDEZ / AUXÍLIO-DOENÇA	2,50%	2,27%
PENSÃO POR MORTE / PECÚLIO	2,05%	1,68%
SUB-TOTAL (1)	12,14%	12,21%
SUPLEMENTAR	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *2	2,14%	2,15%
SUB-TOTAL (2)	2,14%	2,15%
TOTAL (1)+(2)	14,28%	14,36%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos participantes ativos é de 48 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 14,36% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam: 



Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (aliquotas variáveis)	7,14%	7,18%
Contribuição Normal da Patrocinadora	7,14%	7,18%
Sub-Total	14,28%	14,36%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	14,28%	14,36%
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos (*)	6,10%	6,52%
Pensionistas Assistidos	-	-

(*): Inclui Sobre carga Administrativa.

- 3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,36% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2014, de 14,36% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2014.

VI.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos.....	200.889.090,00	306.188.478,00	52,42%
Provisão de Benefícios a Conceder.....	477.851.934,00	478.698.484,00	0,18%
Provisão Matemática a Constituir.....	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	678.741.024,00	784.886.962,00	15,64%

VI.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC vigente na FIPECq, patrocinado por FINEP, CNPq, INPE, INPA, IPEA e FIPECq, avaliado pelos mesmos regimes/métodos adotados na avaliação atuarial do ano anterior, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da Mortalidade Geral que passou a ser AT 2000 (masculina) - Suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, da Mortalidade de Inválidos que passou a ser AT 83 (masculina), da adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos, da Composição de Família correspondente à Experiência FIPECq utilizada na avaliação atuarial do benefício de pensão por morte dos participantes não assistidos e do Fator de Capacidade que passou a ser de 97,24%, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (138.207.482,26), equivalente a 21,37% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 646.679.479,74, considerando que não se está destinando qualquer parcela do Fundo Previdencial, existente em 31/12/2014, de R\$ 247.145.375,34 para dar cobertura total ou parcial ao referido Déficit.



- 2) No encerramento do exercício de 2014, o reflexo conjunto das alterações de hipóteses, mencionadas no numeral 1 anterior, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 7.454.867,00.
- 3) Tomando por base a Resolução CNPC Nº 16, de 19/11/2014, que complementa a Resolução CNPC Nº 13, de 04/11/2013, e altera a Resolução CGPC Nº 26, de 29/09/2008, a FIPECq apurou um valor positivo de R\$ 64.633.102,97, referente ao ajuste de precificação, restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa real de juros de 5% ao ano (adotada nessa avaliação atuarial), para fins de Equacionamento de Déficit, observando o equilíbrio técnico ajustado.
- 4) Assim, considerando a referida Resolução CNPC Nº 16, de 19/11/2014, o Equilíbrio Técnico Ajustado do PPC da FIPECq apresentou um Resultado Deficitário de R\$ $(73.574.379,29) = R\$ (138.207.482,26) + R\$ 64.633.102,97$, que corresponde a 9,37% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 784.886.962,00, em 31/12/2014, e, dessa forma, a exemplo do ano anterior, não ultrapassou o limite estabelecido pela legislação aplicável para que se tornasse imperativo o imediato equacionamento da Situação Deficitária, no contexto de que não se registrou a ocorrência de Déficit Técnico Acumulado por 3 (três) exercícios consecutivos. De qualquer forma, é necessário que, ao longo de 2015, considerando que existem perspectivas concretas de que, ao longo desse ano, a Situação Atuarial desse Plano permaneça Deficitária, que sejam estudados ajustes preventivos no Plano de Custeio, visando dar melhores condições para que o PPC da FIPECq não encerre o ano de 2015 em Situação Atuarial Deficitária.

FATO RELEVANTE: Destaca-se a existência, em 31/12/2014, de um Fundo Previdencial de R\$ 247.145.375,34, cuja destinação, pelo menos subsidiária, é a de dar cobertura aos desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, o qual deve ser objeto de análise, especialmente quando se faça necessário adotar um Plano de Equacionamento de Déficit Técnico no PPC da FIPECq.

- 5) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:
 - i) Tábuas de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, em substituição ao q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%.
 - ii) Tábuas de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina), em substituição ao $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) suavizada em 10%.
 - iii) Tábuas de Entrada em Invalidade: LIGHT-FRACA.
 - iv) Rotatividade: Mantida Nula.
 - v) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 5% ao ano.
 - vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 2,28% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade) \downarrow

- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
- viii) Em relação à composição familiar, se está adotando a família efetiva para avaliar as Provisões de Benefícios Concedidos de Aposentadoria e de Pensão por Morte e se está adotando a Composição de Família relativa à Experiência FIPECq, atualizada em 2014, para avaliar atuarialmente os benefícios de pensão por morte dos Participantes Não Assistidos.
- ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,24% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano), em substituição a 98% (inflação anual média da ordem de 4%).
- 6) Para o exercício de 2015, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, quais sejam:
- i) **Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:**
- $a\% = 1,40\%$ do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);
 - $b\% = 1,90\%$ da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social; e
 - $c\% = 7,00\%$ da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.
- ii) **Contribuição Normal da Patrocinadora:**
- A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.
- NOTA:** 15% das Contribuições Normais aqui apresentadas se destinam a participar do custeio administrativo, sendo que, como a FIPECq estabeleceu o limite das despesas administrativas, foi fixado num percentual do Ativo Líquido, a diferença, entre esse limite (que, para o ano de 2015, em princípio, é de 0,69%) e o correspondente a 15% das Contribuições Normais, para ser utilizada para participar do custeio administrativo.
- 7) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2014, foi de mais 5,75% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,54% o que, em termos reais, representou obter menos 0,45%, não alcançando a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da **FIPECq** obtida ao longo de 2014, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de menos 0,41%. 



- 8) Os títulos e valores imobiliários integrantes da carteira própria do Plano de Previdência Complementar (PPC) administrado pela FIPECq, de Benefício Definido (BD), foram classificados no exercício de 2014 nas seguintes categorias: Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação, são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam classificados como de baixo risco de crédito.

Em dezembro de 2014, do total de R\$ 502.940 mil aplicado em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), vencimentos em 2017/2019/2022/2030/2035/2040 e 2050, somente as NTN-B's com vencimento em 2017, no valor de R\$ 25.392 mil, foram classificadas na categoria títulos para negociação e os demais títulos, correspondendo a R\$ 477.548 mil, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Os créditos privados, depósitos e valores imobiliários integrantes da carteira de investimentos do Plano PPC estão classificados em títulos para negociação, por consequência, marcados a preço de mercado.

Considerando as projeções do cenário econômico para os próximos anos e os direcionamentos do Estudo de Asset Liability Management – ALM, a Diretoria Executiva decidiu pela manutenção, em 2015, da classificação dos títulos públicos/NTN-B's, vencimentos 2019/2022/2030/2035/2040 e 2050, na categoria de “Títulos mantidos até o vencimento”.

A FIPECq declara ter capacidade financeira e a intenção de manter em carteira os títulos públicos (NTN-B) classificados na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), estando assim em conformidade com o estabelecido na Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

Em observância ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº. 4, evidenciamos que o Plano de Previdência Complementar (PPC) possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, em função dos direitos dos participantes, do perfil do exigível atuarial e das obrigações da Entidade, não sendo necessário liquidar os investimentos em NTN-B, classificados na categoria mantidos até o vencimento.

- 9) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluído o correspondente aos Benefícios Saldados) da FIPECq, encontra-se constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2014: “Fundo Previdencial” constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais, que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 247.145.375,34 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não destinada, até o momento, para dar cobertura às Provisões Matemáticas, se existir Déficit, à Reserva de Contingência / Reserva Especial para Revisão de Plano, se existir Superávit, ao Fundo Administrativo e ao Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória



acerca de titularidade desse Fundo Previdencial, estão, portanto, tal situação “sub-júdice”. Neste contexto, em atendimento ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, foi constituído o Fundo Previdencial-PBS, com recursos advindos do referido Fundo Previdencial já existente, para entre outras essa finalidade, a partir do levantamento, realizado pela FIPECq, das contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, que, em 31/12/2014, é de R\$ 30.150.966,78.

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2014, do saldo de R\$ 3.552.110,14 no Fundo de Seguro-Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento).

NOTA 2: Também, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo os Benefícios Saldados) e do “Fundo Previdencial”, apresentado neste numeral 9, encontra-se constituída, em 31/12/2014, a Provisão de R\$ 103.134,10 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

VI.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 5 do item VI.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item VI.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..



VI.5. - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

▪ Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2013	R\$ (74.865.356,74)
▪ Parcela, referente à atualização pela meta atuarial de rentabilidade do ano de 2014, do Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2013	R\$ (8.639.462,17) (*1)
▪ Perda Financeira Estimada ocorrida no Patrimônio de Cobertura do Plano em decorrência da meta atuarial de rentabilidade não ter sido alcançada em 2014 ..	R\$ (21.624.001,62) (*2)
▪ Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) suavizada em 10% para AT 2000 (masculina) suavizada em 10% e desagrav. em 1 ano ..	R\$ (15.529.634,00)
▪ Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) suavizada em 10% para AT 83 (masculina)	R\$ 840.366,00
▪ Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos	R\$ (374.422,00)
▪ Adoção de composição de família com base na Experiência FIPECq melhor ajustada para os participantes não assistidos	R\$ 1.474.394,00
▪ Substituição do Fator de Capacidade de 98% para 97,24%	R\$ 6.134.429,00
▪ Perda Atuarial decorrente do Salário Real de Benefício ter, em 2014, aumentado em 9,84% ultrapassando os 2,20% projetado, com base na hipótese atuarial adotada	R\$ (25.073.910,00)
▪ Perda de ação judicial, transitada em julgado	R\$ (1.357.094,55)
▪ Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ 807.209,82 (*3)
▪ Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014	R\$ (138.207.482,26)
▪ Ajuste de Precificação em 31/12/2014	R\$ 64.633.102,97
▪ Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014 (por Equilíbrio Técnico Ajustado)	R\$ (73.574.379,29)

(*1): Igual a R\$ (74.865.356,74) × 11,54%.

(*2): A partir da Perda Financeira Total de R\$ 50.985.199,64, o valor estimado da Perda Financeira do Patrimônio de Cobertura do Plano é de R\$ 21.624.001,62, no ano de 2014, em função dos Fundos Previdenciais serem atualizados pelos mesmos índices que atualizam as contribuições realizadas pelos Participantes ao Plano passíveis de Resgate.

(*3): Equivalente a 0,10% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 784.886.962,00, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014.

VI.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando a Resolução CNPC Nº 16, de 19/11/2014, o Equilíbrio Técnico Ajustado do PPC da FIPECq apresentou um Resultado Deficitário de R\$ (73.574.379,29) = R\$ (138.207.482,26) + R\$ 64.633.102,97, que corresponde a 9,37% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 784.886.962,00, em 31/12/2014, e, dessa forma, a exemplo do ano anterior, não ultrapassou o limite estabelecido pela legislação aplicável para que se tornasse imperativo o imediato equacionamento da Situação Deficitária, no contexto de que não se registrou a ocorrência de Déficit Técnico Acumulado por 3 (três) exercícios consecutivos. De qualquer forma, é necessário que, ao longo de 2015, considerando que existem perspectivas concretas de que, ao longo desse ano, a Situação Atuarial desse Plano permaneça Deficitária, que sejam estudados ajustes preventivos no Plano de Custeio, h

visando dar melhores condições para que o PPC da FIPECq não encerre o ano de 2015 em Situação Atuarial Deficitária.

FATO RELEVANTE: Destaca-se a existência, em 31/12/2014, de um Fundo Previdencial de R\$ 247.145.375,34, cuja destinação, pelo menos subsidiária, é a de dar cobertura aos desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, o qual deve ser objeto de análise, especialmente quando se faça necessário adotar um Plano de Equacionamento de Déficit Técnico no PPC da FIPECq.

VI.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2015

José Roberto Montello
José Roberto Montello
Atuário MIBA 426



Anexo 2 ao JM/0525/2015 de 11/03/2015

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

FIPECqPREV DA FIPECq

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 20060029-29
CPF do atuário: 405.910.507-49
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2013

Data do Cadastro: 30/11/2014

Data da Avaliação: 31/12/2014

Observações: Base janeiro de 2014, com o reajuste da ordem de 5% nos Benefícios dos Assistidos oriundos do extinto Plano PPE da FIPECq (exceto os aposentados por invalidez referentes ao CNPq/AC, que tiveram aumento da ordem de 52%), bem como a provisão de 5,57% correspondente ao INPC do IBGE de janeiro a novembro de 2014, para colocar a preços de dezembro de 2014.

III - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio: 2

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da FIPECqVIDA: 04.995.204/0001-37
CNPJ do IPEA: 33.892.175/0001-00
CNPJ do CNPq: 33.654.831/0001-36
CNPJ do INPE: 01.263.896/0005-98

Participantes Ativos: 1.396 (1.304 ativos + 92 autopatrocínados + 0 benefícios proporcionais diferidos).

Folha de Salário de Participação: -

Tempo médio de Contribuição para o Plano (Não Assistido): 4,02 anos ou 48,24 meses

Tempo médio para a Aposentadoria (Programada): 0 anos / meses (*)

(*) Carência mínima de 12 meses de efetiva vinculação ao Plano, sendo escolhida pelo Participante a idade que deseja se aposentar, podendo ser alterada a qualquer momento, antes de completá-la. 

a) **Seção das hipóteses atuariais:**

a.1) **Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 0% ao ano.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: Como o indexador do Plano é a própria variação do Valor das Cotas, que expressa o retorno dos investimentos, a Taxa Real Anual de Juros, compatível com esse indexador, é 0% (zero por cento) ao ano.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido, avaliada com a taxa real de juros/desconto de 5% ao ano, verificada a viabilidade de seu alcance, através do Estudo de ALM, elaborado em Outubro de 2014, pela Consultoria ADITUS, cuja Duration do Passivo foi de 13,4 anos ou 160,5 meses.

Justificativa EFPC: Efetivamente, conforme explicado pelo atuário, não há imperativo de rentabilidade no âmbito desse Plano.

a.2) **Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.3) **Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável. ↵



a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido, avaliada com o Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade de 97,24% (compatível com uma inflação média anual da ordem de 5% ao longo dos anos futuros).

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não Aplicável.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não Aplicável.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não Aplicável.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não Aplicável.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido, avaliada com a Tábua Geral de Mortalidade AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, no caso de Benefício por Sobrevivência, mesma Tábua adotada no Plano PPC da FIPECq, e com a Tábua Geral de Mortalidade AT-83 (masculina), com o respectivo custo agravado em 25%, no caso de Benefício por Morte.

Justificativa EFPC: Não Aplicável. ↗

a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não Aplicável.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não Aplicável.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido, avaliada com a Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”, mesma Tábua adotada no Plano PPC da FIPECq.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalides

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não Aplicável.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não Aplicável.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não Aplicável.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não Aplicável.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido, avaliada com a manutenção da família efetiva.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: Cotas do Patrimônio.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não Aplicável. 



Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não Aplicável.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ver Opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Pela natureza do FIPECqPREV a rentabilidade expressa pela variação do Valor das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido, avaliada tomando por indexador base o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

b) Seção dos Benefícios:

b.1) Benefício: Aposentadoria sem ser por invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 1

Valor médio do benefício: R\$ 4.373,16

Idade média dos assistidos: 67 anos

NOTA: Como não há aposentados sem ser por invalidez oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), todos os aposentados sem ser por invalidez receberão benefícios na modalidade Contribuição Definida.

b.2) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 6

Valor médio do benefício: R\$ 3.540,41

Idade média dos assistidos: 53 anos

NOTA: Todos esses aposentados decorrentes de invalidez são oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV).

b.3) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 2

Valor médio do benefício: R\$ 1.852,95

Idade média dos assistidos: 74 anos

NOTA: Todos esses pensionistas são oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV).



PMBC

CD

Saldo de Conta dos Assistidos: R\$ 95.964,65

BD

VABF Programados – Assistidos: R\$ -

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 7.005.432,51

PMBaC

CD

Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor: -

Saldo de Contas - parcela Participantes: R\$ 11.240.204,99

Custo do Ano

% Custo Normal Puro (orçado pela FIPECq): **R\$ 1.967.871,00**

c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Outras Finalidades: Débitos Contratados do Patrocinador

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: - *45*



Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 18.341.602,15

Insuficiência de Cobertura do Plano: -

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais: Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados

Finalidade: Destinado a dar cobertura a todo o tipo de riscos envolvidos no processo, inclusive de gastos advocatícios a ele inerentes, e preservar esse Plano FIPECqPREV dos riscos inerentes à manutenção de alguns benefícios, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), do tipo Benefício Definido.

Fonte de Custeio: Constituído por valores contributivos recebidos pelo Plano de Previdência Especial - PPE (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), devidamente atualizados pela rentabilidade líquida obtida, não passíveis de resgates e de alocações nas subcontas do referido PPE (individual), cujo valor será revisto periodicamente e o resultado dessa revisão será refletido na rentabilidade futura dessas subcontas, respeitando o critério de rateio para individualização dos valores que seriam preliminarmente alocado nas subcontas do referido PPE (individuais).

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 134.793,67

Recursos Utilizados no Exercício: R\$ 661.428,81

Saldo: R\$ 1.549.367,51

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador: -

Participantes Ativos: -

Assistidos: -

Resultado positivo do exercício *1: R\$ -

Resultado negativo do exercício *1: R\$ -

Déficit Técnico: R\$ -

Reserva de Contingência: R\$

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

*1: Ver "NOTA" do numeral 1 do item V.3..

IV - PLANO DE CUSTEIO:

- 1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador (a preços de 31/12/2014): -
- 2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2014): -
- 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado (a preços de 31/12/2014): -
- 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Patrocinador – Outras Finalidades (a preços de 31/12/2014): -
- 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Ativos (orçado pela FIPECq): **R\$ 1.967.871,00**
- 6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2014): -
- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2014): -
- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2014): -
- 9) Contribuições Previdenciais Normais dos Assistidos (orçado pela FIPECq): **R\$ 12.283,00**
- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit (a preços de 31/12/2014): -
- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2014): -
- 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2014): -
- 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -
- 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -
- 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -
- 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de janeiro de 2015. 



V - PARECER ATUARIAL:

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano FIPECqPREV, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, bem como por tratar-se de um Plano Instituidor, não são apresentados percentuais de Custos para o referido Plano, merecendo destaque, o fato de haver participantes assistidos e pensionistas assistidos oriundos do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), em que apenas os participantes assistidos contribuem com, no mínimo, 1% de seus Salários de Participação (*1) (compatível com o estabelecido no artigo 72 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq), com a finalidade de custear os Benefícios de Pecúlio por Morte de Participante Assistido (e com uma sobrecarga administrativa, no momento, de 15%).

(*1) Com exceção de 1 (um) participante assistido, que por ter se inscrito a partir de 01/01/1991 no extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, contribua com 1,5% do Salário de Participação, todos os demais participantes assistidos contribuem com 1% do Salário de Participação.

NOTA: Na avaliação atuarial de 2014, a idade média dos participantes ativos do FIPECqPREV é de 56 anos.

2) A Contribuição Normal da FIPECqPREV, observado o numeral 1 anterior, que só é cobrada dos participantes ativos, depende da escolha individual de cada um, não podendo ser inferior a 25% do valor de 1 (uma) V.R.P. (Valor de Referência do Plano), ou seja, R\$ 38,07, sendo o custeio administrativo realizado por uma taxa administrativa de 2% da Contribuição Normal se o participante se relaciona com o Plano por e-mail ou de 4% se o participante se relaciona com o Plano por correspondência, não podendo o valor da taxa administrativa exceder a 15% de 1 (uma) V.R.P. (Valor da Referência do Plano), ou seja, a R\$ 22,84.

NOTA: O Valor de Referência do Plano (V.R.P.) é atualizado anualmente no mês de maio.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos.....	6.271.976,12	7.101.397,16 (*1)	13,22%
Provisão de Benefícios a Conceder.....	9.857.161,36	11.240.204,99 (*2)	14,03%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	16.129.137,48	18.341.602,15	13,72%

(*1) Sendo R\$ 7.005.432,51 correspondente aos Benefícios Concedidos oriundos do extinto PPE (que são na modalidade de Benefício Definido) e R\$ 95.964,65 correspondente a Benefício na modalidade de Contribuição Definida Pura.

(*2) A totalidade desses R\$ 11.240.204,99 correspondem a Benefícios na modalidade de Contribuição Definida Pura.

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano FIPECqPREV vigente na FIPECq, que tem como Instituidor, o FIPECqVIDA, por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro), não apresentou em 31/12/2014, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido e, consequentemente, de um Resultado Técnico Acumulado, que, em 31/12/2014, seria Deficitário em R\$ 626.121,66, caso, esse Déficit não tivesse sido coberto através de reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do referido PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2014, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

- 2) No que se refere ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, na avaliação atuarial de 31/12/2014, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, em substituição ao q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%, nos Benefícios por Sobrevivência e q_x da AT-83 (masculina), com o custo agravado em 25%, para os Benefícios por Morte.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina), em substituição ao q_x da AT-83 (masculina) suavizada em 10%, nos Benefícios por Sobrevivência.
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: -
- iv) Rotatividade: Considerada Nula.
- v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: -
- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: -
- viii) Em relação à composição familiar, vem sendo adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.
- ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,24% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano), em substituição aos 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4%).



- 3) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2014, foi de 6,653% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,54% o que, em termos reais, representou obter mais 0,40%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, aplicável tão-somente aos participantes assistidos e pensionistas assistidos oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV). Para todos os demais benefícios da FIPECqPREV, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida Pura, a rentabilidade corresponde exatamente à variação do valor das Cotas, conforme estabelecido no artigo 34 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq, ou seja, corresponde à própria meta atuarial de rentabilidade.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 2 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..

V.5. - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Tão somente em relação ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, a evolução do Resultado Técnico Acumulado, de 31/12/2013 para 31/12/2014, tem a seguinte abertura:

▪ Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2014 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2014 (partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2013)	R\$ (238.632,09) (*1)
▪ Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) suavizada em 10% para AT 2000 (masculina) suavizada em 10% e desagrav. em 1 ano ..	R\$ (22.117,94)
▪ Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) suavizada em 10% para AT 83 (masculina)	R\$ 50.681,47
▪ Substituição do Fator de Capacidade de 98% para 97,24%	R\$ 33.787,17
▪ Perda Atuarial decorrente do benefício dos aposentados por invalidez do CNPq/AC terem tido aumentos da ordem de 52%, no ano de 2014	R\$ (472.201,69) (*2)
▪ Reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2014, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado	R\$ 626.121,66
▪ Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ 22.361,42 (*3)
▪ Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014	R\$ 0,00

(*1) R\$ 17.715.480,49 - R\$ 17.954.112,58 = R\$ (238.632,09), onde R\$ 17.715.480,49 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2014 e onde R\$ 17.954.112,58 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de dezembro de 2013).

(*2) Cabe destacar que, o benefício, dos aposentados por invalidez do CNPq/AC, teve aumento da ordem de 52%, no ano de 2014, impactando em uma perda atuarial de R\$ (472.201,69), na Avaliação Atuarial de 31/12/2014.

(*3) Equivalente a 0,32% do valor total das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de R\$ 7.005.432,51, na modalidade de Benefício Definido, do pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq ao Plano FIPECqPREV, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014.

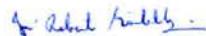
V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não se registrou, em 31/12/2014, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado, exceto no que se refere ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, que se encontram em gozo de benefício, na modalidade de Benefício Definido, onde se observou a existência, em 31/12/2014, de uma insuficiência Atuarial, a qual foi coberta pela reversão realizada no Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2014, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano FIPECqPREV da FIPECq é um Plano em que os benefícios são concedidos na modalidade de Contribuição Definida, logo, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual, exceto no que diz respeito ao pequeno número de participantes assistidos e pensionistas assistidos, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE, que estão sendo financiados, adequadamente, da mesma forma que eram financiados no referido PPE, pelo regime financeiro de Capitalização na versão Agregado.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2015


José Roberto Montello
Atuário MIBA 426